

UNIVERSIDADE ABERTA



**Avaliação da comunicação da sustentabilidade em
Relatos Integrados: Um estudo de caso no Brasil**

Wagner da Costa Godoi

Abril de 2021

UNIVERSIDADE ABERTA



Avaliação da comunicação da sustentabilidade em Relatos Integrados: Um estudo de caso no Brasil

Dissertação apresentada à Universidade Aberta. Sob orientação da Professora Doutora Sandra Sofia Ferreira da Silva Caeiro e do Professor Doutor Marc Marie Luc Philippe Jacquinet como requisito a obtenção do grau de Mestre em Cidadania Ambiental e Participação.

Abril de 2021

Resumo¹

Esta dissertação apresenta um trabalho de pesquisa que visa analisar, em uma amostra, a comunicação sobre a sustentabilidade em Relatos Integrados (RI) de organizações no Brasil. O objeto deste trabalho é avaliar se nestes relatos as informações financeiras e não financeiras são tratadas de forma holística e com a mesma importância, e como esta evidência de informações permite o relato da sustentabilidade em seus aspectos econômicos, sociais e ambientais. Na revisão de literatura foi possível identificar outros trabalhos que realizaram análises semelhantes, dos quais muitos destes evidenciam que o enquadramento do relato integrado demonstra ter grande potencial para a comunicação da sustentabilidade tornando-a importante para avaliações estratégicas por parte das empresas. Apesar desta condição estas pesquisas evidenciam que ainda há uma tendência a valorização das informações econômicas, em detrimento das informações sociais e ambientais. O trabalho analisa os relatos integrados de uma amostra, que relaciona empresas do setor privado, setor público e de economia mista, em três fases: Leitura dos relatos integrados que compõem a amostra, grelha de avaliação respondida por gestores e, por fim, o método *Analytic Hierarchy Process* (AHP – Processo Analítico Hierárquico), que permitiu trabalhar a informação recolhida, de forma a determinar o grau de importância da comunicação da sustentabilidade. A análise da hierarquia foi pautada sobre os pilares da sustentabilidade, portanto alinhadas aos aspectos econômicos, sociais e ambientais, desta forma a compreender se há diferenças substanciais no tratamento e divulgação de aspectos financeiros e não financeiros representados pelos capitais do enquadramento do RI, o que permitiu compreender o quanto organizações dedicaram para os aspectos sociais, ambientais e econômicos na comunicação de suas informações sobre sustentabilidade. Através destas avaliações foi possível confirmar pesquisas anteriores, que destacam uma maior atenção aos *stakeholders* interessados em informações financeiras. Os resultados apontam que os RI analisados, na amostra, ainda são um instrumento que mais prioriza a informações econômicas, com menor valorização dos capitais que abordam recursos naturais, humanos e intelectuais, o que corrobora com estudos apresentados na revisão da literatura que encontraram a mesma tendência. No entanto, os resultados também permitem avaliar que este enquadramento pode ser utilizado para comunicar, com qualidade, sobre a sustentabilidade a ainda auxiliar para que esta seja utilizada para apoio das decisões estratégicas da empresa, desde que o RI esteja adequadamente estruturado e a considerar os impactos sociais e ambientais como fatores decisivos na gestão destas organizações.

Palavras-chave: Relato Integrado, Sustentabilidade, Avaliação, divulgação, Brasil.

¹ Esta dissertação está redigida em Português do Brasil.

Abstract

This dissertation presents a research work that aims to analyze, in a sample, the communication about sustainability in Integrated Reports (IR) of organizations in Brazil. The object of this work is to evaluate whether in these reports the financial and non-financial information are treated holistically and with the same importance, and how this evidencing of information enables the reporting of sustainability in its economic, social and environmental aspects. In the literature review, it was possible to identify other works that conducted similar analyses, of which many of these highlight that the integrated reporting framework demonstrates great potential for the communication of sustainability, making it important for strategic assessments by companies. Despite this condition, these studies show that there is still a tendency to value economic information to the detriment of social and environmental information. The work analyses the integrated reports of a sample, which relates private sector, public sector and mixed economy companies, in three phases: Reading of the integrated reports that comprise the sample, evaluation grid answered by managers and, finally, the Analytic Hierarchy Process (AHP) method, which allowed working the information collected, in order to determine the degree of importance of sustainability communication. The hierarchy analysis was guided on the sustainability pillars, therefore aligned to the economic, social and environmental aspects, in this way to understand if there are substantial differences in the treatment and disclosure of financial and non-financial aspects represented by the capitals of the IR framework, which allowed understanding how much organizations dedicated to the social, environmental and economic aspects in the communication of their sustainability information. Through these assessments, it was possible to confirm previous researches, which highlight a greater attention to stakeholders interested in financial information. The results point out that the IRs analyzed, in the sample, are still an instrument that prioritizes more economic information, with less appreciation of the capital that addresses natural, human and intellectual resources, which corroborates with studies presented in the literature review that found the same trend. However, results also enable the assessment that this framework can be used to communicate, with quality, about sustainability and help so that this is used to support the company's strategic decisions, as long as the IR is adequately structured and considers social and environmental influences as decisive factors in the management of these organizations.

Keywords: Integrated Reporting, Sustainability, Evaluation, Disclosure, Brazil.

Dedicatória

A minha família.

E para aqueles que estão preocupados em cuidar da sustentabilidade em nosso planeta.

Agradecimentos

E agradeço ao Senhor Deus por me conceder a saúde, força e inteligência durante esta caminhada.

Agradeço, de forma especial, aos professores da Universidade Aberta e meus orientadores: Professora Doutora Sandra Sofia Ferreira da Silva Caeiro e ao Professor Doutor Marc Marie Luc Philippe Jacquinet, pela confiança, incentivo e por partilharem seu valioso conhecimento.

A todos os demais professores e colaboradores da Universidade Aberta, cuja dedicação e atenção foram essenciais nesta trajetória.

Agradeço, ainda, aos colegas de mestrado que foram, ao longo da jornada, importantes apoiadores e incentivadores para que buscássemos, sempre, obter o melhor para cada um de nós.

Índice

Resumo	iii
Abstract	iv
Índice de Tabelas	ix
Índice de Figuras	x
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xi
1. Introdução	1
1.1. Contextualização	1
1.2. Objetivos	2
1.2.1 Objetivo Geral	2
1.2.2 Objetivos Específicos.....	2
1.3. Organização da dissertação	3
2. Estado da Arte.....	4
2.1. Divulgação da Informação não financeira e Sustentabilidade.....	4
2.2. Histórico dos reportes e divulgação da sustentabilidade	7
2.2.1 Enquadramento	7
2.2.2 O Global Reporting Initiative	12
2.2.3 A Norma ISO 26.000.....	14
2.2.4 Princípios orientadores para as empresas e os direitos humanos.....	15
2.2.5 Sustainable Development Goals Disclosure	16
2.2.6 Climate Disclosure Standards Board.....	17
2.3. O Relato Integrado (RI).....	19
2.3.1 Evolução dos relatórios integrados.....	19
2.4. O RI e a divulgação da sustentabilidade	23
3. Métodos de investigação	36
3.1 Enquadramento.....	36
3.2. Composição da amostra.....	39
3.3 Análise de conteúdo.....	43
3.3.1 Procedimentos, Critérios e Grelha de avaliação	43
3.4 Inquéritos.....	45
3.5 Análise pelo AHP	47
3.6 Tratamento dos dados	49
4. Análise dos resultados	51
4.1 Análise de conteúdo dos Relatos Integrados.....	51
4.2 Análise dos Inquéritos.....	55

4.3 Análise dos resultados pelo método AHP.....	57
4.3.1 Análise do setor público	59
4.3.2 Análise das empresas privadas	62
4.3.3 Análise das empresas de economia mista.....	65
4.3.4 Análise comparativa entre setor público, privado e economia mista	68
4.3.4 Análise por ramo da atividade	69
5. Considerações finais	73
5.1 Principais conclusões.....	73
5.2 Sugestões para pesquisas futuras.....	75
Referências	77
Apêndices	87
Apêndice I - Notas obtidas – gestores respondentes – grelha de avaliação	87
Apêndice II – gráficos de avaliação pelo AHP	89

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Efeitos Internos e Externos do ESG na informação	05
Tabela 2 – Categorias e Aspectos das directrizes GRI - standards	13
Tabela 3 – Princípios orientadores	16
Tabela 4 - Capitais do Relato Integrado	21
Tabela 5 - Princípios do Relato Integrado	23
Tabela 6 - Caracterização de Pesquisas Anteriores	26
Tabela 7 - Relacionamento entre os Objetivos e métodos para execução	37
Tabela 8 - Relatos Integrados – Empresas Privadas	39
Tabela 9 - Relatos Integrados – Empresas de Economia Mista	40
Tabela 10 - Relatos Integrados – Entidades Públicas	41
Tabela 11 - Critérios e Fatores em Análise	43
Tabela 12 – Exemplo do uso do AHP (sustentabilidade)	48
Tabela 13 – Grupos de termos pesquisados nos RI da amostra	51
Tabela 14 - Resumo das avaliações por gestores	56
Tabela 15 - Grelha de Avaliação dos RI da Amostra	58
Tabela 16- Análise das empresas do setor público	60
Tabela 17 - Avaliação consolidada das empresas do setor público	62
Tabela 18 - Análise das empresas do setor privado	63
Tabela 19 - Avaliação consolidada das empresas do setor privado	65
Tabela 20 – Análise das empresas de economia mista	66
Tabela 21 – Avaliação consolidada das empresas do setor economia mista	68
Tabela 22 – Análise comparativa – setor privado, público e economia mista	68
Tabela 23 – Análise das empresas por atividade	70

Índice de Figuras

Figura 1 – Coligações de interesses – teoria dos <i>Stakeholders</i>	06
Figura 2 - Resumo da evolução dos Reportes de Sustentabilidade	08
Figura 3 – Integração da Responsabilidade Social – ISO 26.000	15
Figura 4 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	17
Figura 5 - Fases da Evolução dos Relatórios Integrados	19
Figura 6 - Capitais do Relato Integrado	22
Figura 7 - Estrutura da Análise Pelo Método AHP	38

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

RI	Relato Integrado
A4S	Accounting for Sustainability
AHP	Analytic Hierarchy Process (AHP – Processo Analítico Hierárquico)
B3	Bolsa Brasil Balcão
CDSB	Climate Disclosure Standards Board
EPA	U.S. Environmental Protection Agency
ESG	Environmental, Social and corporate Governance
GRI	Global Reporting Initiative
IIRC	International Integrated Reporting Council
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISO	International Organization for Standardization
SASB	Sustainability Accounting Standards Board
SDGD	Sustainable Development Goals Disclosure
SEC	Securities and Exchange Commission
TCU	Tribunal de Contas da União
UE	União Europeia
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

1. Introdução

1.1. Contextualização

O enquadramento do Relato Integrado (RI) cada vez mais vem sendo utilizado por empresas em todo o mundo, incluindo no Brasil, quer do setor privado assim como por organizações públicas, no caso desta última em decorrência de exigências legais. Trata-se de um relatório que pretende integrar e trabalhar as informações financeiras e as não financeiras em um contexto holístico. Em virtude desta possibilidade de integração de informações, os RI vem sendo considerado como uma forma possível para divulgar a sustentabilidade praticada por estas empresas.

Quanto à utilização de informações não financeiras e impactadas pela visão da sustentabilidade, Serafeim (2014: 9) observa que:

Nos relatórios de sustentabilidade os dados não são colocados no contexto da estratégia e do modelo de negócio de uma empresa, são menos credíveis e oportunos em comparação com os dados financeiros que são auditados a um nível superior de garantia e são divulgados mais cedo, e o conceito de materialidade não é abordado de forma eficaz. Por conseguinte, embora se argumente que os dados relativos à sustentabilidade são relevantes em termos de valor, os factores acima referidos impedem a sua utilidade para a tomada de decisões na perspectiva do investidor.

Apesar da situação descrita pesquisas mostram que a divulgação de dados de sustentabilidade pode resultar em efeitos económicos positivos, como as reações no preço das ações em torno da divulgação de informações de sustentabilidade (Yu, Du & Nhattacharya, 2014). As empresas com melhor divulgação da sustentabilidade têm menos restrições de capital e melhor acesso a financiamento (Cheng, Ioannou & Serafeim, 2014). A criação de valor sustentável passou a ser o centro das atenções de muitas empresas, levando a uma mudança nos relatórios corporativos. Sendo possível ainda observar que as informações financeiras e não financeiras auxiliam os gestores a tomar decisões mais sustentáveis (Esch, Schnellbacher & Wald, 2019). Lev (2018) comenta que muitos gestores demonstram uma insatisfação com a relevância da informação em relatórios financeiros tradicionais. Cohen, Holder-Webb e Zamora (2015) destacam que os decisores e investidores também buscam por informações não financeiras que sejam concisas, abrangentes, comparáveis e confiáveis.

Neste contexto foram analisados, a partir de uma amostragem de empresas, os Relatos Integrados publicados no Brasil de forma a compreender como se dá a comunicação da sustentabilidade praticada por estas organizações, e entender ser há uma adequada integração entre informações financeiras e não financeiras e como se relacionam com as práticas sustentáveis das empresas.

O Brasil participa do projeto do Relato Integrado desde 2013 (IIRC: 6-9, 2013), sendo registrada a participação das empresas AES, BNDES, BRF, CCR, CPFL, Fibria, Banco do Brasil, Mapfre, Itaú, Natura, Petrobras, Via Gutemberg e Votorantim. Há ainda iniciativas como a da Bolsa Brasil Balcão (B3), através do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) que incentiva a divulgação de informações sócio ambientais. O Brasil a partir de 2018, no setor público, passou se a exigir o *enquadramento* do relato integrado através do Tribunal de Contas da União (TCU). Apesar destas iniciativas o país apresenta contrastes sócio ambientais como acidentes ambientais, descumprimentos de normas, entre muitos outros exemplos. A considerar as condições e histórico brasileiro, este trabalho justifica-se com o intuito de investigar como se dá a comunicação e as ações comunicadas neste *enquadramento* e buscar interpretar essas comunicações e ações realizadas pelas organizações que compreendem a amostra selecionada.

1.2. Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo analisar de que forma é efetuada a comunicação da sustentabilidade, numa amostra levantada entre empresas brasileiras atuantes nos setores: público, de economia mista e do setor privado, que publiquem e disponibilizem, em seus *websites*, Relatos Integrados (RI). Desta forma pretende-se analisar se as informações financeiras e não financeiras são tratadas de forma holística, isto é, se estão interligadas e se possuem reflexos entre si e nas decisões estratégicas das empresas, logo, tratadas com semelhante importância. E como esta evidênciação de informações permite avaliar de que forma está a ser efetuada a divulgação da sustentabilidade em seus aspetos económicos, sociais e ambientais.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Definir de uma amostra de empresas brasileiras;
- Comparar as empresas em *clusters*, por setor económico e realizar comparações para tentar identificar semelhanças e diferenças no tratamento da sustentabilidade;

- Realizar a leitura dos relatos integrados da amostra;
- Aplicar um inquérito para coleta das opiniões de gestores sobre o uso do RI;
- Utilizar como indicadores e critérios para análise, os princípios do Relato Integrado. Desta forma pode-se avaliar se a sustentabilidade é tratada de forma holística e integrada a todos os capitais, bem como identificar se há equidade entre as dimensões económicas, ambientais e sociais praticadas;
- Analisar e comparar os RI da amostra através do método *Analytic Hierarchy Process* (AHP – Processo Analítico Hierárquico), de forma a compreender se há diferenças substanciais no tratamento e divulgação de aspetos financeiros e não financeiros representados pelos capitais do enquadramento do RI, de forma a identificar aspetos positivos e deficiências apresentadas nos relatos publicados, relativas às práticas sustentáveis das empresas brasileiras.

1.3. Organização da dissertação

A dissertação encontra-se organizada em cinco capítulos. No primeiro destes apresenta uma introdução, objetivos e aspectos do desenvolvimento da pesquisa. O capítulo 2 apresenta a revisão da leitura que considera características do relato integrado e fatos históricos na evolução dos reportes sobre sustentabilidade. O capítulo 3 trata dos métodos de investigação e apresenta os critérios para avaliação e a composição da amostra a ser avaliada. O capítulo 4 apresenta as análises realizadas a partir da leitura dos relatos, das respostas obtidas de inquéritos realizados com gestores e da avaliação pelo Processo Analítico Hierárquico. Por fim, o capítulo 5 sintetiza as conclusões deste trabalho e apresenta breves sugestões para a continuidade desta pesquisa.

2. Estado da Arte

2.1. Divulgação da Informação não financeira e Sustentabilidade

Segundo Trucco (2015) é possível identificar três níveis de análise da divulgação de informações corporativas:

- Divulgação obrigatória e voluntária;
- Informações financeiras e não financeiras e
- Informação prospectiva e histórica.

As divulgações obrigatórias são exigidas por alguma norma legal e auditadas. As voluntárias representam informação que ultrapassam as exigências legais, considerada um complemento as exigências. Ambas podem ter características prospectivas e, em geral, refletem informações históricas. A divulgação voluntária poderá ser de natureza financeira ou não financeira (Demartini e Trucco, 2017). O reporte da sustentabilidade, em sua maioria, ainda é voluntário em quase todo o mundo (Brockett e Rezaee, 2012).

Mervelskemper e Streit (2016) relatam que a fusão dos relatórios financeiros convencionais e dos não financeiros gera relatórios sobre o desempenho ambiental, social e de governança corporativa, referenciados por *Environmental, Social and corporate Governance* (ESG). Kumar *et al* (2016: 292) citam que “é um senso comum que a integração de práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) torna uma empresa menos vulnerável a riscos de reputação, políticos e regulatórios e, portanto, leva a uma menor volatilidade dos fluxos de caixa e lucratividade”. Schramade (2016) ressalta que as mesmas podem resultar em impactos financeiros, portanto podem ser classificadas como itens financeiros indiretos e a verdadeira integração das questões ambientais, sociais e de governança significa que os factores ESG são sistematicamente introduzidos nos modelos de avaliação e decisões de investimento dos analistas e gestores. O autor lista importantes efeitos internos e externos quanto à integração do ESG na decisão. A Tabela 1 elenca os efeitos da divulgação e uso do ESG por empresas.

Tabela 1 – Efeitos Internos e Externos do ESG na informação

Efeitos internos	Efeitos Externos
Uma maior satisfação dos empregados.	Há um papel importante na elevação da meta para as empresas.
Perspectiva mais ampla da sociedade e do papel da organização.	Considerações éticas desempenham um papel na integração do ESG, mas mais de forma indirecta (através da avaliação de riscos, sustentabilidade do modelo de negócio, valores do analista).
Os ESG forçam o analista a ter uma perspectiva mais ampla do ponto de vista das finanças ou da economia, deve considerar externalidades, nos riscos e nos valores a investir.	Questiona narrativas corporativas unilaterais, mas em diferentes formas: o investimento ético pressiona as empresas a eliminar comportamentos antiéticos e adaptar-se aos padrões da sociedade.
A integração do ESG pode mitigar o domínio da lógica financeira, considerando riscos sociais e ambientais.	A integração do ESG pode expor, de uma forma relativa, a sua posição competitiva em relação aos seus pares.

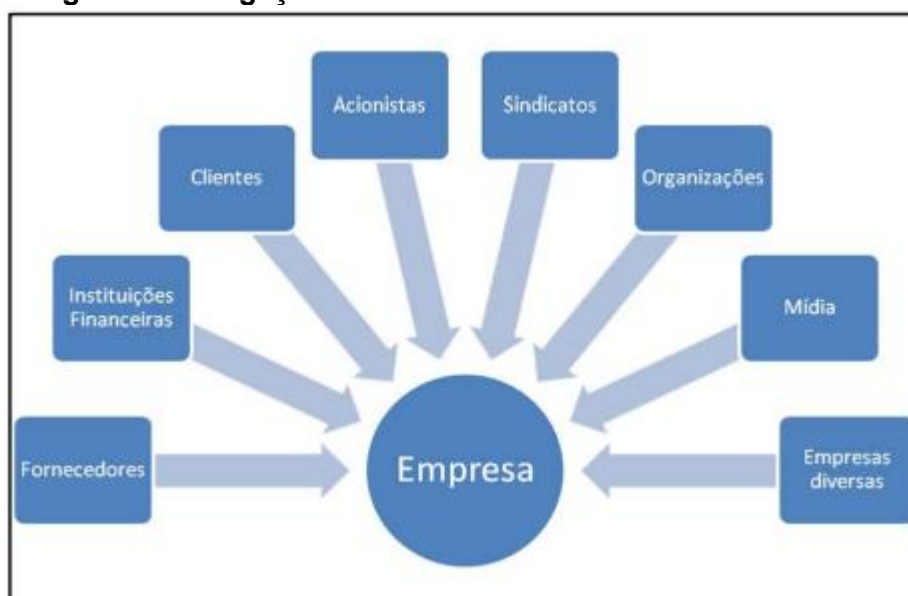
Fonte: Adaptado de Schramade (2016: 97)

Schramade (2016) também mostra ganho nos valores das empresas quando são empregadas estratégias que consideram ESG, assim como Sherwood e Pollard (2018) que relatam que muitos investidores e gestores de riqueza estão adotando o investimento baseado em pesquisa da ESG, e que o uso de estratégias de investimento baseadas em ESG continuará a desenvolver-se com precisão e clareza à medida que mais e mais investidores aproveitem o potencial da ESG para minimizar riscos. “O uso de estratégias de ESG para seleccionar investimentos permite aos investidores institucionais manter uma estratégia de gestão activa ou passiva nos mercados emergentes” (Sherwood & Pollard, 2018: 36). Kumar *et al.* (2016) identificam que empresas preocupadas com a ESG apresentam menor volatilidade em comparação as demais empresas com uma média de 28,67% a menos em riscos no investimento. Apesar do menor risco, em muitos casos verificou-se maior retorno para os investidores: Em média 6,12% maior de retorno sobre o capital próprio. Mervelskemper e Streit (2016) demonstram que a publicação de ESG está associada a um grau superior de desempenho e na melhor fixação de preços no mercado de ações. Sassen, Hinze e Hardeck (2016) entendem que diferentes dimensões da ESG tendem a impactar de muitas formas a empresa, já que atendem a diferentes *stakeholders*. Os autores confirmam em sua pesquisa, através de análise de estatística e regressão, que quanto maior o trabalho e envolvimento com ESG, menor será o risco total de uma empresa. Sassen, Hinze e Hardeck (2016) observaram ainda que, considerando os três pilares de governança corporativa, ambiental e desempenho social, os resultados obtidos indicam que o desempenho social diminui o risco total, sistemático e idiossincrático, e o desempenho ambiental, em geral, diminui o risco idiossincrático, e o risco total é afetado em indústrias sensíveis do ponto de vista ambiental. Schramade (2016) destaca ainda

que a integração do ESG nas análises pode impulsionar um desempenho financeiro superior através do apoio a decisões mais bem informadas por considerar, de forma sistemática, os riscos ambientais, sociais e de governança.

Os reportes de sustentabilidade estão alinhados a teoria dos *Stakeholders* (Freeman, 1984). Para a qual, conforme Teixeira Neto (2019), entende que a decisão estratégica não está centrada na empresa, mas sim em coligações de interesses que estão no entorno destas organizações. Portanto, os gestores devem equilibrar os interesses destes vários *stakeholders* (Freeman, 1984). A Figura 1 apresenta a concepção de Freeman e desta teoria, em que as diversas coligações interagem com a empresa, de forma a afetar ou serem afetados pelos interesses desta.

Figura 1 – Coligações de interesses – teoria dos *Stakeholders*



Fonte: Teixeira Neto (2019: 4).

Dada a importância crescente da divulgação da informação não financeira nas organizações a Diretiva 2014/95/UE do parlamento europeu e do conselho de 22 de outubro de 2014 que alterou a Diretiva 2013/34/UE trata da divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade. Elaborada sob o entendimento de que a divulgação de informações não financeiras são vitais na gestão da mudança para uma economia global sustentável, combinando a rentabilidade a longo prazo com a justiça social e a proteção do ambiente (UE, 2014). A diretiva estabelece parâmetros para a divulgação de questões ambientais e sociais.

Segundo a Diretiva 2014/95/EU, conforme as disposições de seu artigo primeiro, as demonstrações financeiras devem conter:

- Breve descrição do modelo empresarial da empresa;

- Descrição das políticas seguidas pela empresa em relação a essas questões, incluindo os processos de diligência devida aplicados;
- Os resultados dessas políticas;
- Os principais riscos associados a essas questões, ligados às atividades da empresa, incluindo, se relevante e proporcionado, as suas relações empresariais, os seus produtos ou serviços suscetíveis de ter impactos negativos nesses domínios, e a forma como esses riscos são geridos pela empresa, e
- Indicadores-Chave de desempenho relevantes para a sua atividade específica.

A diretiva ainda recomenda que a demonstração não financeira inclua, quando adequado, referências aos montantes evidenciados nas demonstrações financeiras anuais e explicações adicionais relativas a esses montantes e sua correspondência com as informações não financeiras.

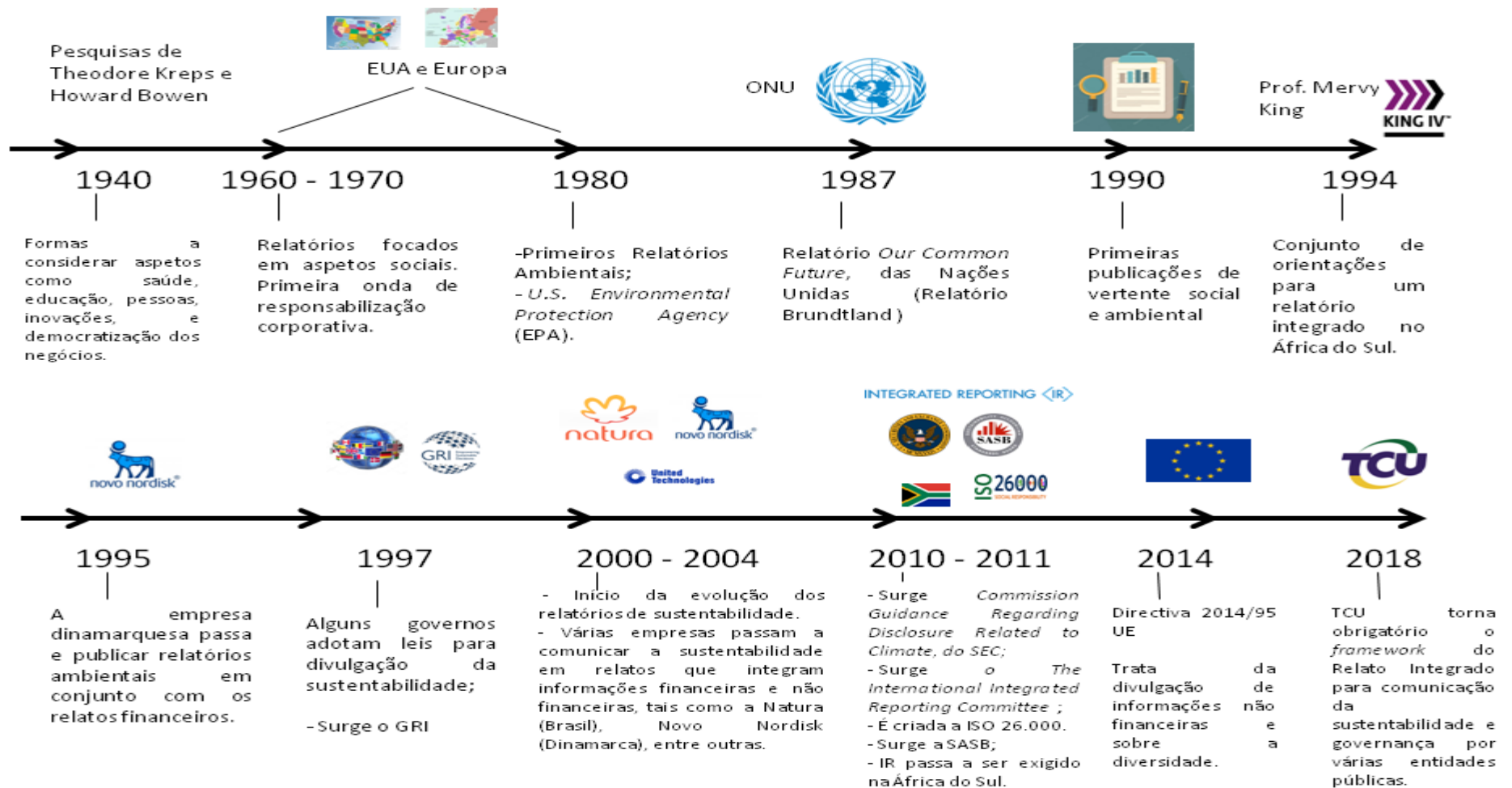
A seção seguinte apresenta um histórico sobre o desenvolvimento dos reportes para a sustentabilidade no decorrer dos séculos XX e XXI, dos primórdios até a atual divulgação da sustentabilidade.

2.2. Histórico dos reportes e divulgação da sustentabilidade

2.2.1 Enquadramento

A Figura 2 apresenta um infográfico que busca resumir alguns dos principais pontos elencados nesta seção sobre a evolução dos reportes que integram as questões de sustentabilidade. A figura sintetiza fatos apresentados no decorrer desta seção, os quais permitem observar que a evolução da divulgação e dos reportes que integram a sustentabilidade se dá, com maior destaque, a partir das décadas de 1980 e 1990 e que a evolução destes reportes se torna ainda mais significativa durante o século XXI.

Figura 2 – Resumo da evolução dos Reportes que integram a Sustentabilidade



Segundo Hess (2008) e Minguel (2017), uma forma precursora de relatório de sustentabilidade pode ser atribuída ao trabalho do professor Theodore Krepes, no ano de 1940. Minguel (2017) relata que o professor Krepes argumentava que a contabilidade padrão, de lucros e perdas, era inadequada e pesquisou modos para melhor medir a contribuição das empresas para os objetivos gerais do sistema económico, de forma a considerar aspetos como saúde, educação, pessoas, inovações, e democratização dos negócios. A seguir há o trabalho de Howard Bowen, intitulado *Social Responsibilities of the Businessman* (1953) que, conforme Minguel (2017: 6), “desenvolveu um sistema de auditorias para medir o desempenho das empresas em questões como salários e relações humanas públicas e comunitárias”.

Brockett & Rezaee (2012: 27) relatam que:

A história dos relatórios de sustentabilidade pode ser rastreada desde os anos 1960 e 1970 na Europa e um pouco mais tarde nos Estados Unidos, quando a organização começou a reconhecer seu papel na sociedade acima e além da maximização do lucro. O movimento e os relatórios de sustentabilidade nos Estados Unidos remontam ao primeiro Dia da Terra, realizado em 22 de abril de 1970.

Campos *et. al.* (2013) e Daub (2007) observam o surgimento de três tipos diferentes de relatórios de sustentabilidade: os sociais, os ambientais e os relatórios anuais integrados. Os relatórios sociais se originam na década de 1970, focados em aspetos sociais das atividades. Neste período Minguel (2017) entende que houve uma primeira onda de responsabilização corporativa que refletiu na forma dos relatórios da época. Em seguida, no fim da década de 1980, surgem os relatórios ambientais. Na metade da década seguinte surgem os relatórios anuais, já a considerar informações económicas, sociais e ambientais.

Muitos avanços são registrados na década de 1980. Brockett e Rezaee (2012) destacam a criação do *U.S. Environmental Protection Agency* (EPA), no início dos anos de 1980, como um fator importante no desenvolvimento dos relatórios sobre sustentabilidade. Outro importante marco da sustentabilidade foi o Relatório *Our Common Future*, das Nações Unidas (1987), mais conhecido por Relatório Brundtland (Borges *et al.* 2018, Brockett & Rezaee, 2012). O relatório Brundtland foi importante para estabelecer conceitos relacionados a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, conceitos que passam a embasar os relatos subsequentes. “Este relatório promoveu a sustentabilidade como meio de equilibrar as questões económicas e ambientais e considerando o compromisso entre benefícios económicos a curto e a longo prazo” (Brockett & Rezaee, 2012: 28). Anteriormente, segundo Borges *et. al* (2018), os relatos eram apenas de cunho ambiental. Morais *et. al* (2017) observam que essa correlação

ao relatório Brundtland provém da associação dos conceitos de sustentabilidade ao de Desenvolvimento Sustentável (DS), embora, segundo os autores, trate-se de concepção distinta. Desenvolvimento sustentável pode ser entendido como um modo de agir para que as necessidades atuais sejam atendidas, porém sem que comprometa a capacidade das gerações futuras e sustentabilidade está associada ao *triple boton line* (Ibid). Em virtude de sua estrutura, com capitais financeiros e não financeiros, o Relato Integrado é entendido como um relatório voltado para a sustentabilidade e que está alicerçado na contabilidade de resultados tripartida ou, como também é conhecida, como tripé da sustentabilidade (*triple bottom line accounting*), proposta por Elkington (1994), que é comumente descrita como destinada a comunicar aspetos económicos, sociais e ambientais. Feil e Schreiber (2017) em pesquisa que visou aprofundar estes conceitos observam que o Desenvolvimento Sustentável deve considerar aspetos como: O crescimento económico sem agressão ambiental; Uma visão de longo prazo em relação às gerações futuras; Equilíbrio mútuo entre os interesses económicos e aspetos sociais e ambientais.

Eccles e Spiesshofer (2017), Leocádio (2017) e Albuquerque *et. al.* (2017) relatam que a partir dos anos de 1990 surgem as primeiras publicações que forneciam informações de vertente social e ambiental. Segundo Carvalho (2013), a partir do início da década de 1990 algumas empresas começaram a publicar relatórios de sustentabilidade que continham informações não financeiras, porém não apresentavam qualquer integração, ou consistência, entre estas e as informações contábeis e financeiras divulgadas.

Foi durante a década de 1990 que os reportes sobre sustentabilidade ganharam maior aceitação através da introdução do reporte de valores, com foco primário em questões sociais, ambientais e de proteção animal (Nicholson-Lord, 1996). Em especial no fim desta década, Brockett & Rezaee (2012: 72) relatam que:

Durante esse período, os relatórios voluntários de responsabilidade social corporativa ganharam impulso devido às demandas de investidores socialmente responsáveis, bem como às iniciativas gerenciais de construção da reputação da marca e aos incentivos dos formuladores de políticas, reguladores e formuladores de normas.

Segundo Demartini e Trucco (2017) em 1995 a empresa de saúde *Novo Nordisk*, com sede em Copenhaga, começa a emitir relatório ambiental em conjunto com seu relatório financeiro. Ainda segundo Demartini e Trucco (2017), a partir de 2004 a empresa passa a seguir a contabilidade de resultados tripartida ou tripé da sustentabilidade (*triple bottom line accounting*), e a publicar relatório integrado com informações corporativas abrangentes. Villiers, Rinaldi e Unerman (2014) citam a empresa *Novo Nordisk* como uma das pioneiras a desenvolver um *framework* de

comunicação integrada. Em 1997 a Finlândia adotou uma lei para publicação obrigatória de relatos de sustentabilidade (Brockett & Rezaee, 2012).

Na África do Sul, em 1994, “um comité presidido pelo Professor Mervyn E. King emitiu quatro conjuntos de orientações para a preparação de um relatório integrado. Em 1994, a primeira versão do relatório abordava questões de governança corporativa e um código de conduta a ser divulgado voluntariamente pelas empresas sul-africanas”. (Demartini & Trucco 2017: 23). Este relatório passou por revisões em 2002 e 2010, passando a incluir uma seção específica sobre relatos de sustentabilidade. A África do Sul foi a primeira nação a exigir um relatório integrado obrigatório. Segundo o *Institute of Directors Southern Africa* (IDSA) (2016) o relatório exigido alinha-se aos princípios do IIRC para o Relato Integrado (Eccles, Krzuz & Ribot, 2015; IDSA, 2016).

Minguel (2017) também destaca que durante os anos da década de 1990 muitos governos passaram a se envolver com a regulamentação explícita dos relatórios de sustentabilidade.

Durante a primeira década do século XXI vários outros fatos marcam a evolução dos relatos de comunicação da sustentabilidade. É a partir deste momento que, segundo Eccles, Krzuz e Ribot (2015) começa a surgir, na prática, relatos integrados contendo informações financeiras e não financeiras. Entre estes destacam-se a publicação do *Commission Guidance Regarding Disclosure Related to Climate*, no ano de 2010, pelo *Securities and Exchange Commission* (SEC) que exige que as empresas públicas nos Estados Unidos divulguem os riscos materiais financeiros e de reputação associados às mudanças climáticas globais. Esta publicação, conforme Brockett e Rezaee (2012) é contemporânea aos vazamentos de petróleo no Golfo do México, situação que incentivou os reguladores norte-americanos a estabelecer regras que exigiam mais divulgação sobre o desempenho de sustentabilidade.

Em 2010 é criado o *The International Integrated Reporting Committee* (IIRC): Comitê Internacional de Relatórios Integrados. O objetivo principal do IIRC é estabelecer uma estrutura de relatórios integrados globalmente aceita e, desta forma, padronizar os relatórios sobre informações de desempenho e sustentabilidade. Brockett e Rezaee (2012) destacam que o IIRC promove o Relato Integrado. Este relato visa estabelecer a ligação entre sustentabilidade e valor económico, focando nas inter-relações entre todos os aspetos da sustentabilidade empresarial.

Em 2011 surge o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) (Eccles, Krzuz & Ribot, 2015) que é uma organização sem fins de lucro cuja missão é desenvolver e divulgar normas de contabilidade para a sustentabilidade (SASB, 2019).

Em novembro de 2020, iniciou-se um processo de fusão entre o SASB e o IIRC, para promover o surgimento de uma nova organização: a *Value Reporting Foundation*

(VRF). Segundo informações divulgadas por estas entidades a *Value Reporting Foundation* manterá o enquadramento do Relato Integrado e tem por objetivo constituir uma estrutura de relatórios corporativos da sustentabilidade global mais abrangentes (Giroto, 2020; IIRC, 2020). A fusão destas organizações poderá marcar, portanto, mais um passo no desenvolvimento dos reportes destinados a comunicar a sustentabilidade.

No Brasil o RI é um instrumento voluntário para as empresas do setor privado (Borgerth, 2017). Já para o setor público, a partir da Decisão Normativa 170/2018 do Tribunal de Contas da União (TCU), tornou-se um instrumento obrigatório para as organizações públicas que se submetam a auditoria deste tribunal (BRASIL, TCU, 2018). Com isto o RI passa a ser o enquadramento a comunicar transparência corporativa, de gestão e sustentabilidade por muitas organizações governamentais no país. O Brasil passa a ser o segundo país do mundo a tornar obrigatória a publicação de relatos integrados, sendo o primeiro a África do Sul. No entanto estes países promovem exigências em setores diferentes: os sul-africanos definem a exigência para as empresas privadas registradas na bolsa de Johannesburgo, e o Brasil para entidades públicas federais.

As próximas seções apresentam o *Global Reporting Initiative* (GRI), a Norma ISO 26.000, os Princípios Orientadores para as Empresas e os Direitos Humanos, o *Sustainable Development Goals Disclosure* e o *Climate Disclosure Standards Board* que são importantes modelos conceituais e guias no reporte da sustentabilidade.

2.2.2 O Global Reporting Initiative

Em 1997 a *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) e o *Tellus Institute* iniciam a *Global Reporting Initiative* (GRI) (GRI, 2019). Segundo Brockett e Rezaee (2012, p. 29) “a GRI foi lançada para estabelecer directrizes de relato para o tripé de sustentabilidade: desempenho económico, social e ambiental”. De forma inicial possuía foco na incorporação do desempenho ambiental ao desempenho corporativo e em sua versão mais recente, a *GRI Standards*, que está estruturado em uma série de normas universais e outra série com normas específicas nas quais elenca tópicos de carácter económicos, sociais e ambientais. O GRI pode trazer consistência e padronização, em nível global, nos relatos sobre sustentabilidade (Brockett & Rezaee, 2012: 29).

Conforme Chersan *et. al.* (2018) as directrizes do GRI estão entre os modelos mais utilizados de relatório de sustentabilidade. O GRI apresenta em seu enquadramento uma estrutura de informes a partir das categorias económica, ambiental e social. Estas categorias são compostas por aspectos que relacionam indicadores que

traduzem aspetos da gestão e sustentabilidade praticada pela entidade que publica este relatório (GRI, 2020) A Tabela 2 apresenta as categorias e respetivos aspetos do enquadramento do GRI.

Tabela 2 – Categorias e Aspetos das directrizes GRI – Standards

Séries	Tópicos	Aspetos
Normas Universais (série 100)		<ul style="list-style-type: none"> • GRI 101: Fundamentos • GRI 102: Conteúdos Gerais • GRI 103: Forma de Gestão
Normas Específicas (série 200)	Tópicos Económicos	<ul style="list-style-type: none"> • GRI 201: Desempenho Económico • GRI 202: Presença no Mercado • GRI 203: Impactos Económicos Indiretos • GRI 204: Práticas de Compra • GRI 205: Combate à Corrupção • GRI 206: Concorrência Desleal • GRI 207: Tributos
Normas Específicas (série 300)	Tópicos Ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • GRI 301: Materiais • GRI 302: Energia • GRI 303: Água e Efluentes • GRI 304: Biodiversidade • GRI 305: Emissões • GRI 306: Resíduos • GRI 307: Conformidade Ambiental • GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores
Normas Específicas (série 400)	Tópicos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • GRI 401: Emprego • GRI 402: Relações de Trabalho • GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho • GRI 404: Capacitação e Educação • GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades • GRI 406: Não Discriminação • GRI 407: Liberdade Sindical e Negociação Coletiva • GRI 408: Trabalho Infantil • GRI 409: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo • GRI 410: Práticas de Segurança • GRI 411: Direitos de Povos Indígenas • GRI 412: Avaliação de Direitos Humanos • GRI 413: Comunidades Locais • GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores • GRI 415: Políticas Públicas • GRI 416: Saúde e Segurança do Consumidor • GRI 417: Marketing e Rotulagem • GRI 418: Privacidade do Cliente • GRI 419: Conformidade Socioeconómica

Fonte: Adaptado de GRI Standards (2020)

Como visto na Tabela 2, as Diretrizes organizam os conteúdos específicos em três tópicos: Económico, Ambiental e Social. E nestes são distribuídas as normas gerais para a estrutura da comunicação.

2.2.3 A Norma ISO 26.000

Outro avanço registrado em 2010 foi a Norma da ISO 26.000, desenvolvido pela *The International Organization for Standardization* (ISO) (Organização Internacional de Normalização). A ISO 26.000 trata das directrizes sobre a Responsabilidade Social Empresarial (INMETRO, 2019). A ISO 26.000 é um documento de orientação para responsabilidade social relevante para todos os tipos e tamanhos de entidades, sejam empresas privadas ou públicas, pequenas ou grandes. Moratis (2017) destaca a ISO 26.000 como a primeira norma a estabelecer um conjunto de princípios para ajudar uma empresa ser socialmente responsável.

Esta norma expressa como uma característica essencial para a responsabilidade social:

A disposição da organização de incorporar considerações socioambientais em seus processos decisórios, bem como a *accountability* pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente. Isso implica um comportamento transparente e ético que contribua para o desenvolvimento sustentável, esteja em conformidade com as leis aplicáveis e seja consistente com as normas internacionais de comportamento. (ABNT, 2010: 6)

Chakroun *et al.* (2019) observam que em relação ao desempenho financeiro a ISO 26.000 coloca uma forte ênfase nos direitos humanos e na responsabilidade social empresarial, que implica em tomar medidas dinâmicas para compreender como as actividades actuais e futuras podem ter um impacto nos direitos humanos.

A Figura 3 sintetiza a visão da ISO 26.000 quanto a integração da responsabilidade social pelas organizações.

Figura 3 – Integração da Responsabilidade Social – ISO 26.000



Fonte: ABNT (2010: 72)

Em sua essência a ISO 26.000 destaca princípios gerais de responsabilidade ambiental como *accountability* e transparência, comportamento ético e respeito aos direitos humanos. Apresenta a importância do meio ambiente em conjunto com a responsabilidade social, para os quais afirma que:

A responsabilidade ambiental é um pré-requisito para a sobrevivência e prosperidade dos seres humanos. É, portanto, um aspecto importante da responsabilidade social. As questões ambientais estão fortemente ligadas a outros temas e questões centrais da responsabilidade social. A educação e capacitação ambiental são fundamentais na promoção do desenvolvimento de sociedades e estilos de vida sustentáveis”. (ABNT, 2010: 43).

Em comparação com o enquadramento do GRI *Standards*, a ISO 26.000 apresenta muitas correlações entre as normas e proposições existentes nos dois modelos.

2.2.4 Princípios orientadores para as empresas e os direitos humanos

Os Princípios orientadores para as empresas e os direitos humanos, tradução de *Guiding Principles for Business and Human Rights: Implementing the United Nations “Protect, Respect and Remedy”* é um documento emitido em 2011 pela Organização das Nações Unidas que apresenta abordagens para a responsabilidade das organizações para com os Direitos Humanos. Fornece uma série de princípios e

recomendações práticas, dentre as quais destaca que as organizações devem informar seus impactos sobre os direitos humanos, e integrar a informação financeira de forma a esclarecer impactos nos direitos humanos. (ONU, 2011).

Este documento foi organizado em três capítulos que estão estruturados um conjunto de princípios. A Tabela 3 apresenta os capítulos e respectivos princípios fundamentais contidos neste documento.

Tabela 3 – Princípios orientadores

Capítulos	Princípios fundamentais
O Dever do Estado de proteger os Direitos Humanos	Os Estados devem proteger contra a violação dos direitos humanos no seu território e/ou jurisdição por terceiros, incluindo empresas comerciais. Isto exige a tomada de medidas apropriadas para prevenir, investigar, punir e corrigir tais abusos através de políticas, legislação, regulamentos e adjudicação eficazes. Os Estados devem estabelecer claramente a expectativa de que todas as empresas comerciais domiciliadas no seu território e/ou jurisdição respeitem os direitos humanos ao longo das suas operações.
A responsabilidade empresarial a respeitar Direitos Humanos	As empresas devem respeitar os direitos humanos. Isto significa que devem evitar infringir os direitos humanos de terceiros e devem abordar os impactos adversos dos direitos humanos com os quais estão envolvidas.
Acesso as soluções	Como parte do seu dever de protecção contra as violações dos direitos humanos relacionados com as empresas, os Estados devem tomar as medidas adequadas para assegurar, através da justiça, administrativos, legislativos ou outros meios adequados, que quando tais abusos ocorram no seu território e/ou jurisdição as pessoas afectadas e ter acesso a uma solução eficaz.

Fonte: Adaptado de ONU (2011: 13 – 29)

Todos os princípios fundamentais são ainda alicerçados por princípios operacionais que visam orientar as ações do Estado, com agente fiscalizador, assim como as ações das empresas como entidades responsáveis por respeitar os direitos humanos.

2.2.5 Sustainable Development Goals Disclosure

O *Sustainable Development Goals Disclosure* (SDGD) é um documento organizado em conjunto por vários organismos contabilísticos do mundo como a Federação Internacional de Contabilistas, *Association of Chartered Certified Accountants*, *Chartered Accountants Australia and New Zealand*, IIRC (*International Integrated Reporting Council*) e a *World Benchmarking Alliance*. (ACCA, 2021) O SDGD busca estabelecer uma melhor prática na elaboração de relatórios gerenciais em

consonância aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Adams, 2020) ODS, definidos pela ONU, são referenciados pela Figura 4.

Figura 4 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU (2020)

Segundo Adams (2020), os SDGD, estando associados a consecução dos SDG da ONU, está estruturado em três conceitos fundamentais: Criação de Valor a Longo Prazo para Organizações e Sociedade; Contexto e Relevância do Desenvolvimento Sustentável e Materialidade. O SDGD está alinhado e recomenda a utilização de reportes como o GRI e o Relato Integrado (Adams, 2020), sendo, portanto, um documento que recomenda o uso de modelos para reportes sustentáveis de forma a que estes sejam alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

2.2.6 Climate Disclosure Standards Board

O *Climate Disclosure Standards Board* (CDSB) representa um consórcio internacional formado por organizações empresariais e ambientais. O enquadramento do relatório ambiental CDSB é formado por doze requisitos que segundo o CDSB (2020: 18) destinam-se a encorajar a divulgação normalizada de informação ambiental de forma a complementar as informações divulgadas em outros relatórios, em essencial os gerenciais e financeiros. Os doze requisitos listados para este modelo são:

REQ-01 Governança: As divulgações devem descrever a governança das políticas ambientais, estratégia e informações;

REQ-02 Políticas, estratégia e objectivos ambientais da gestão: As divulgações devem informar as políticas, estratégias e metas ambientais da administração, incluindo os indicadores, planos e cronogramas utilizados para avaliar o desempenho;

REQ-03 Riscos e oportunidades: As divulgações devem explicar os riscos e oportunidades ambientais atuais e previstos que afetam a organização;

REQ-04 Fontes de impacto ambiental: Os resultados quantitativos e qualitativos, juntamente com as metodologias utilizadas para prepará-los, devem ser relatados para refletir fontes materiais de impacto ambiental;

REQ-05 Desempenho e análise comparativa: As divulgações devem incluir uma análise das informações divulgadas no REQ-04 em comparação com quaisquer metas de desempenho estabelecidas e com resultados reportados em um período anterior;

REQ-06 Perspectivas: A administração deve resumir suas conclusões sobre o efeito dos impactos ambientais, riscos e oportunidades sobre o desempenho e a posição futura da organização;

REQ-07 Fronteira organizativa: As informações ambientais devem ser preparadas para as entidades dentro dos limites da organização ou grupo para o qual o relatório principal é preparado e, quando apropriado, devem distinguir as informações relatadas para entidades e atividades fora desses limites;

REQ-08 Políticas de informação: As divulgações devem citar as disposições de relatório usadas para preparar informações ambientais e devem (exceto no primeiro ano de relatório) confirmar que elas foram usadas consistentemente de um período de relatório para o próximo;

REQ-09 Período abrangido pelo relatório: As divulgações devem ser feitas anualmente;

REQ-10 Reformulações: As divulgações devem relatar e explicar quaisquer reedições do ano anterior;

REQ-11 Conformidade: As divulgações devem incluir uma declaração de conformidade com a estrutura CDSB;

REQ-12 Garantia: Se tiver sido fornecida garantia sobre se as informações ambientais relatadas estão em conformidade com a estrutura CDSB, esta deverá ser incluída ou referenciada na declaração de conformidade da REQ-11.

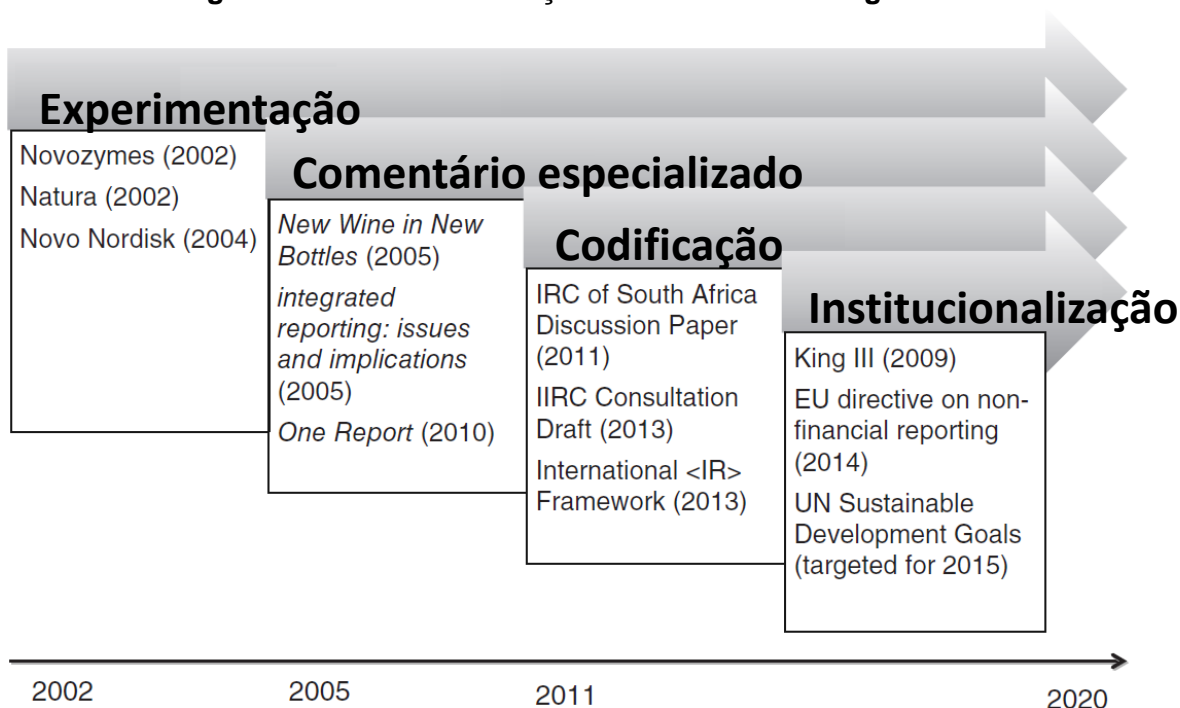
No próximo subcapítulo explica-se sobre as fases e a evolução dos relatórios integrados e da integração entre a informação financeira e não financeira.

2.3. O Relato Integrado (RI)

2.3.1 Evolução dos relatórios integrados

Eccles, Krzuz e Ribot (2015: 31) sugerem quatro fases na evolução dos relatos integrados, como disposto na Figura 5.

Figura 5 – Fases da Evolução dos Relatórios Integrados



Fonte: Adaptado de Eccles, Krzuz e Ribot (2015)

Os autores entendem que a primeira fase (experimentação) é o início, na prática, dos relatórios integrados, que surge do esforço de algumas empresas em comunicar informações não financeiras integradas às financeiras. Nesta fase inicial, autores citam a iniciativa de empresas como a brasileira Natura, que desde 2002 publica relatórios de sustentabilidade. E a norueguesa Novo Nordisk, além de Philips e United Technologies (Campos *et. al*, 2013; Eccles, Krzuz & Ribot, 2015; Demartini & Trucco, 2017). A segunda fase (comentário especializado) surge quando consultores, acadêmicos e outros especialistas começaram a estabelecer princípios básicos sobre relatórios integrados baseados em observações das empresas. No final da primeira década de 2000 surge a terceira fase (codificação), centrada no desenvolvimento de normas por instituições não governamentais. E a quarta fase, que se inicia na década de 2010

(institucionalização), que busca influenciar mercado e ambientes regulatórios. Esta fase baseia-se em leis e códigos de conduta (Eccles, Krzuz & Ribot, 2015).

Pereira (2016) destaca que relatórios integrados representam uma ideia recente, com maior relevância a partir do ano de 2009, quando o tema passa a ter maior evidência no meio acadêmico e empresarial, o que corrobora com a pesquisa de Eccles; Krzuz e Ribot (2015). Já Tunico (2017), entende que relatos integrados surgem para atender uma perspectiva de divulgação de informações financeiras e não financeiras, sendo estas relacionadas à comunicação da sustentabilidade pelas empresas.

Através de um projeto da *Accounting for Sustainability (A4S)*, associado a outras organizações como GRI e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), foi fundado no ano de 2010 o *International Integrated Reporting Council (IIRC)* (Tunico, 2017; Demartini e Trucco, 2017). Segundo o IIRC (2013) o Relato Integrado (RI) pode ser entendido como um relato corporativo que busca a relevância estratégica. O IIRC (2013) ressalta que o RI deve apoiar decisões que levem a eficiência e que preza pela sustentabilidade.

Thomson (2015: 19) descreve o RI como uma prática híbrida de contabilidade-sustentabilidade que está alicerçada nos "pontos fortes da contabilidade, tais como a recolha de provas quantitativas sólidas, relevância, materialidade, comparabilidade e fiabilidade, para traduzir o discurso da sustentabilidade numa linguagem compreensível para os decisores organizacionais". Nagano et. al. (2013: 2) descreve o RI como "uma nova forma de relatar sua realidade, integrando dados financeiros e não financeiros, sem incongruência entre os discursos dos relatórios financeiro, de sustentabilidade, social e de governança corporativa." Serafeim (2014) entende RI como uma resposta a críticas passadas de que os relatórios financeiros e de sustentabilidade são desconectados, e Carvalho e Kassai (2014), observam que o RI deve incorporar todos os valores de criação sustentável de riqueza, e que estes valores devem fazer parte da concepção das estratégias da empresa.

Segundo Mantovani et. Al. (2017) e Suttipun e Bomlai (2019) os capitais que formam a estrutura do RI são: Capital Financeiro, Capital Manufaturado, Capital Intelectual, Capital Humano, Capital Social e de Relacionamento e Capital Natural.

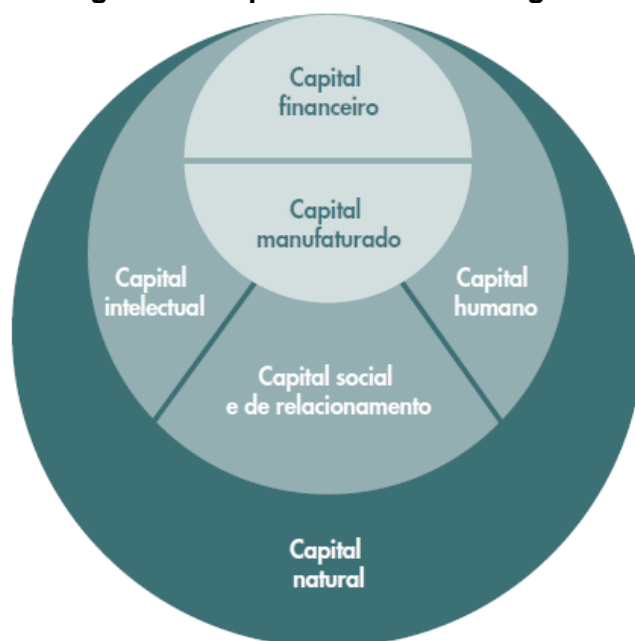
A Tabela 4 sintetiza a concepção e definição de cada um dos capitais. A Figura 6 demonstra a correlação proposta entre estes. Fragalli (2014) observa nesta correlação que não há uma hierarquia, mas sim o demonstrativo da interação entre os seis capitais.

Tabela 4 – Capitais do Relato Integrado

Capital	Concepção Segundo IIRC	Representação
Financeiro	Recurso que está disponível a uma organização para ser utilizado na produção de bens ou na prestação de serviços. Obtido por meio de financiamentos, tais como dívidas, ações ou subvenções, ou gerado por meio de investimentos.	Representa os recursos financeiros, tais como recursos em contas bancárias, investimentos. É evidenciado nos tradicionais relatórios financeiros.
Manufaturado	Objetos físicos manufaturados disponíveis a uma organização para uso na produção de bens ou na prestação de serviços, representado por itens como prédios, equipamentos, infraestrutura, maquinários, etc.	Recursos físicos necessários a atividade da empresa, como maquinários, instalações, imóveis e insumos.
Intelectual	Representa os ativos intangíveis organizacionais. São os capitais baseados no conhecimento.	Propriedade intelectual, patentes, direitos autorais, <i>softwares</i> , marcas e outros intangíveis organizacionais.
Humano	As competências, habilidades e experiência das pessoas e suas motivações para inovar.	As pessoas e seus valores, habilidades, competências e comportamento tais como experiências, habilidades em liderar, etc.
Social e de Relacionamento	Envolve as instituições e os relacionamentos dentro e entre comunidades, grupos de partes interessadas e outras redes, e a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo.	Envolve o relacionamento da empresa como a comunidade, <i>stakeholders</i> , clientes, fornecedores, empregados, etc.
Natural	Todos os recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais.	Todos os recursos do ambiente que venham a ser explorados ou afetados pela atividade da organização.

Fonte: Adaptado de IIRC (2013)

Figura 6 – Capitais do Relato Integrado



Fonte: IIRC (2013: 9)

Apesar de não haver uma hierarquia é possível interpretar que os capitais financeiros e manufaturados evidenciam os capitais encontrados nos relatórios contábeis e financeiros tradicionais. São envoltos pelos capitais que os criam e gerenciam, como o capital Intelectual, Humano e Social. Todos estes se relacionam com o capital Natural, do qual impactam e necessitam de materiais.

Segundo o IIRC (2013 p. 11-12) o Relato Integrado é alicerçado em sete princípios que sustentam a preparação e apresentação deste relatório. A Tabela 5 elenca estes princípios. O IIRC não estabelece um rigor específico para elencar indicadores, no entanto é comum a junção de indicadores quantitativos e estatísticos com análises qualitativas. Devendo, por prioridade, entender qual o melhor método para comunicar a informação desejada.

Tabela 5 – Princípios do Relato Integrado

Princípio	Função
Foco estratégico e orientação para o futuro	Um relatório integrado deve oferecer uma visão da estratégia da organização e como esta se relaciona com a capacidade da organização de gerar valor no curto, médio e longo prazos, bem como com o uso que faz dos capitais e seus impactos sobre eles.
Conectividade da informação	Um relatório integrado deve mostrar uma imagem holística da combinação, do inter-relacionamento e das dependências entre os fatores que afetam a capacidade da organização de gerar valor ao longo do tempo.
Relações com partes interessadas	Um relatório integrado deve prover uma visão da natureza e da qualidade das relações que a organização mantém com suas principais partes interessadas, incluindo como e até que ponto a organização entende, leva em conta e responde aos seus legítimos interesses e necessidades.
Materialidade	Um relatório integrado deve divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor em curto, médio e longo prazo.
Concisão	Um relatório integrado deve ser conciso.
Confiabilidade e completude	Um relatório integrado deve abranger todos os assuntos relevantes, tanto positivos quanto negativos, de maneira equilibrada e isento de erros materiais.
Coerência e comparabilidade	As informações em um relatório integrado devem ser apresentadas: (a) em bases coerentes ao longo do tempo; e (b) de maneira a permitir uma comparação com outras organizações na medida em que seja material para a capacidade da própria organização de gerar valor ao longo do tempo.

Fonte: Adaptado de IIRC (2013)

2.4. O RI e a divulgação da sustentabilidade

Segundo Brockett e Rezaee (2012: 5) o modelo convencional de relato corporativo reflete apenas as informações financeiras no que diz respeito aos resultados, já um modelo de relatório de sustentabilidade fornecerá informações financeiras e não financeiras sobre indicadores-chave de desempenho relativos ao desempenho econômico, de governança, social, ético e ambiental, definição que corrobora com a estrutura do Relato Integrado. Trabalhos como de Kassai, Carvalho e Kassai (2019), Montecalvo, Farneti & Villiers (2018), Camodeca, Almici & Sagliaschi (2018), Reimsbach, Hahn e Gürtürk (2017), Tilt *et al.* (2018), Baptista (2018), Maroun

(2019) relatam que a estrutura do RI está alinhada a contabilidade de resultados tripartida (tripé ou pilares da sustentabilidade) em virtude de sua estrutura que integra capitais financeiros e não financeiros.

Apesar deste reconhecimento, muitas pesquisas apresentam críticas ao RI e sua relação com a sustentabilidade, como Flower (2015), que entende que o RI abandonou princípios da sustentabilidade e foca, apenas, na geração de capital e atendimento a este *stakeholder* de forma prioritária. Tal qual a pesquisa de Tilt *et al.* (2018) e Baptista (2018), que reconhecem em muitas publicações avaliadas uma tendência a valorizar informações para as partes interessadas no capital financeiro, porém todos reconhecem o potencial *multi-stakeholder* deste modelo.

Pesquisas tem apontado a correlação entre *Environmental, Social and corporate Governance* (ESG) e o Relato Integrado (RI) como o trabalho de Mervelskemper e Streit (2016: 546), que encontraram evidências empíricas de como um relatório integrado pode melhorar a avaliação de mercado do desempenho de um ESG e da governança corporativa de uma empresa. Estes autores concluem que “o RI é superior aos relatórios autônomos da ESG em termos de melhorias acionadoras na avaliação de mercado do desempenho da ESG”.

Maroun (2019) destaca que a auditoria externa da ESG é essencial para garantir melhores relatos integrados e cita os avanços na África do Sul, em que o RI é obrigatório e a qualidade dos mesmos é notada seja entre as empresas que tem ou não boas notícias a comunicar quanto a questões sociais e ambientais.

Quanto a regulamentação e conseqüente obrigação da divulgação de informações não financeiras como as ESG, Sassen Hinze e Hardeck (2016: 900) entendem que a regulamentação pode “encorajar as empresas a integrar os factores ESG na sua estratégia e operações firmes e, assim, estabilizar os mercados de capitais, diminuindo as flutuações do mercado”. Da mesma forma a pesquisa de Stubbs e Higgins (2015), realizada na Austrália, destaca que uma possível regulamentação poderá valorizar a divulgação e uso das ESG em estratégias. Stubbs e Higgins (2015) realizaram entrevistas na qual *stakeholders* daquele país sugerem a adoção do RI para este fim.

Bernardi e Stark (2018: 17) entendem que “ESG é uma variável mediadora na determinação da eficácia do RI”. O resultado da pesquisa destes autores sugere que o RI estabelece melhores ligações entre ESG e o desempenho financeiro, sendo uma conseqüência implícita de que menor será o risco, quanto maior for o nível de divulgação do ESG nos relatos. A pesquisa de Bernardi e Stark (2018) reforça que há evidências que a redução de risco e melhoria de resultados parece ser impulsionada pelo fato do

RI estabelecer uma melhor ligação entre o desempenho ambiental e o resultado financeiro, o que demonstra uma ligação económica, através da integração destas informações. Tal condição melhora a governança com o uso de informações não financeiras, representadas pelo ESG, com as informações financeiras relacionadas pelo Relato Integrado.

As pesquisas anteriores permitem avaliar que a informação financeira, atrelada pelas informações não financeiras, ou financeiras indiretas, representadas pela *Environmental, Social and corporate Governance* (ESG) permite melhorar a decisão e análise, condição que reduz os riscos totais envolvidos em uma atividade, incluindo os próprios riscos de natureza social e ambiental. Estas pesquisas realizaram avaliações sobre os RI e sua relação com a divulgação do desempenho para a sustentabilidade das organizações, como os trabalhos de Stacchezzini, Melloni e Lai (2016); Abreu *et al.* (2016); Alves *et al.* (2016); Leocádio (2017); Reimsbach, Hahn e Gürtürk (2017); Freitas e Freire (2017); Ricardo, Barcellos, Bortolon (2017); Montecalvo, Farneti e Villiers (2018); Camodeca, Almici e Sagliaschi (2018); Tilt *et al.* (2018); Milosz, Kuhl (2018); Baptista (2018); Brito (2018); Barros *et al.* (2018); Albuquerque (2018); Santos, Rodrigues e Miranda (2018); Maroun (2019) e Homero Junior (2019). A Tabela 6 apresenta lista de trabalhos pesquisados e características das pesquisas relacionadas ao reporte da sustentabilidade em relatos integrados:

Tabela 6 – Caracterização de Pesquisas Anteriores sobre o reporte da sustentabilidade em RI

Título	Autor(es)	Caracterização do objetivo de pesquisa	Método de análise	Descrição da pesquisa
<i>Sustainability management and reporting: the role of integrated reporting for communicating corporate sustainability management.</i>	Stacchezzini, Melloni e Lai (2016)	Há valorização das informações financeiras?	Quantitativa: Análise multivariada	Realizaram pesquisa de análise manual de todo conteúdo de texto em vários relatos integrados. Com a ajuda de análises estatísticas multivariadas detectaram que há maior valorização da informação financeira e, em muitos casos, a informações sobre sustentabilidade são mínimas, no entanto há o entendimento de que a integração das informações auxilia a comunicar a sustentabilidade.
Governança Corporativa na Estrutura Conceitual do Relato Integrado: Divulgações das Empresas Brasileiras Participantes do Projeto Piloto.	Abreu et al. (2016)	Artigo objetiva a análise da estrutura conceitual do RI para a governança. Pouco destaque a sustentabilidade	Qualitativa: Pesquisa sobre o uso do RI na governança corporativa	Objetiva a análise da estrutura conceitual do RI para a governança. Apresenta pouco destaque para a sustentabilidade, porém não esclarece se isto se dá em virtude da ausência de interesse dos <i>stakeholders</i> , ou se foi um direcionamento da pesquisa.
Como a informação financeira evidencia a criação de valor no Relato Integrado.	Alves et al (2016)	Artigo analisa a divulgação e a integração da informação financeira com a não financeira nos RI publicados.	Quantitativa: Pesquisa documental	Analisam a divulgação e a integração da informação financeira com a não financeira nos RI publicados pelas empresas do programa piloto no Brasil. Segundo estes autores o termo sustentabilidade é apenas o sétimo entre os dez termos mais recorrentes nestes relatos.

Título	Autor(es)	Caracterização do objetivo de pesquisa	Método de análise	Descrição da pesquisa
Relato Integrado em Portugal.	Leocádio (2017)	Avaliação de relatos publicados em Portugal	Qualitativa: Leitura e análise de RI	Realizou pesquisa exploratória em relatos integrados publicados em Portugal. A avaliação foi pautada nos princípios do RI. Conclui o autor que estes relatos ainda estão abaixo do que se espera, no entanto enfatiza que é provável que tal fato seja ocasionado por ainda ser este um <i>framework</i> recente.
<i>Integrated Reporting and Assurance of Sustainability Information: An Experimental Study on Professional Investors' Information Processing.</i>	Reimsbach, Hahn e Gürtürk (2017)	Análise da fiabilidade das informações sobre sustentabilidade divulgadas em relatos integrados	Quantitativa: Estatística factorial 2 x 2	Relatam que a asseguração e auditoria das informações sobre sustentabilidade no RI aumentou o acesso potencial dos investidores a estas informações. O experimento realizado por estes autores destacou que muitos investidores preferem que as informações financeiras e não financeiras sejam divulgadas de forma conjunta. Os autores apresentaram um estudo baseado em experimentos e dados estatísticos testados em factorial 2 x 2.
Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade.	Freitas e Freire (2017)	Análise de relatos publicados pelo Conselho Federal de Contabilidade do Brasil.	Quantitativa e qualitativa: Contagem de páginas e análises sobre a materialidade da informação.	Analisaram relatos publicados pelo Conselho Federal de Contabilidade do Brasil (CFC). Norteadas pelos princípios do RI identificaram que as informações socioambientais tiveram problemas quanto aos princípios da materialidade, confiabilidade e completude. As

Título	Autor(es)	Caracterização do objetivo de pesquisa	Método de análise	Descrição da pesquisa
				<p>autoras aplicaram técnica de contagem de páginas para estruturar a análise apresentada.</p>
<p>Relatório de sustentabilidade ou relato integrado das empresas listadas na bm&fbovespa: fatores determinantes de divulgação</p>	<p>Ricardo, Barcellos, Bortolon (2017)</p>	<p>Quais fatores influenciam na probabilidade de publicação de relato integrado ou de sustentabilidade.</p>	<p>Quantitativa: Estatística descritiva</p>	<p>Ricardo, Barcellos, Bortolon (2017) identificam cinco fatores que influenciam na divulgação da informação: “Empresas maiores possuem maior probabilidade em divulgar informações ambientais”; “Empresas mais rentáveis possuem maior probabilidade em divulgar informações ambientais”; “Níveis diferenciados de governança corporativa possuem maior probabilidade em divulgar informações ambientais”; “Empresas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)” e “Empresas em sectores com alto grau de impacto ambiental”. Analisam, através de estatística descritiva. A pesquisa confirma que o tamanho e a participação na carteira ISE são fatores mais relevantes na determinação da divulgação de informações ambientais. Artigo foca na divulgação de informações, sem analisar a qualidade e comprometimento com a</p>

Título	Autor(es)	Caracterização do objetivo de pesquisa	Método de análise	Descrição da pesquisa
				sustentabilidade por parte das empresas avaliadas.
<i>The potential of integrated reporting to enhance sustainability reporting in the public sector.</i>	Montecalvo, Farneti e Villiers (2018)	Perceção sobre o RI no sector público da Nova Zelândia	Qualitativa: Inquéritos e avaliação dos relatórios publicados	Realizaram pesquisa sobre a utilização dos Relatos Integrados (RI) no sector público da Nova Zelândia. Trata-se de um trabalho pioneiro sobre a comunicação da sustentabilidade em organizações públicas. Neste trabalho os autores analisaram relatos de organizações públicas neozelandesas, tendo por parâmetros os princípios do RI, dentre os quais a materialidade é relatada como importante para o desenvolvimento da comunicação da sustentabilidade nestas organizações, o que permitiu melhor integrar as relações e comunicações entre os capitais. Este artigo demonstra que o RI foi capaz de aprimorar a comunicação de sustentabilidade pelas organizações públicas.
<i>Sustainability Disclosure in Integrated Reporting: Does It Matter to Investors?</i>	Camodeca, Almici e Sagliaschi (2018)	Análise do enquadramento das informações sobre sustentabilidade	Quantitativa e qualitativa: Teoria dos Jogos e regressão estatística	Utilizam-se da teoria dos jogos e de técnica quantitativa para a análise de regressão de dados estatísticos para avaliar se as informações referentes a sustentabilidade, quando divulgadas em relatos integrados, geram impacto nas decisões de <i>stakeholders</i> . Este

Título	Autor(es)	Caracterização do objetivo de pesquisa	Método de análise	Descrição da pesquisa
				trabalho demonstra que há potencial para divulgação da sustentabilidade pelo RI porém, segundo os resultados obtidos, apenas em grandes companhias de serviços (<i>utilities companies</i>) tem se utilizado, para fins de investimento, as informações sobre sustentabilidade.
<i>Integrated Reporting and Sustainability: A Note on Perceptions of the Accounting Profession.</i>	Tilt et al. (2018)	Compreender a opinião dos contabilistas da Austrália e Hong Kong sobre o RI	Qualitativa: Uso de inquéritos e análise das respostas obtidas.	Apresentam pesquisa com contabilistas da Austrália e Hong Kong. A pesquisa demonstrou que há, ainda, uma tendência para valorização das informações financeiras divulgadas no RI, no entanto muitos destes profissionais já identificam que a integração de informações poderá ser útil para o avanço de práticas sustentáveis.
Inserção da sustentabilidade nos relatórios de divulgação voluntária de informações.	Milosz, Kuhl (2018)	O artigo analisa a divulgação voluntária de informações inerentes a sustentabilidade nos Relatos Integrados.	Quantitativa: Contagem do termo sustentabilidade	Analisaram a divulgação voluntária de informações inerentes à sustentabilidade nos Relatos Integrados. A análise realizada foi a de computar a quantidade de vezes que o termo sustentabilidade é citado nos relatos. A partir desta análise quantitativa, realizou-se a avaliação final dos RI da amostra. Destacam os autores que o termo é, em geral, utilizado para divulgações generalizadas em relação aos

Título	Autor(es)	Caracterização do objetivo de pesquisa	Método de análise	Descrição da pesquisa
				aspectos sociais, ambientais e financeiros, em todas as dimensões pouco aparecendo de forma explícita.
<i>Integrated reporting stimulates strategic communication of corporate social responsibility?: A marketing perspective analysis based on Maignan, Ferrell and Ferrell's stakeholder model of corporate social responsibility in marketing.</i>	Baptista (2018)	Artigo apresenta a seguinte questão de pesquisa: Os relatórios integrados podem servir para operacionalizar o modelo de responsabilidade social corporativa de Maignans et al. (2005)?	Qualitativa: Modelo de responsabilidade social	Apresenta pesquisa em que questiona se os relatórios integrados podem servir para operacionalizar um modelo de responsabilidade social corporativa. Neste contexto o autor analisa se estes relatos podem ser utilizados como fonte de informação para comunicar a responsabilidade social. O autor conclui que há limitações. A primeira delas por estar, ainda, essencialmente voltada para os provedores de capital financeiro, condição que corrobora com outras pesquisas elencadas nesta tabela. Sugere que, para melhorar o RI, se faz necessário que deixe de ser um modelo para mono-interessados, e passe a ser um modelo de comunicação <i>multi-stakeholders</i> .
Sustentabilidade – relato e ambição: como o Itaú Unibanco evoluiu na prestação de contas e definição de objetivos e metas	Brito (2018)	Autora analisa os relatos integrados do grupo Itaú Unibanco. Analisa a forma de comunicação, comprometimento com a	Qualitativa: Inquéritos e avaliação dos relatórios publicados	Apresenta pesquisa sobre os relatos integrados e de sustentabilidade do grupo Itaú-Unibanco. Demonstra que nesta empresa há uso dos mesmos para comunicar e formalizar estratégias

Título	Autor(es)	Caracterização do objetivo de pesquisa	Método de análise	Descrição da pesquisa
de sustentabilidade na última década.		sustentabilidade e uso da informação para decisões		de ação no mercado financeiro. E que comunica um real comprometimento da instituição para com a sustentabilidade. Faltando apenas atingir a concisão nesta comunicação.
O Impacto do Relato Integrado no <i>Value Relevance</i> das Empresas Participantes do Programa Piloto no Brasil.	Barros et al (2018)	Realiza análise quantitativa da informação para identificar qual o valor gerado para as empresas	Quantitativa: Análise econométrica	Realizam análise quantitativa da informação, através de modelo econométrico. A pesquisa demonstra que empresas utilizam como um relatório de sustentabilidade, mas não avalia esta condição com maior profundidade. Os resultados levam a conclusão de que os RI publicados no Brasil atendem a estrutura conceitual proposta pelo IIRC.
Efeitos da divulgação do relato integrado e de relatórios de sustentabilidade sobre o desempenho de companhias abertas no Brasil.	Albuquerque (2018)	Estudou os efeitos da divulgação de informações de sustentabilidade no desempenho de companhias abertas, ou seja, se a divulgação de sustentabilidade resulta em benefícios externos.	Quantitativa: Estatística descritiva	Estudou os efeitos da divulgação de informações de sustentabilidade no desempenho de companhias abertas, ou seja, se a divulgação de sustentabilidade resulta em benefícios externos. Foi realizada análise quantitativa através de estatística descritiva e a interpretação de indicadores financeiros nas análises. Segundo a autora, os resultados sugerem que a divulgação de sustentabilidade contribui para a

Título	Autor(es)	Caracterização do objetivo de pesquisa	Método de análise	Descrição da pesquisa
				valorização do preço de ações, porém não reduzem o custo de capital das empresas.
<i>A Study of Stakeholders' Positioning on Information Materiality and Accountability in the Integrated Report.</i>	Santos, Rodrigues e Miranda (2018)	Analisam o posicionamento dos vários <i>stakeholders</i> , a partir de amostragem de cartas comentários referentes ao draft proposto pelo IIRC.	Quantitativa: Teste de estatística não paramétrica	Analisam o posicionamento dos vários <i>stakeholders</i> , a partir de amostragem de cartas comentários referentes ao draft proposto pelo IIRC. Apresentam como resultado que, quanto à sustentabilidade, esta foi deixada de lado favorecendo os <i>stakeholders</i> fornecedores de capital financeiro, estando o RI mais voltado a atender os investidores, o que coloca em segundo plano aqueles mais preocupados com a sustentabilidade. Analisaram a informação divulgada nos RI, considerando a materialidade como princípio e fator de análise. O artigo demonstra que empresas com maior propensão a poluir tendem a não responsabilizar a governança da organização por estes atos e informações divulgadas, referentes a impactos ambientais negativos.
<i>Does external assurance contribute to higher quality integrated reports?</i>	Maroun (2019)	Análise da fiabilidade de informações ambientais e sociais	Qualitativa: Leitura, inquéritos e análise	Relata que a prática da asseguração das informações ambientais e sociais, em conjunto

Título	Autor(es)	Caracterização do objetivo de pesquisa	Método de análise	Descrição da pesquisa
				com as gerenciais, aumentam a qualidade dos RI.
Pesquisa ou Propaganda? Análise da Literatura Acadêmica Brasileira sobre o Relato Integrado.	Homero Junior (2019)	Realiza revisão da literatura brasileira sobre o relato integrado para identificar se estes trabalhos estão adequados a discurso do IIRC.	Qualitativa: Revisão crítica da literatura brasileira sobre o RI	Realiza revisão da literatura brasileira sobre o relato integrado para identificar se estes trabalhos estão adequados a discurso do IIRC. Observa o autor que a literatura brasileira carece de abordagem crítica e que o RI não evidencia a sustentabilidade como era pretendido. O autor ressalta que o IIRC pode ter se afastado do interesse em comunicar a sustentabilidade para poder valorizar a informação ao investidor financeiro.

Nota-se que a maioria das pesquisas realiza avaliações da informação divulgada nos relatos. São pesquisas de análise quantitativa e qualitativa, caracterizando-se como pesquisas exploratórias. Nas pesquisas quantitativas houve a realização de avaliações através de métodos estatísticos e os resultados obtidos embasaram as análises apresentadas. Nas pesquisas qualitativas, em geral, utilizou-se de inquéritos e leitura crítica dos relatos publicados. Quanto à sustentabilidade muitas destas pesquisas apontam que os aspectos sociais e ambientais tendem a estar relegados. A quase totalidade das pesquisas reporta que há uma maior valorização da informação financeira, sendo o provedor do capital financeiro, ainda, o *stakeholder* mais valorizado, embora perceba-se que os demais provedores de capitais do RI, em especial o ambiental, preocupam-se com esta divulgação. No entanto as pesquisas mostraram que há empresas que utilizam o RI para apoio a gestão e comunicação real de práticas sustentáveis, assim como há evidências de que este enquadramento pode auxiliar na melhor comunicação e execução de ações sustentáveis.

Quanto ao método de avaliação nota-se que há equilíbrio entre a proposição de análises quantitativas e qualitativas. Técnicas estatísticas e de contagem estão presentes em todos os trabalhos. Dos resultados gerais observados nota-se que as pesquisas apontam para o fato de que há uma correlação entre o RI e uma proposta de relatório para comunicar sobre a sustentabilidade praticada nas organizações apesar da tendência a valorizar mais as informações financeiras em detrimento das não financeiras. Nota-se que, em geral, há apenas a análise da informação divulgada e poucos estudos para explorar se estas informações são destinadas para apenas atender obrigações legais, ou se há real interesse por parte das empresas em realizar ações sustentáveis, no entanto também há correlações de uso das informações na governança de empresas, o que demonstra que este relatório pode ser utilizado para apoiar ações gerenciais, em especial àquelas voltadas para valorizar decisões mais sustentáveis.

3. Métodos de investigação

3.1 Enquadramento

Esta pesquisa pautou-se numa primeira fase pela revisão da leitura tendo por referencial a análise de trabalhos anteriores sobre a divulgação da sustentabilidade em relatos integrados. E realizou-se o levantamento de uma amostra de relatos publicados no Brasil para que possam ser analisados em três etapas:

- Leitura dos RI da amostra;
- Inquéritos com gestores;
- Análise dos resultados pelo método AHP.

A leitura dos RI foi conduzida de forma a identificar grupos e palavras e sua correlação com a comunicação da sustentabilidade.

Os inquéritos objetivaram compreender a opinião de gestores sobre a comunicação dos aspetos sobre a sustentabilidade nos relatos integrados publicados no Brasil. Os inquéritos puderam receber participação de gestores que vão além daquelas empresas que compõem a amostra analisada, sendo, portanto, uma etapa mais abrangente que as etapas de leitura e análise pelo Processo Analítico Hierárquico. As respostas registradas nos inquéritos foram anónimas. O apêndice I deste trabalho elenca o conjunto de respostas obtidas.

O conjunto destas avaliações possibilitou compreender o quão completa está a divulgação da sustentabilidade nos relatos integrados e se atuam como uma ferramenta adequada para o reporte dos aspetos financeiros e não financeiros com uma mesma ênfase, sem uma maior valorização de algum tipo dentre estas informações.

A pesquisa, portanto, está alicerçada em uma abordagem metodológica geral, com estudo exploratório baseado fundamentalmente em análise documental e amostra, análise de conteúdo, inquérito aos gestores e AHP e tratamento dos dados efetuados, e trata-se de uma análise macro e abrangente dos elementos contidos na amostra. A Tabela 7 apresenta a correlação entre objetivos deste trabalho e o método utilizado para sua consecução.

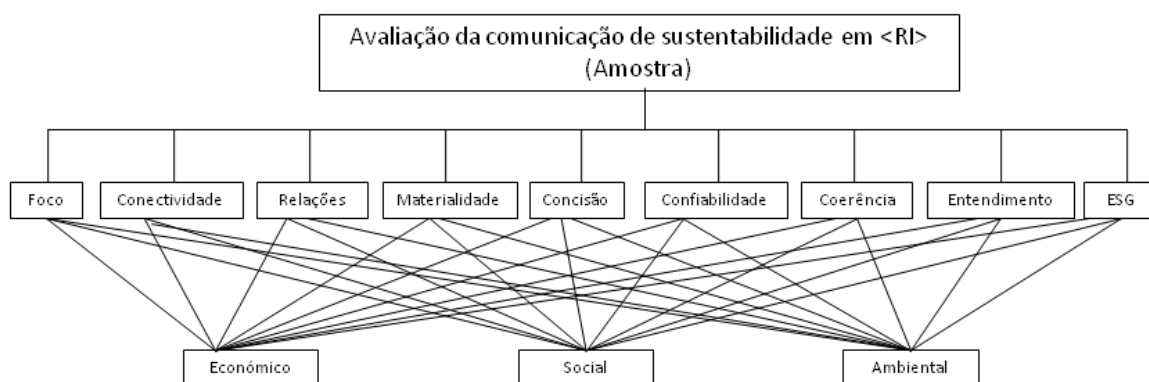
Tabela 7 – Relacionamento entre os Objetivos e métodos para execução

Objetivo específico	Método
<ul style="list-style-type: none"> Definir de uma amostra de empresas brasileiras 	Recolha de Relatos Integrados publicados relativos aos anos de 2017 e 2018 e tenham disponibilizado este documento em seus websites.
<ul style="list-style-type: none"> Comparar as empresas em <i>clusters</i>, por setor económico e realizar comparações para tentar identificar semelhanças e diferenças no tratamento da sustentabilidade. 	As empresas da amostra foram classificadas em organizações do setor público, setor misto e setor privado, e ainda classificadas conforme o ramo de atividade.
<ul style="list-style-type: none"> Leitura dos relatos integrados da amostra. 	Leitura, contagem de termos e interpretação.
<ul style="list-style-type: none"> Aplicar um inquérito para coleta das opiniões de gestores sobre o uso do RI. 	O inquérito foi elaborado e encaminhado a gestores, através de formulário eletrônico, e realizado de forma anónima. As perguntas permitiram reportar opiniões em uma escala numérica de 1 a 5, em que 1 era pouco aplicável e 5, totalmente aplicável. Ao final uma média aritmética foi obtida dentre todas as notas recolhidas.
<ul style="list-style-type: none"> Utilizar como indicadores e critérios para análise, os princípios do Relato Integrado. Desta forma pode-se avaliar se a sustentabilidade é tratada de forma holística e integrada a todos os capitais, bem como identificar se há equidade entre as dimensões económicas, ambientais e sociais praticadas. 	Os indicadores foram utilizados como critérios para embasar a análise pelo AHP.
<ul style="list-style-type: none"> Analisar e comparar os RI da amostra através do método <i>Analytic Hierarchy Process</i> (AHP – Processo Analítico Hierárquico). 	O método AHP tendo por referência de análise os aspetos sociais, económicos e ambientais contidos nos relatos da amostra.

A hierarquia na divulgação da sustentabilidade nos relatos integrados da amostra foi analisada em uma estrutura na qual o objetivo geral é representado pela avaliação da comunicação da sustentabilidade em cada um dos RI da amostra. Como critérios de análise foram utilizados os critérios elencados na Tabela 5 a qual reúne os princípios para o RI, aspetos como ESG e decisão sustentável. As alternativas finais avaliadas representam a contabilidade de resultados tripartida ou tripé da sustentabilidade (*triple bottom line accounting*). Os resultados obtidos são apresentados na lista do apêndice II deste trabalho. As tabelas a seguir consolidam os resultados obtidos por *clusters*.

A análise pelo AHP seguiu a estrutura apresentada na Figura 7. A estrutura apresenta o objetivo geral, representado pela avaliação da comunicação da sustentabilidade. Os respetivos critérios de análise e, por fim, as alternativas finais representam os pilares da sustentabilidade ou contabilidade de resultados tripartida (*triple bottom line accounting*). Esta estrutura possibilitou analisar a comunicação e, por fim, hierarquizar a comunicação da sustentabilidade. Assim sendo possível verificar se há maior atenção para um dos pilares da sustentabilidade, ou se todos são tratados de forma holística.

Figura 7 – Estrutura da Análise Pelo Método AHP



O método do Processo Analítico Hierárquico possibilitou identificar uma correlação entre os capitais do RI, seus princípios e a comunicação e a maior ou menor evidência, dos aspetos sociais e ambientais, em comparação com a qualidade da informação económica.

A análise foi aplicada a cada empresa da amostra. Os resultados foram posteriormente consolidados em *clusters*, o que permitirá um maior conjunto de análises dos resultados.

Para os critérios de análise a proposta de peso avaliativo é relatada na Tabela 13, que apresenta a grelha de avaliação a ser utilizada na análise dos relatos da amostra. No AHP faz-se necessário atribuir um peso avaliativo para os critérios e alternativas. Será utilizado para tanto o Método do Julgamento Holístico (Godoi, 2014). Já para os inquéritos com gestores utilizou-se das questões elencadas na coluna de Fator Avaliado, porém com uma escala de peso entre 1 a 5, na qual o valor 1 representa situação pouco ou não relacionada, e 5 representa condição totalmente relacionada com a empresa e sua comunicação de sustentabilidade no RI.

3.2. Composição da amostra

A Tabela 8 elenca os relatos que compõe a amostra do setor privado. Apresenta o rol de organizações que publicaram o enquadramento do relato integrado e que disponibilizaram em seus respectivos *websites* estes relatórios.

Tabela 8 – Relatos Integrados – empresas privadas

Empresa	Atividade	RI analisados	Local
B2W	Plataformas digitais	2017 e 2018	Rio de Janeiro – RJ (sede) Brasil (atuação)
Bolsa Brasil Balcão - B3	Financeiro – Mercado de capitais	2017 e 2018	São Paulo – SP (sede)
Braskem	Petroquímica	2017 e 2018	São Paulo – SP (sede)
Bradesco	Financeiro	2017 e 2018	Osasco – SP (sede) Brasil (atuação)
BRF	Alimentos	2017 e 2018	São Paulo – SP (sede) Brasil (atuação)
CCR	Concessionária de Rodovias e outros modais	2017 e 2018	São Paulo – SP (sede) SP – RJ – RS – PR – MS – BA - MG (atuação)
CPFL	Energia	2017 e 2018	Campinas – SP (sede) SP – MG – RJ - RS (atuação)
Duratex	Móveis e utensílios em madeira e metais	2017 e 2018	São Paulo – SP (sede)
Eco Rodovias	Concessionária de Rodovias	2017 e 2018	São Paulo – SP (sede) SP – RJ – ES (atuação)
EDP	Energia	2017 e 2018	São Paulo – SP (sede)
Enauta	Petróleo	2018	Rio de Janeiro (sede)
Engie	Energia	2017 e 2018	Florianópolis – SC (sede)
Gerdau	Metalúrgica	2017 e 2018	São Paulo – SP (sede) SP – PE – MG – CE – RJ PR – RS – BA (atuação)
Grupo Fleury	Medicina e saúde	2017 e 2018	São Paulo – SP (sede)
Itaúsa	Holdings com vários investimentos. Destaque principal para financeiro, pela marca Itaú Unibanco.	2017 e 2018	São Paulo – SP (sede) Brasil (atuação)
Itaú S/A	Financeiro	2017 e 2018	São Paulo – SP (sede) Brasil (atuação)
Lojas Americanas	Comércio em varejo de vários produtos	2017 e 2018	Rio de Janeiro – RJ (sede) Brasil (atuação)
Lojas Renner	Comércio em varejo de Moda	2017 e 2018	Porto Alegre – RS (sede) Brasil (atuação)

Empresa	Atividade	RI analisados	Local
Mapfre	Seguros	2017 e 2018	São Paulo – SP (sede) Brasil (atuação)
M. Dias Branco	Alimentos	2017 e 2018	Eusébio – CE (sede) Brasil (atuação)
Paranapanema	Metalúrgica	2017	Santo André – SP (sede)
Santander	Financeiro	2017	São Paulo – SP (sede) Brasil (atuação)
SCL	Agrícola	2017 e 2018	Porto Alegre – RS
Sulamérica	Seguros de saúde, automóveis e outros	2017 e 2018	Rio de Janeiro - RJ (sede) Brasil (atuação)
Telefônica	Telecomunicações	2017 e 2018	São Paulo – SP (sede) Brasil (atuação)
Totvs	Tecnologia da Informação	2017	São Paulo – SP (sede)
Votorantim	Minerais	2017 e 2018	São Paulo – SP (sede)

A Tabela 9 elenca os relatos que compõe a amostra do setor de empresas de economia mista. Apresenta o rol de organizações que publicaram o enquadramento do relato integrado e que disponibilizaram em seus respectivos *websites* estes relatórios.

Tabela 9 – Relatos Integrados – empresas de economia mista

Empresa	Atividade	RI analisados	Local
Banco de Brasília	Financeiro	2017	Brasília – DF (sede)
Banco do Brasil	Financeiro	2017 e 2018	Brasília – DF (sede) Brasil (atuação)
CEMIG	Energia	2017 e 2018	Belo Horizonte – MG (sede) MG – ES – SC – RO – PA – CE
Copel	Energia	2017 e 2018	Curitiba – PR (sede)
Eletrobras	Energia	2017 e 2018	Rio de Janeiro – RJ (sede) Brasil (atuação)
Indústrias Nucleares do Brasil – INB	Energia	2018	Rio de Janeiro – RJ (sede)
Petrobras	Petróleo e Gás	2017 e 2018	Rio de Janeiro – RJ (sede) Brasil (atuação)

A Tabela 10 elenca os relatos que compõe a amostra das entidades públicas. Apresenta o rol de organizações que publicaram o enquadramento do relato integrado e que disponibilizaram em seus respectivos *websites* estes relatórios.

Tabela 10 – Relatos Integrados – entidades públicas

Empresa	Atividade	RI analisados	Local	Vínculo
Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS	Agência reguladora	2018	Rio de Janeiro – RJ	Ministério da Saúde
BNDES	Financeiro – desenvolvimento público	2018	Brasília – DF	Ministério da Economia
Conselho Federal de Contabilidade	Conselho de classe profissional	2018	Brasília – DF	Autarquia especial
Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná	Conselho de classe profissional	2018	Curitiba – PR	Autarquia especial - Conselho Federal de Contabilidade
Controladoria Geral da União	Auditoria e <i>accountability</i> governamental	2018	Brasília – DF	Administração central
Correios	Logística	2018	Brasília – DF	Administração central
Imprensa Oficial de SP	Comunicação oficial	2018	São Paulo – SP	Administração Estadual
INEP	Pesquisas no âmbito educacional	2018	Brasília – DF	Ministério da Educação
Ministério da Fazenda	Gestão pública	2017 e 2018	Brasília – DF	Administração Central
Previc	Previdência complementar pública	2018	Brasília – DF	Autarquia vinculada ao Ministério da Economia
Serpro	Tecnologia da Informação	2017	Brasília - DF	Ministério da economia (Administração central)
Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região	Justiça trabalhista	2018	Brasília – DF	Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região	Justiça trabalhista	2018	Goiânia – GO	Justiça do Trabalho
Universidade Federal de Alfenas	Educação superior	2018	Alfenas – MG	Ministério da Educação
Universidade Federal da Fronteira do Sul	Educação superior	2018	Chapecó – SC	Ministério da Educação
Universidade Federal de Goiás	Educação superior	2018	Goiânia – GO	Ministério da Educação
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Educação superior	2018	Campo Grande - MS	Ministério da Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Educação superior	2018	Porto Alegre – RS	Ministério da Educação

A amostra do setor privado foi selecionada entre empresas listadas na Bolsa Brasil Balcão (B3) e que forneceram informações sobre a publicação de relatos de sustentabilidade ou integrados. Tendo por ponto de partida esta listagem foi realizado um

levantamento para identificar quais empresas publicaram, em seus *websites*, relatórios em acordo com o enquadramento do RI, portanto, ancorado nos princípios do IIRC. Este levantamento permitiu identificar as 27 empresas privadas e as sete empresas de economia mista da amostra. As 18 entidades públicas foram selecionadas considerando organizações que estão submetida a auditoria do Tribunal de Contas da União. A partir desta condição foi realizada pesquisa nos *websites* das respectivas instituições elencadas e selecionadas aquelas que disponibilizaram acesso aos seus relatos conforme as determinações do Tribunal de Contas da União. A Imprensa Oficial de São Paulo é exceção quanto à obrigatoriedade de seguir a Decisão Normativa 170/2018 do TCU, no entanto, como a organização utilizou o enquadramento RI como meio de comunicação de governança e sustentabilidade, optou-se por incluir esta instituição na amostra.

Realizou-se o levantamento de amostra entre empresas brasileiras privadas e públicas que publicaram o Relato Integrado referente aos anos de 2017 e 2018. Não sendo incluídos o período de 2019 já que foram poucas as publicações referentes a este ano. Um provável efeito dos atrasos gerados pela pandemia ocorrida no ano de 2020. Relatos desses dois períodos foram escolhidos para a amostra por estarem disponíveis nos *websites* das organizações públicas e privadas que compõem a amostra, tornando, portanto, mais exequível o desenvolvimento desta dissertação. Além disto, representam a fase de início da obrigatoriedade do uso do enquadramento do Relato Integrado por parte dos órgãos públicos federais que se submetem a auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU).

Para as empresas privadas, assim como para as empresas mistas, utilizaram-se como base de pesquisas e amostragem o banco de dados sobre sustentabilidade nas empresas, divulgado pela bolsa de valores oficial do Brasil – a Bolsa Brasil Balcão (B3), complementado por relatos divulgados por grandes empresas localizadas no país, mas que não estejam relacionadas na B3. Para as organizações públicas obrigadas a publicação do Relato Integrado à amostra considera o levantamento das publicações nos respectivos *websites* das organizações obrigadas a prestação de contas ao TCU.

A análise se dá pela leitura dos relatos para identificar, na amostra, qual o volume de informações sobre sustentabilidade, se integra a estratégia da empresa e se há um destaque e importância para as informações de comunicação socioambiental, ou se há um foco prioritário para as informações financeiras, apenas.

3.3 Análise de conteúdo

3.3.1 Procedimentos, Critérios e Grelha de avaliação

A Leitura dos RI possibilitou identificar se os respetivos princípios de elaboração do Relato Integrado são devidamente aplicados. Os princípios do RI, apresentados na Tabela 5 deste trabalho, tem sido utilizado como referência para avaliação, em especial o princípio da materialidade, que em muitas pesquisas é utilizado como um dos critérios principais de avaliação (Serafeim, 2014; Thomson, 2015; Freitas e Freire, 2017; Montecalvo, Farneti & Villiers, 2018; Santos, Rodrigues & Miranda, 2018). Neste aspeto este trabalho busca expandir para uma análise que considere de forma holística todos os princípios de elaboração do relato integrado. Acredita-se que o uso dos princípios permitirá compreender se as organizações estão a segui-los corretamente para a comunicação da governança e sustentabilidade neste enquadramento. Permitirá também avaliar se a comunicação sobre aspetos ambientais e sociais são tratados de forma semelhante à informação financeira ou se são subservientes a esta, como observado em outras pesquisas (Stacchezini, Melloni & Lai, 2016; Baptista, 2018; Santos, Rodrigues & Miranda, 2018; Tilt *et al.*, 2018; Camodeca, Almici & Sagliaschi, 2018; Homero Junior, 2019).

Os princípios do RI foram integrados como critérios, juntamente ao entendimento da lógica de decisão pelos gestores e ESG. A tabela 11 apresenta critérios e os fatores que se pretendeu analisar na amostra. Para alinhar os pilares do tripé da sustentabilidade aos critérios do AHP adotou-se a seguinte correlação: os capitais Financeiros e Manufaturados, por evidenciar os capitais encontrados nos relatórios contábeis e financeiros assumem aspetos económicos. Capital Intelectual, Humano e Social relacionam-se aos aspetos sociais e o capital Natural os aspetos ambientais. Os princípios devem atender a todos os capitais, desta forma correlacionando-se cada um destes na avaliação realizada.

Tabela 11 – Critérios e Fatores em Análise, para a análise de conteúdo dos relatórios.

Critério	Fatores em análise
Foco estratégico e orientação para o futuro (Princípio do RI)	Permitiu analisar se a empresa usa todos os capitais do RI com foco na gestão e geração de valor. Pretendeu-se identificar se os capitais não financeiros são tratados e comunicados de forma semelhante a informação financeira, aqui representada pelos capitais Financeiro e Manufaturado.

Critério	Fatores em análise
Conectividade da informação (Princípio do RI)	Este princípio prevê que um relato integrado deve comunicar-se de forma holística, combinando os capitais e respetivos inter-relacionamentos e dependências. Diante disto pretendeu-se avaliar se há correlação entre os fatores sociais e ambientais com os resultados econômicos e financeiros.
Relações com partes interessadas (Princípio do RI)	Pretendeu-se identificar quais <i>stakeholders</i> são priorizados. Ao adotar este princípio como critério de avaliação, permitiu verificar se há mesmo a tendência a um maior valor atribuído as partes interessadas na informação financeira apenas.
Materialidade (Princípio do RI)	Um dos critérios de avaliação mais encontrado na literatura, condição que pode referenciá-lo a ter um peso avaliativo maior, quando comparado aos demais princípios. Prevê que um RI deve divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor. Neste contexto pretendeu-se verificar se as informações divulgadas, em todos os capitais, atendem a esse potencial para gerar valor. Em especial destaque, identificar se as informações de aspetos sociais e ambientais possuem a mesma relevância que as informações econômicas.
Concisão (Princípio do RI)	Pretendeu-se verificar se há concisão e clareza nas informações sobre sustentabilidade.
Confiabilidade e completude (Princípio do RI)	Este princípio determina que um relato deve abranger todos os assuntos relevantes, tanto positivos quanto negativos, de maneira equilibrada e isento de erros materiais. Como critério é notório para avaliar se as informações relacionadas a sustentabilidade, em especial as sociais e ambientais, são devidamente comunicadas, sejam estes impactos negativos ou positivos. Foi utilizado também para avaliar se as empresas comunicam apenas um mínimo de informação necessária, ou se há valorização real das práticas sustentáveis.
Coerência e comparabilidade (Princípio do RI)	Pretendeu-se avaliar se as informações apresentam coerência. Portanto, pode-se entender como uma convenção à materialidade e se é possível comparar as informações sobre sustentabilidade com outras empresas ou informações internas ao longo do tempo.
Entendimento da lógica de decisão pelos gestores	Este critério de análise é a busca pelo entendimento da lógica de decisão pelos gestores. Com este critério pretendeu-se se verificar se a sustentabilidade comunicada no RI foi, de fato, fator de apoio a decisão nas organizações. Entende-se que este critério é um fator que consolida todos os princípios anteriores e permite verificar, de forma eficaz, se a sustentabilidade apoia as decisões gerenciais nas organizações da amostra coletada.
ESG	Pretendeu-se analisar se <i>Environmental, Social and corporate Governance</i> são comunicadas no RI e se há evidências de sua utilização gerencial pela organização.

Fonte: Adaptado de IIRC (2013)

A leitura dos relatórios integrantes da amostra visou ser uma leitura crítica para buscar considerações sobre como os relatos da amostra evidenciam as informações não financeiras e financeiras e se estão a se alinhar aos princípios do Relatório Integrado, permitindo assim uma comunicação mais holística e a comunicar, adequadamente, aspectos sociais e ambientais com a mesma qualidade das informações financeiras e econômicas. A leitura dos RI da amostra pautou-se na observação da presença de grupos de palavras e quantidade e qualidade das informações divulgadas e, ainda, buscou por identificar se as informações não financeiras foram utilizadas nas estratégias destas organizações e como puderam ser utilizadas. Foram pesquisados os termos: sustentabilidade, sustentável, ESG, governança, social, ambiente, ambiental sendo consideradas possíveis variantes como termos em língua estrangeira, sendo realizado um levantamento de palavras semelhante aos trabalhos de Stacchezzini, Melloni e Lai (2016), Alves et al (2016), Leocádio (2017), Freitas e Freire (2017), que realizaram contagem e análise de termos.

Para cada relatório efetuou-se uma análise qualitativa da leitura de conteúdo identificando como foi efetuada a comunicação socioambiental além do financeiro no RI. Portanto, foi avaliado se havia inclusões dos aspectos não financeiros na estratégia gerencial das empresas da amostra, e a clareza e comprometimento das ações comunicadas, e se houve uma equiparação com as informações financeiras divulgadas em conjunto nos RI avaliados.

Foi realizada a análise individual de cada RI da amostra. A estrutura das Tabelas 8, 9 e 10 foi utilizada para a construção dos *clusters* de análise dos relatos integrados. Foram considerados como *clusters*:

- O setor público e o privado e economia mista;
- A atividade econômica, para empresas privadas e de economia mista, e o tipo de serviço prestado a população no caso das organizações públicas.

3.4 Inquéritos

Foram convidados gestores de diversas empresas brasileiras para responder ao inquérito, para esta avaliação os convites para participação não se restringiram a empresas da amostra, portanto um universo muito maior de convidados para a análise foi considerado. O inquérito foi elaborado através de formulário eletrônico construído de forma a garantir que os respondentes permanecessem anônimos.

Os inquéritos foram enviados aos principais gestores de diversas empresas. Nesta fase as respostas para análise não se limitaram ao universo amostral deste trabalho, portanto, esta etapa de avaliação foi mais abrangente. Não houve controle cadastral dos emissores das respostas, sendo um inquérito anónimo sem qualquer identificação da pessoa respondente ou da empresa que represente. Pretendeu-se avaliar questões que visam mensurar o quão cada uma das informações comunicadas é avaliada pelos gestores.

As seguintes perguntas foram apresentadas neste inquérito (ver Apêndice I):

- O foco estratégico considera a sustentabilidade?
- Os capitais não financeiros são considerados de forma semelhante aos capitais financeiros e manufaturados?
- Há evidências de correlação entre os aspetos sociais e ambientais ao resultado económico/financeiro?
- Há a tendência a um maior valor atribuído as partes interessadas na informação financeira apenas?
- Há comunicação eficaz para as partes interessadas nos aspetos sociais e ambientais, através dos respetivos capitais que podem representá-los?
- As informações divulgadas nos capitais financeiro e manufaturados (económicos) afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor?
- As informações divulgadas como capital natural (ambiental) afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor?
- As informações divulgadas como capital social e de relacionamentos, humano e intelectual (sociais) afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor?
- Há concisão e clareza nas informações sobre sustentabilidade?
- Assuntos relevantes tanto positivos quanto negativos, estão abordados de maneira equilibrada e isenta?
- É comunicado apenas um mínimo de informação necessária, ou se há valorização real das práticas sustentáveis.
- É possível comparar as informações sobre sustentabilidade com outras empresas ou informações internas ao longo do tempo?
- A sustentabilidade comunicada no RI foi, de fato, fator de apoio à decisão nas organizações?
- Há evidências de sua utilização do ESG pela organização?

As notas obtidas nesta avaliação pautaram a atribuição das avaliações em pares realizadas na análise pelo método AHP, de forma a permitir a comparação holística neste método. O inquérito foi disponibilizado entre abril a julho do ano de 2020. Foi disponibilizado através de formulário *online* criado na plataforma *Google-Drive*, e com o respetivo acesso encaminhado para correio eletrónico das empresas. Sendo recebidas quarenta e seis respostas, que foram obtidas de forma anónima, e que atribuíram notas em uma escala de valor de um até cinco. Ao final a média aritmética foi obtida para análise de cada uma das questões. Ao todo foram enviadas duzentas mensagens para empresas que divulgam seus correios eletrónicos no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 e outras cinquenta mensagens a empresas não enquadradas neste índice.

3.5 Análise pelo AHP

O método do processo analítico hierárquico foi desenvolvido pelo matemático Thomas Saaty, sendo apresentado em 1977 pelo artigo intitulado “Método da escala para prioridades em estruturas hierárquicas. Posteriormente, em 1980, foi denominado por *Analytic Hierach Process* (AHP) (Saaty, 1980). É classificado como um método de apoio a decisões quando há múltiplos critérios em análise (Salomon, 2004; Saaty, 2013). Uma de suas características é auxiliar a extrair aspetos na estrutura do contexto analisado, portanto, é uma ferramenta que, neste trabalho, ajudou a avaliar a estrutura da comunicação nos RI da amostra. O AHP é um dos métodos mais utilizados para estudos e análises ambientais e sobre sustentabilidade (Gomes, Bias, 2018). A Tabela 12 elenca exemplos de alguns dos trabalhos pesquisados nos quais o AHP é aplicado para análises voltadas à sustentabilidade e impacte ambiental.

Tabela 12 – Exemplo do uso do AHP (sustentabilidade)

Título do artigo	Autores / ano da publicação	Aplicação
<i>Environmental Impact Assessment of Housing Colonies in Lucknow City, India with Special Reference to Land Capability and Spatial Development Using AHP and GIS</i>	Dutta e Tiwari (2015)	Avaliação de Impacte ambiental
<i>Exploring the environmental impact assessment commissioners' perspectives on the development of the seawater desalination project</i>	Liu, Weng e Sheu (2017)	Avaliação de impacte ambiental
Proposta de uma matriz de decisão em energia hidrelétrica com o uso do método multicritério, para formulação de políticas públicas no estado do Paraná	Souza (2016)	Monitorização da sustentabilidade e índice de sustentabilidade
Multifuncionalidade dos espaços florestais usando a análise espacial multicritério: caso de estudo numa freguesia do centro interior de Portugal.	Navalho, Alegria, Quinta-Nova (2015)	Multifuncionalidade de espaços florestais
Modelo multicritério de decisão para análise da vulnerabilidade à desertificação no semiárido brasileiro	Abreu, Araújo, Nunes (2019)	Estudo de impacte ambiental / Vulnerabilidade a mudanças climáticas e desertificação
<i>Applying analytic hierarchy process (AHP) to select climate change adaptation methods in agricultural sector: a literature review</i>	Linh (2019)	Análise de fatores relacionados a mudanças climáticas e agricultura

A análise pelo método do Processo Analítico Hierárquico (AHP - *Analytic Hierarchy Process*) permitiu avaliar e classificar a comunicação da sustentabilidade da amostra. O objetivo do uso deste método nesta pesquisa é verificar a distribuição da importância das informações económicas, sociais e ambientais, sendo alicerçadas pelos princípios do próprio enquadramento do Relato Integrado. A análise dos resultados pelo método do Processo Analítico Hierárquico possibilitou identificar se houve uma priorização equivalente na comunicação das informações financeiras e não financeiras, a considerar os pilares da sustentabilidade, portanto esta etapa permitiu verificar dentro a divulgação de informações económicas, sociais e ambientais se houve uma maior tendência a priorizar as informações financeiras em detrimento das informações não financeiras, ou se estas são tratadas com equidade. O método foi aplicado para avaliar cada relato presente na

amostra, sendo norteadores da análise os princípios do Relato Integrado, estes atuando como critérios de análise, de forma a indicar como estes princípios estão sendo seguidos e tratados para comunicar aspectos sociais, ambientais e econômico-financeiros. Com esta análise pode-se verificar se há uma priorização dentre as informações ou se são tratadas de forma equivalente.

Os valores apresentados nas tabelas que consolidam as análises pelo Método do Processo Analítico foram obtidos através das análises processadas pelo *software Expert Choice*, no qual foi realizada a introdução dos dados obtidos nos relatos integrados. As ponderações realizadas, incluindo os resultados observados na leitura dos RI e nas respostas obtidas pelos inquéritos, embasaram as avaliações fornecidas ao *software* que, em resposta a análise hierárquica, retornou os percentuais apresentados nas tabelas que analisam os resultados por setores.

O apêndice II evidencia um conjunto de gráficos que evidenciam as notas e resultados obtidos pelas análises pelo Método do Processo Analítico, sendo apresentado gráficos que denotam, segundo esta análise, o peso percentual atribuído como importância as informações econômicas, sociais e ambientais de cada relato avaliado.

3.6 Tratamento dos dados

Para tratamento dos dados coletados, utilizou-se *softwares* como planilhas eletrônicas e *softwares* para construção de decisão pelo AHP. Foi realizado levantamento das informações contidas em relatórios publicados de forma a identificar quais os principais fatores, de cada capital do RI, estão mais evidenciados. Apontar aspectos negativos e positivos relacionados à divulgação e prática da sustentabilidade pelas organizações públicas e privadas no Brasil. Utilizou-se dois *softwares*: o Microsoft Excel e o programa *Expert Choice*, para construção das matrizes para análises pelo AHP. Os critérios de análise, pautados nos princípios do RI, devem ser capazes de avaliar a integração entre os capitais do Relato Integrado e a maneira como refletem a sustentabilidade praticada e divulgada pelas organizações, permitindo, ainda, hierarquizar a qualidade da informação divulgada sobre sustentabilidade e a verificar se devidamente adequados e a seguir os princípios do enquadramento deste relato e compara-los entre empresas da amostra e períodos avaliados.

As tabelas com resultados foram complementadas com o cálculo de desvio padrão para que este indicador revele quão similares ou divergentes foram os níveis de

comunicação da sustentabilidade, entende-se que um menor desvio padrão é um indicativo de melhor informação holística. Já que no setor público foram poucas as publicações anteriores a 2018, a ordem classificatória destas tabelas apresenta apenas o ano de 2018.

O capítulo 4, a seguir, elenca os resultados obtidos nas etapas apresentadas para análises. Os resultados alcançados corroboram com aspetos apresentados por outros autores, seja pela tendência, que ainda persiste, em valorizar das informações financeiras, assim como se evidencia o potencial para comunicação da sustentabilidade pelo enquadramento do relato integrado.

4. Análise dos resultados

4.1 Análise de conteúdo dos Relatos Integrados

A leitura dos relatos das amostras apontou que, quanto à aplicação dos princípios do Relato Integrado, percebe-se que, em geral, há ainda pouca integração entre todos estes em especial quanto à comunicação de sustentabilidade. A Tabela 13 elenca grupos de palavras pesquisados e os respectivos resultados obtidos para estes termos.

Tabela 13 – Grupos de termos pesquisados nos RI da amostra

Empresa	Termos pesquisados					Total de Páginas do documento
	Sustentabilidade, sustentável	Ambiental, ambiente, meio ambiente	Social, sociedade	Econômico, economia	Financeiro finanças	
ANS 2018	16	4	8	86	158	168
B2W 2017	50	46	50	45	60	129
B2W 2018	43	50	20	19	50	79
B3 2017	22	30	40	25	360	150
B3 2018	34	20	20	23	60	71
BB 2017	190	290	100	120	220	154
BB 2018	208	347	200	150	243	153
BNDES 2018	68	78	78	127	172	80
Bradesco 2017	120	220	109	124	225	204
Bradesco 2018	100	203	85	101	290	227
Brasken 2017	112	122	28	38	34	105
Brasken 2018	100	127	30	100	55	109
BRB 2017	15	30	18	26	68	36
BRF 2017	53	138	42	41	80	172
BRF 2018	100	101	40	58	105	126
CCR 2017	29	20	9	16	14	16
CCR 2018	33	25	14	14	24	17
CEMIG 2017	89	150	80	82	24	168
CEMIG 2018	90	196	76	82	24	168
CFC 2018	34	20	17	23	104	83
CGU 2018	12	13	60	44	100	162
Copel 2017	140	120	70	54	63	125
Copel 2018	116	118	83	131	147	229
Correios 2018	22	13	30	48	150	149
CPFL 2017	99	91	41	42	57	136
CPFL 2018	120	89	42	37	60	108

Empresa	Termos pesquisados					Total de Páginas do documento
	Sustentabilidade, sustentável	Ambiental, ambiente, meio ambiente	Social, sociedade	Econômico, economia	Financeiro finanças	
CRC PR 2018	22	28	16	25	89	73
Duratex 2017	137	74	14	46	36	75
Duratex 2018	90	103	50	66	34	102
Ecorodovias 2017	133	70	21	45	60	110
Ecorodovias 2018	129	90	24	40	57	110
EDP 2017	37	39	22	21	33	34
EDP 2018	54	66	21	40	33	53
Eletróbrás 2017	115	145	35	56	70	143
Eletróbrás 2018	185	123	112	83	110	218
Enauta 2018	86	80	8	19	26	64
Engie 2017	160	120	52	64	78	123
Engie 2018	147	123	20	41	39	68
Fleury 2017	160	64	20	27	20	90
Fleury 2018	86	63	24	43	24	105
FURG 2018	24	109	30	52	23	186
Gerdau 2017	1	12	45	16	80	59
Gerdau 2018	7	24	23	18	60	75
IMESP 2018	12	4	12	10	3	46
INB 2018	11	21	16	28	100	77
INEP 2018	3	2	11	9	40	102
Itaú 2017	88	63	26	100	188	69
Itaú 2018	65	57	61	93	254	247
ITAUSA 2017	30	10	1	47	22	59
ITAUSA 2018	33	14	8	49	84	79
LASA 2017	49	48	47	54	63	129
LASA 2018	57	48	30	25	70	97
M.Dias F 2017	126	100	50	47	89	76
M.Dias F 2018	95	91	27	35	80	65
Mapfre 2017	81	90	24	34	65	45
Mapfre 2018	49	44	48	20	40	75
MinFaz 2017	8	4	10	234	297	176
MinFaz 2018	7	7	6	198	239	168
Parapanema 2017	60	56	20	25	30	80
Petrobrás 2018	30	42	26	36	90	131
Petrobrás2017	36	60	24	44	100	135
PREVIC 2018	3	4	4	36	90	76
Renner 2017	130	75	28	39	50	142
Renner 2018	83	66	17	27	49	73
Santander 2017	110	142	49	90	170	72

Empresa	Termos pesquisados					Total de Páginas do documento
	Sustentabilidade, sustentável	Ambiental, ambiente, meio ambiente	Social, sociedade	Econômico, economia	Financeiro finanças	
Serpro 2017	0	0	2	16	14	35
SLCAgrícola 2017	64	87	60	20	64	61
SLCAgrícola 2018	26	56	16	24	23	53
Sulamérica 2017	44	50	13	27	38	56
Sulamérica 2018	46	41	12	24	36	59
TCU 2018	13	34	19	10	50	169
Telefonica 2017	194	140	38	28	120	99
Telefonica 2018	97	86	26	40	164	112
Totvs 2017	15	20	22	32	46	93
Totvs 2018	20	22	26	2	11	39
TRT18 2018	16	11	22	17	46	107
UFFS 2018	32	96	67	52	40	149
UFG 2018	17	10	16	25	153	240
UFMS 2018	25	10	14	32	40	128
UNIFAL 2018	32	25	9	16	13	93
Votorantim 2017	140	113	57	62	53	60
Votorantim 2018	131	122	70	51	52	104

Considerando os resultados obtidos e a leitura atenta dos relatos da amostra, observou-se que, quanto ao foco estratégico e a conectividade, a maioria da amostra tende a não considerar aspectos sociais e ambientais, ou o consideram em menor escala, para a construção de suas estratégias, demonstrando assim maior valorização dos aspectos econômicos, o que encontra correlação com as pesquisas de Flower (2015), Baptista (2018) e de Tilt *et al.* (2018). Já as organizações que demonstram valorar com maior intensidade em seu planejamento estratégico tanto aspectos econômicos, como os sociais e ambientais, comunicam suas ações através de ferramentas como o *Balanced Scorecard*, dentre outras. Organizações com este planejamento mais holístico são as que demonstram seguir, de forma adequada, o princípio da conectividade, pois demonstram a correlação entre estes fatores e seus resultados, condição que corresponde aos resultados obtidos por Ricardo, Barcellos e Bortolon (2017), tratando-se de empresas com um nível diferenciado de governança corporativa, sendo estas as com maior probabilidade de divulgação de informações não financeiras, em especial as informações ambientais. Da relação com os *stakeholders*, observa-se uma forte tendência de valorização daqueles que buscam pela informação financeira e econômica apenas. Isto acontece na maioria dos relatos avaliados, sendo poucas as organizações que buscam tratar, de forma mais equilibrada, informações sociais e ambientais e como estas se relacionam aos resultados

obtidos, condição semelhante a levantada por Stacchezzini, Melloni & Lai (2016), Leocádio (2017), Baptista (2018), Homero Junior (2019). No entanto, nota-se uma evolução de um período para o seguinte, o que demonstra que há alguma preocupação com aqueles que buscam informações não financeiras ou financeiras indiretas nestes relatórios. Quanto a materialidade, nota-se por parte da maioria dos relatos avaliados, uma maior valorização dos capitais financeiro e manufaturado em detrimento dos capitais social e de relacionamento, humano, intelectual, e do capital natural. Da concisão, nota-se que, em boa parte da amostra, falta maior clareza para comunicar aspectos que vão além dos fatores económicos. Em geral aspectos sociais e ambientais são apresentados em menor volume de informações, o que não significa que sejam concisos, mas, por vezes, apenas uma tentativa de comunicar um mínimo necessário sobre ações ambientais e sociais, situação que corresponde aos resultados obtidos por Stacchezzini, Melloni e Lai (2016). Quanto ao princípio da confiabilidade e completude nota-se uma das maiores diferenças entre os relatos publicados pelo setor público e do setor privado. No setor público nota-se uma maior preocupação em comunicar assuntos positivos e negativos de forma isenta, estejam relacionados em qualquer dos capitais do RI, já no setor privado apenas os relatórios mais completos comunicaram assuntos negativos, sendo essa a maior diferença entre estes setores, uma situação que, de forma provável, é resultante da regulamentação pública para a divulgação de informações nos relatos, que exige a observância dos princípios e destaca a importância da comunicação de assuntos positivos e negativos. Quanto à valorização de práticas sustentáveis nota-se que parte dos relatos se limita apenas a comunicar um mínimo de informações, por vezes a cumprir com exigências legais e, por outra parte, há uma evolução dos relatos, com uma maior atenção a ações sustentáveis por parte das organizações que demonstram uma real preocupação e atenção para cuidar de fatores sociais e ambientais. A tendência da evolução na qualidade da comunicação, em especial no setor público, é destacada em pesquisa de Montecalvo, Farneti & Villiers (2018), tendência que se verifica na amostra. E, quanto a coerência e comparabilidade, nota-se, tal qual em muitos dos princípios anteriores, que muitos relatórios não permitem uma comparação entre seus resultados e ações com relatos de outras organizações, ou mesmo com relatos de anos anteriores, no entanto, há outros que permitem uma boa comparação e avaliação em especial quanto aos assuntos ligados a sustentabilidade.

A análise de leitura dos Relatos Integrados permite considerar que a estrutura de comunicação dos RI da amostra tende a não tratar a comunicação sobre aspectos ambientais e sociais de forma semelhante à informação financeira, tal qual apontado por Stacchezzini, Melloni, Lai (2016); Baptista (2018); Santos, Rodrigues, Miranda (2018); Tilt

et al (2018); Camodeca, Almici & Sagliaschi (2018); Homero Junior (2019), dentre outros. No entanto, há evidente evolução na qualidade dos relatos e alguns destes já se comunicam, de modo holístico, informações financeiras e não financeiras (financeiras indiretas) e demonstram real preocupação com aspetos sustentáveis, sejam económicos, sociais e ambientais, como observado por Kassai, Carvalho & Kassai (2019), Montecalvo, Farneti & Villiers (2018), Reimsbach, Hahn & Gürtürk (2017) e Maroun (2019).

4.2 Análise dos Inquéritos

Ao todo 46 respostas foram obtidas. Como todos os participantes foram mantidos anónimos, não há possibilidade de vincular a resposta fornecida ao respetivo respondente. A Tabela 14 apresenta um resumo das avaliações médias. Os resultados obtidos são apresentados na lista do apêndice I deste trabalho. As questões foram apresentadas com respostas esperadas em uma escala de 1 a 5 em que a opção 1 expressa pouca ou nenhuma correlação, enquanto a escala de valor 5 indica plena correlação. A escala baseia-se no entendimento da aplicabilidade dos princípios do RI com a comunicação da sustentabilidade. As notas apresentadas na Tabela 14 elencadas na coluna de notas, são a expressão da média aritmética de todas as notas obtidas durante o inquérito (ver apêndice I).

Tabela 14 – Resumo das avaliações por gestores (escala de avaliação de 1 a 5)

Critério	Fator Avaliado	Notas médias das avaliações
Foco estratégico	O foco estratégico considera a sustentabilidade?	3,6
	Os capitais não financeiros são considerados de forma semelhante aos capitais financeiros e manufaturados?	3,7
Conectividade	Há evidências de correlação entre os aspetos sociais e ambientais ao resultado económico/financeiro?	3,5
Relações com Stakeholders	Há a tendência a um maior valor atribuído as partes interessadas na informação financeira apenas?	4,3
	Há comunicação eficaz para as partes interessadas nos aspetos sociais e ambientais, através dos respetivos capitais que podem representá-los?	4,0
Materialidade	As informações divulgadas nos capitais financeiro e manufaturados (económicos) afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor?	4,9
	As informações divulgadas como capital natural (ambiental) afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor?	3,3
	As informações divulgadas como capital social e de relacionamentos, humano e intelectual (sociais) afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor?	3,8
Concisão	há concisão e clareza nas informações sobre sustentabilidade?	3,4
Confiabilidade e completude	Assuntos relevantes tanto positivos quanto negativos, estão abordados de maneira equilibrada e isenta?	3,2
	É comunicado apenas um mínimo de informação necessária, ou se há valorização real das práticas sustentáveis.	3,7
Coerência e comparabilidade	É possível comparar as informações sobre sustentabilidade com outras empresas ou informações internas ao longo do tempo?	3,9
Entendimento da lógica de decisão	A sustentabilidade comunicada no RI foi, de fato, fator de apoio à decisão nas organizações?	3,0
ESG	Há evidências de sua utilização do ESG pela organização?	2,9

Conforme a nota média das avaliações observa-se que os gestores demonstram que os capitais financeiros e manufaturados são os mais valorizados. Portanto, dentro do *triple botton line accounting*, o pilar económico recebe maior atenção, em detrimento aos aspectos ambientais e sociais, resultado que se alinha a análise pela leitura dos relatos pertencentes à amostra assim como as referências encontradas na literatura como nos trabalhos de Baptista (2018) e de Tilt *et al.* (2018). Apesar desta condição, os gestores entendem que o Relato Integrado pode comunicar, de forma eficaz, aspetos sociais e

ambientais como pode ser observado pela nota 4 obtida no quesito: *Há comunicação eficaz para as partes interessadas nos aspectos sociais e ambientais, através dos respectivos capitais que podem representá-los?* Condição verificada na literatura conforme Ricardo, Barcellos & Bortolon (2017) e Camodeca, Almici & Sagliaschi (2018). No entanto, a sustentabilidade, ainda, não é um fator de apoio as estratégias e decisões das empresas, como observado para as notas 3,6, para o quesito *O foco estratégico considera a sustentabilidade?* E na nota 3,0 para o quesito *A sustentabilidade comunicada no RI foi, de fato, fator de apoio à decisão nas organizações?* Sendo uma das três notas menores nesta avaliação. Outra nota baixa foi observada no quesito sobre divulgação de assuntos relevantes, tanto positivos quanto negativos, com avaliação 3,2. Esta situação foi muito observada na leitura de diversos RI do setor privado, no qual não é hábito a divulgação de aspectos negativos. A evidência de ESG foi a nota mais baixa apresentada pelos gestores, sendo um outro indicativo de que as empresas ainda não consideram aspectos ambientais e sociais em suas decisões.

A análise macro dos inquéritos corrobora com muitas das posições identificadas na literatura tanto ao apontarem a falta de uma melhor inserção das informações não financeiras, como apontado por Flower (2015), Santos, Rodrigues e Miranda (2018) e Homero Junior (2019), ao evidenciar uma valorização da informação financeira e do *stakeholder* que prioriza as informações contábeis e financeiras. No entanto, as respostas indicam evidências que corroboram com Kassai, Carvalho e Kassai (2019), Montecalvo, Farneti & Villiers (2018), Reimsbach, Hahn e Gürtürk (2017) e Maroun (2019), ao se observar evidências de que o Relato Integrado pode comunicar, com qualidade, tanto as informações financeiras como dar destaque adequado para as informações não financeiras.

4.3 Análise dos resultados pelo método AHP

A análise pelo método do Processo Analítico Hierárquico (AHP - *Analytic Hierarchy Process*) permitiu avaliar e classificar a comunicação da sustentabilidade da amostra. O uso deste método possibilitou verificar a distribuição relativa da importância das informações econômicas, sociais e ambientais o que permitiu compreender se a comunicação se dá, de fato, de forma holística e integrada, entre informações financeiras e não financeiras, quando pautada por estes princípios gerais do RI. A Tabela 15 apresenta os critérios e pesos utilizados para análise da amostra pelo método AHP.

Tabela 15 – Grelha de Avaliação dos RI da Amostra

Critério	Fator Avaliado	Peso do Fator (AHP)	Peso Total do Critério (AHP)
Foco estratégico	O foco estratégico considera a sustentabilidade?	4	7
	Os capitais não financeiros são considerados de forma semelhante aos capitais financeiros e manufaturados?	3	
Conectividade	Há evidências de correlação entre os aspetos sociais e ambientais ao resultado económico/financeiro?	3	3
Relações com Stakeholders	Há a tendência a um maior valor atribuído as partes interessadas na informação financeira apenas?	2	4
	Há comunicação eficaz para as partes interessadas nos aspetos sociais e ambientais, através dos respetivos capitais que podem representá-los?	2	
Materialidade	As informações divulgadas nos capitais financeiro e manufaturados (econômicos) afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor?	3	9
	As informações divulgadas como capital natural (ambiental) afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor?	3	
	As informações divulgadas como capital social e de relacionamentos, humano e intelectual (sociais) afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor?	3	
Concisão	há concisão e clareza nas informações sobre sustentabilidade?	4	4
Confiabilidade e completude	Assuntos relevantes tanto positivos quanto negativos, estão abordados de maneira equilibrada e isenta?	3	6
	É comunicado apenas um mínimo de informação necessária, ou se há valorização real das práticas sustentáveis.	3	
Coerência e comparabilidade	É possível comparar as informações sobre sustentabilidade com outras empresas ou informações internas ao longo do tempo?	2	2
Entendimento da lógica de decisão	A sustentabilidade comunicada no RI foi, de fato, fator de apoio à decisão nas organizações?	4	4
ESG	Há evidências de sua utilização do ESG pela organização?	4	4

As notas foram embadas na escala Saaty (2013), escala esta que é utilizada para apoiar a construção da hierarquia pelo método AHP, tendo, portanto, uma escala possível de 1 a 9. No contexto destas análises as notas apresentadas na tabela anterior foram escalonadas conforme importância para comunicar a sustentabilidade em relação aos princípios do RI.

4.3.1 Análise do setor público

A Tabela 16 apresenta os resultados gerais avaliados para os RI da Amostra de empresas do setor público. As colunas apresentam a identificação da organização e os resultados avaliados pelo AHP, nos anos de 2017 e 2018, para o nível de comunicação de aspetos da contabilidade de resultados tripartida (económico, social e ambiental). A tabela está ordenada, de forma crescente, pela classificação da diferença no desvio padrão. Desta forma tem se no início da tabela o melhor relato avaliado, tendo por base o ano de 2018.

Tabela 16 – Análise das empresas do setor público

Empresa	RI2017 (%)			RI2018 (%)			Desvio Padrão		Ordem
	Económico	Social	Ambiental	Económico	Social	Ambiental			
BNDES	-	-	-	33,6	33,2	33,2	-	0,2	1º
UFMS	-	-	-	35,3	38,6	26,1	-	6,5	2º
UFFS	-	-	-	38,1	37,3	24,6	-	7,6	3º
Correios	-	-	-	42,3	29,5	28,1	-	7,8	4º
TRT10	-	-	-	39,8	35,8	24,3	-	8,0	5º
CFC	-	-	-	37,7	38,5	23,8	-	8,3	6º
CRC-PR2018	-	-	-	38,8	37,5	23,7	-	8,4	7º
TRT18	-	-	-	44,1	26,5	29,4	-	9,4	8º
UNIFAL	-	-	-	42,9	36,3	20,7	-	11,4	9º
ANS	-	-	-	45,4	38,5	16,0	-	15,4	10º
UFG	-	-	-	54,4	25,1	20,5	-	18,4	11º
FURG	-	-	-	55,2	24,0	20,8	-	19,0	12º
MINFAZ	52,1	33,1	14,7	55,9	29,8	14,3	18,7	21,0	13º
CGU	-	-	-	60,0	22,4	17,5	-	23,3	14º
INEP	-	-	-	65,2	23,6	11,2	-	28,3	15º
PREVIC2018	-	-	-	65,1	24,1	10,8	-	28,3	16º
Imprensa	-	-	-	78,6	10,7	10,7	-	39,2	17º
SERPRO	71,3	17,5	11,2	-	-	-	33,0	-	

A tabela resume os resultados de análises apresentadas no Apêndice II

O Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) apresenta o relato mais holístico e, portanto, que melhor comunica em todos os seis capitais do relato integrado, sem desvalorizar aspetos sociais e ambientais frente aos aspetos económicos, melhor valorizando, portanto, todos os *stakeholders*. Considera em seus reportes todos os pilares da sustentabilidade para definir estratégias e segue os princípios do RI. O desvio padrão evidencia a consistência do RI BNDES com o índice 0,2. O BNDES foi a única instituição pública a obter avaliação superior a 33% no quesito comunicação ambiental, pela avaliação do AHP. Os resultados obtidos pelo BNDES estão alinhados aos resultados encontrados por Ricardo, Barcellos, Bortolon (2017), no qual instituições com melhor governança tendem a uma melhor prática da divulgação de informações não financeiras. E ainda evidenciam, conforme Montecalvo, Farneti & Villiers (2018) que o uso do enquadramento pode resultar em positivos avanços na transparência e desenvolvimento de práticas e comunicação da sustentabilidade no setor público.

As instituições públicas de ensino possuem grande destaque na amostra e ocupam segundo e terceiro melhores relatos mais holísticos e com melhor comunicação de sustentabilidade, pela ordem a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), ambas instituições possuem cursos vinculados ao meio ambiente e recursos naturais além de cursos das ciências sociais. Tais fatores podem ter sido determinantes para uma melhor comunicação de sustentabilidade através de seus relatos integrados. A UFMS apresentou maior valorização para os *stakeholders* dos aspetos humanos, sociais e intelectuais, em condição superior as informações financeiras e económicas, a UFFS também relata grande importância para os capitais que comunicam as ações sociais. A exemplo do BNDES, os resultados das instituições públicas de ensino evidenciam os apontamentos de Montecalvo, Farneti & Villiers (2018) quanto a uma melhor comunicação da sustentabilidade no setor público.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) a exemplo da UFMS, também apresenta um RI que mais valoriza os *stakeholders* que buscam entender suas ações sociais, no caso do CFC as comunicações destacam as ações em prol do ensino a profissionais da contabilidade no Brasil.

Como avaliação geral nota-se que a comunicação ambiental é baixa, apenas três organizações superaram uma avaliação 25% para comunicação ambiental: BNDES, Tribunal Regional do Trabalho 18 (TRT18) e os Correios. Esta condição remete aos resultados encontrados por Stacchezzini, Melloni e Lai (2016), com tendência a pouca informação sobre aspetos ambientais e em geral as organizações limitam-se a apenas cumprir com exigências legais e informações generalizadas, fato que se alinha aos

resultados apresentados por Stacchezzini, Melloni e Lai (2016). Já a comunicação de aspetos ligados aos capitais que evidenciam valor económico e financeiro foi superior a 40% em onze dentre os vinte relatos avaliados, a considerar todo o período em análise. A Tabela 17 apresenta uma consolidação das avaliações da tabela anterior, os valores representam a média das avaliações.

Tabela 17 – Avaliação consolidada das empresas do setor público

Pilar / Ano	2017	2018
Económico	61,7	49,0
Social	25,3	35,2
Ambiental	13,0	19,8
Desvio Padrão	25,34	14,57

Apesar de não possuir um número equivalente entre as amostras de um ano para o seguinte, ainda assim percebe-se uma melhora na comunicação da sustentabilidade com o desenvolvimento dos pilares sociais e ambientais. Apesar desta tendência em melhor comunicar, ainda assim confirma-se que há uma maior valorização da informação dos capitais financeiros e manufaturados que mais atendem aos *stakeholders* interessados em obter informações económicas, o que se alinha a resultados evidenciados em pesquisas anteriores como Homero Junior (2019) e Santos, Rodrigues e Miranda (2018).

4.3.2 Análise das empresas privadas

A Tabela 18 elenca os resultados gerais avaliados para os RI da amostra de empresas do setor privado. A tabela apresenta a mesma disposição utilizada para a análise das organizações do setor público. Portanto: as colunas apresentam a identificação da organização e os resultados avaliados pelo AHP, nos anos de 2017 e 2018, para o nível de comunicação de aspetos da contabilidade de resultados tripartida (económico, social e ambiental). Assim como a tabela anterior há um ordenamento de forma crescente pela classificação da diferença no desvio padrão tendo por base o ano de 2018.

Tabela 18 – Análise das empresas do setor privado

Empresa	RI2017			RI2018			Desvio Padrão		Ordem 2017	Ordem 2018
	Económico	Social	Ambiental	Económico	Social	Ambiental				
Votorantim	38,3	30,8	30,8	33,7	32,9	33,4	4,3	0,4	6º	1º
Braskem	40,4	34,0	25,6	34,5	34,1	31,4	7,4	1,7	9º	2º
SCL	34,5	32,7	32,7	36,0	32,0	32,0	1,0	2,3	3º	3º
Mapfre	36,2	31,9	31,9	36,2	31,9	31,9	2,5	2,5	4º	4º
B3	45,6	29,3	25,1	36,6	32,0	31,4	10,8	2,8	14º	5º
B2W	40,7	30,0	29,3	36,7	31,7	31,7	6,4	2,9	7º	6º
Gerdau	36,0	34,4	29,6	36,0	34,4	29,6	3,3	3,3	5º	7º
Engie	33,7	33,0	33,3	36,8	29,9	33,3	0,4	3,5	1º	8º
Enauta	-	-	-	35,7	29,2	35,1	-	3,6		9º
CCR	33,7	33,2	33,0	38,4	30,9	30,7	0,4	4,4	1º	10º
Duratex	41,6	29,2	29,2	39,0	30,5	30,5	7,2	4,9	8º	11º
Lojas Renner	43,8	28,3	27,9	40,0	30,6	29,4	9,1	5,8	11º	12º
Telefônica	47,0	27,6	25,5	40,3	30,2	29,6	11,9	6,0	16º	13º
CPFL	53,3	23,6	23,1	43,7	28,3	28,0	17,3	9,0	20º	14º
BRF	43,8	30,6	25,6	43,8	30,6	25,6	9,4	9,4	12º	15º
Bradesco	45,7	30,0	24,4	45,7	30,0	24,4	11,0	11,0	15º	16º
M. Dias Franco	50,5	25,3	24,2	47,5	28,2	24,3	14,9	12,4	17º	17º
Sulamérica	45,8	30,2	26,2	47,9	29,3	22,8	10,3	13,0	13º	18º
EDP	53,0	23,9	23,1	53,0	23,9	23,1	17,0	17,0	19º	19º
Itaú	53,7	25,3	17,4	57,9	25,0	17,1	19,1	21,6	22º	20º
ECO Rodovias	65,5	19,7	14,8	65,0	20,2	14,8	28,0	27,6	23º	21º
Lojas Americanas	69,0	15,5	15,5	68,7	15,6	15,6	30,9	30,7	24º	22º
Grupo Fleury	71,4	15,5	13,2	70,2	16,5	13,4	33,0	31,9	25º	23º
Itausa	74,0	15,8	10,2	74,0	15,8	10,2	35,3	35,3	26º	24º
Paranapanema	43,7	28,1	28,1	-	-	-	9,0	-	10º	
Santander	52,3	27,7	20,0	-	-	-	16,9	-	18º	
Totvs	52,7	28,0	19,3	-	-	-	17,3	-	21º	

A tabela resume os resultados de análises apresentadas no Apêndice II

As empresas CCR, Engie e SCL publicaram os melhores relatos integrados no conjunto amostral, em termos de comunicação da sustentabilidade, no ano de 2017. Estas organizações apresentaram, após análise pelo AHP, um desvio padrão mínimo igual ou inferior a 1. Mapfre, Gerdau e Votorantim também apresentaram relatos que valorizaram a comunicação com sustentabilidade. Dos vinte e seis relatórios que compõe a amostra de 2017, doze apresentaram um desvio padrão de até 10, assim como apresentam um mínimo de 25% de valorização dos capitais que se relacionam ao pilar ambiental. Uma importante correlação com a análise da leitura dos RI demonstra que as empresas que se preocupam com o princípio da confiabilidade e completude são aquelas com melhor informação holística, integrando os aspetos não financeiros, são as que mais se preocupam em evidenciar os aspetos negativos tanto quanto os positivos. Condição apontada por Ricardo, Barcellos, Bortolon (2017). Havendo, portanto, maior governança haverá uma melhor comunicação das informações não financeiras.

Quanto aos relatos publicados em 2018 nota-se que, em geral, há uma melhoria na comunicação da sustentabilidade por parte das empresas, no entanto, quanto ao princípio da confiabilidade e completude, mantém a característica de que apenas as empresas com uma melhor informação holística preocuparam-se em evidenciar aspetos negativos.

Em 2018 a Votorantim apresentou o melhor relato, com um desvio padrão inferior a 1, no entanto o número de relatos com desvio padrão inferior a 10 subiu para quinze. Brasken, SCL, Mapfre, B3 e B2W apresentam relatórios que merecem destaque.

Observa-se que empresas do setor de metalurgia e exploração de recursos naturais mostraram-se mais consistentes, o que pode ser um indicativo de que estas empresas, por atuarem de forma direta com o meio ambiente, passaram a melhor se preocupar com os efeitos de suas ações. Condição semelhante foi relatada por Camodeca, Almici & Sagliaschi (2018), que observaram que as grandes companhias que, de alguma forma, mais exploram o ambiente, quando conduzidas por boa governança, tendem a incluir aspetos sociais e ambientais no desenvolvimento da estratégia empresarial.

Em nenhum dos relatos avaliados a comunicação de capitais relacionados aos pilares sociais e ambientais superaram o pilar económico, porém sendo tratados de forma muito semelhante nos melhores relatos apresentados. Já aspetos ambientais ficam, em geral, subservientes aos demais, sendo um pouco inferior mesmo entre as peças de melhor qualidade em termos de comunicação da sustentabilidade. Tendência apontada por Tilt *et al.* (2018) e Baptista (2018) e Homero Junior (2019) e Santos, Rodrigues & Miranda (2018), Stacchezzini, Melloni & Lai (2016), Milosz e Kuhl (2018).

Como avaliação geral nota-se que o reporte da componente ambiental, é baixo embora possa ser considerada mais expressiva, quando comparada com o setor público. Quinze peças em 2017 e outras quinze em 2018 superaram uma avaliação de 25% para comunicação ambiental. Os aspetos sociais mostram-se constantes no setor privado, porém, comparados ao setor público, apresenta índice geral inferior. Não se pode afirmar que muitas das organizações executem ações socioambientais de forma voluntária, mas é notório que um grande contingente, ao menos na amostra, não se limitou a cumprir apenas com exigências legais. Já a comunicação de aspetos ligados aos capitais que evidenciam valor económico e financeiro foi superior a 40% em vinte dentre os relatos avaliados em 2017 e decaiu para treze entre os relatos referentes a 2018. A Tabela 19 apresenta uma consolidação das avaliações da tabela anterior, os valores representam a média das avaliações.

Tabela 19 – Avaliação consolidada das empresas do setor privado

Pilar / Ano	2017	2018
Económico	47,9	45,7
Social	27,4	28,1
Ambiental	24,5	26,2
Desvio Padrão	12,76	10,76

Percebe-se que há a uma tendência de melhor divulgação da sustentabilidade com o desenvolvimento dos pilares sociais e ambientais. Apesar desta tendência em melhor comunicar, ainda assim confirma-se que há uma maior valorização da informação dos capitais financeiros e manufaturados que mais atendem aos *stakeholders* interessados em obter informações económicas.

4.3.3 Análise das empresas de economia mista

A Tabela 20 elenca os resultados gerais avaliados para os RI da amostra de empresas do setor de economia mista. A tabela apresenta a mesma disposição utilizada para a análise das organizações do setor público e privado, portanto as colunas apresentam a identificação da organização e os resultados avaliados pelo AHP, nos anos de 2017 e 2018, para o nível de comunicação de aspetos da contabilidade de resultados tripartida (económico, social e ambiental). A tabela está ordenada de forma crescente pela classificação da diferença no desvio padrão tendo por base o ano de 2018.

Tabela 20 – Análise das empresas de economia mista

Empresa	RI2017			RI2018			Desvio Padrão		Ordem 2017	Ordem 2018
	Económico	Social	Ambiental	Económico	Social	Ambiental				
Eletrobrás	37,4	28,7	33,8	34,4	32,5	33,1	4,4	1,0	1º	1º
BB	39,1	29,3	26,1	34,4	32,4	32,2	6,8	1,2	2º	2º
Copel	42,7	29,8	27,5	38,8	30,7	30,5	8,2	4,7	3º	3º
Cemig	42,7	31,2	26,1	42,7	31,2	26,1	8,5	8,5	4º	4º
INB	-	-	-	46,9	30,2	22,9	-	12,3		5º
Petrobras	48,3	23,6	28,1	48,4	23,5	28,1	13,2	13,2	5º	6º
Banco de Brasília	66,9	19,6	13,5	-	-	-	29,2	-	6º	

Nota: A tabela resume os resultados de análises apresentadas no Apêndice II

As empresas de economia mista da amostra, em geral, apresentam os resultados mais consistentes quanto à divulgação holística da sustentabilidade. Na amostra apenas o Banco de Brasília apresenta um alto desvio padrão, sendo este de 29,2. A Petrobrás e as Indústrias Nucleares do Brasil (INB) apresentaram os mais altos desvios padrão a seguir: 13,2 para Petrobrás e 12,3 para a INB.

As empresas do setor de energia (Eletrobrás, Cemig e Copel) apresentaram relatórios consistentes e com melhorias de um período para o subsequente. Assim como o Banco do Brasil (BB).

Quanto ao pilar social apenas Banco de Brasília em 2017 e Petrobrás em 2017 e 2018, apresentaram uma avaliação inferior a 29% pelo AHP. Quanto ao pilar ambiental, o Banco de Brasília em 2017 e a INB, em 2018, são os únicos a apresentar avaliação inferior a 25% pelo AHP.

Tal análise pode ser indicativa de que essas organizações podem estar a se alinhar a uma melhor governança, conforme observado por Ricardo, Barcellos, Bortolon (2017).

Quanto aos relatos publicados em 2018 nota-se que, em geral, há uma melhora na comunicação da sustentabilidade por parte das empresas. Neste setor, quando ao princípio da confiabilidade e completude, há uma tendência em evidenciar aspectos negativos, tal qual ocorre nas organizações do setor público, o que constitui uma evidência de que a estrutura do RI tende a possibilitar importantes avanços nas práticas da sustentabilidade no setor público, como evidenciado por Montecalvo, Farneti & Villiers (2018).

Como avaliação geral nota-se que a comunicação ambiental e social, portanto as informações não financeiras, apresentam índices gerais mais expressivos quando comparados aos demais setores avaliados. Tal condição pode estar a indicar que há um maior número de ações socioambientais por estas empresas em comparação as demais organizações avaliadas. Não se pode afirmar que muitas das organizações executem ações socioambientais de forma voluntária, mas é notório que um grande contingente, ao menos na amostra, não se limitou a cumprir apenas com exigências legais. Já a comunicação de aspectos ligados aos capitais que evidenciam valor económico e financeiro foi superior a 40% em sete dentre todos os doze relatos. A Tabela 21 apresenta uma consolidação das avaliações da tabela anterior, os valores representam a média das avaliações.

Tabela 21 – Avaliação consolidada das empresas do setor economia mista

Pilar / Ano	2017	2018
Económico	46,2	40,9
Social	27,0	30,1
Ambiental	26,8	28,8
Desvio Padrão	11,13	6,66

Tal qual nas avaliações anteriores, percebe-se que neste setor há a uma melhoria da comunicação da sustentabilidade com o desenvolvimento dos pilares sociais e ambientais. Ainda assim fica evidente uma maior valorização da informação dos capitais financeiros e manufaturados que mais atendem aos *stakeholders* interessados em obter informações económicas.

4.3.4 Análise comparativa entre setor público, privado e economia mista

A Tabela 22 apresenta uma comparação entre os resultados obtidos para os três tipos de economia que compuseram a amostra, através da compilação dos resultados nas análises anteriores.

Tabela 22 – Análise comparativa – setor privado, público e economia mista

Setor	2017			2018			Desvio Padrão	
	Económico	Social	Ambiental	Económico	Social	Ambiental		
Público	61,7	25,3	13,0	49,0	35,2	19,8	25,3	14,6
Privado	47,9	27,4	24,5	45,7	28,1	26,2	12,8	10,8
Economia Mista	46,2	27,0	26,8	40,9	30,1	28,8	11,1	6,6

A análise comparativa entre os três setores evidencia a condição de que em todos há maior valorização dos aspetos económicos, situação que é mais forte no setor público. No entanto nota-se, no comparativo entre os anos, que todos os setores estão a reduzir a importância e atenção isolada da comunicação de fatores económicos e começam a valorizar mais os aspetos socioambientais. A melhoria mais evidente está no setor público. É provável que esta melhoria esteja associada com a obrigatoriedade da adoção do enquadramento do RI para a comunicação mais transparente e da sustentabilidade por parte deste setor, condição que precisa ser melhor avaliada em futuras pesquisas. Os setores privado e de economia mista mantêm-se próximos e com a mesma tendência e começam a melhor valorizar as ações e a comunicação social e ambiental.

4.3.4 Análise por ramo da atividade

A Tabela 23 apresenta os resultados gerais avaliados para os RI da Amostra de empresas reagrupadas em atividades a partir das informações das Tabelas, que elencaram os componentes da amostra. Cada atividade apresentada consolida, no mínimo, duas organizações. Ramos de atividade com apenas uma única organização, estão agregados no grupo de outras empresas, sendo assim evidenciada na tabela.

Tabela 23 – Análise das empresas por atividade

Clusters	Pilar económico		Pilar social		Pilar ambiental				Ordem 2017	Ordem 2018
	Por atividades \ período	2017	2018	2017	2018	2017	2018	DESPAD2017		
Metalúrgica	39,9	36,0	31,3	34,4	28,9	29,6	5,78	3,33	1º	1º
Telecomunicações e TI	52,9	38,5	25,8	31,0	21,3	30,7	17,10	4,45	8º	2º
Petroquímica, gás e minérios	42,3	38,1	29,5	29,7	28,2	30,8	7,83	4,57	3º	3º
Financeiro	50,6	41,6	26,9	30,5	22,0	27,7	15,27	7,39	7º	4º
Seguros	41,0	42,1	31,1	30,6	28,0	27,4	6,80	7,72	2º	5º
Justiça	-	42,0	-	31,2	-	26,9	-	7,78		6º
Energia	43,8	42,3	28,4	29,5	27,8	28,1	9,07	7,82	5º	7º
Alimentos e produção de alimentos	42,9	42,4	29,5	30,3	27,5	27,3	8,39	8,02	4º	8º
Educação superior	-	45,2	-	32,3	-	22,5	-	11,36		9º
Rodovias	49,6	51,7	26,5	25,6	23,9	22,8	14,16	15,97	6º	10º
Gestão pública	52,1	52,6	33,1	30,6	14,7	16,8	18,70	18,07	10º	11º
Comércio e varejo	56,4	54,4	21,9	23,1	21,7	22,5	19,98	18,22	9º	12º
Outros	62,3	58,9	20,2	22,3	18,0	18,6	25,00	22,26	11º	13º
Composição dos clusters										
Seguros	Sulamérica, Mapfre									
Metalúrgica	Paranapanema, Gerdau									
Financeiro	Santander, Itaú, B3, Bradesco, Banco do Brasil, BNDES, Banco de Brasília									
Comércio e varejo	Lojas Renner, Lojas Americanas									
Alimentos e produção de alimentos	M. Dias Franco, BRF, SCL Agrícola.									
Energia	Engie, EDP, CPFL, Eletrobras, Copel, CEMIG, INB									
Rodovias	Eco Rodovias, CCR									
Petroquímica, gás e minérios	Braskem, Enauta, Votorantim, Petrobras									
Telecomunicações e TI	Telefônica, B2W, Totvs, Serpro									
Educação superior	UFMS, UFG, UFFS, UFRS, UNIFAL									
Justiça	TRT 18, TRT 10									
Gestão pública	Ministério da Fazenda, PREVIC, INEP, CRC-PR, ANS, CFC, CGU									
Outros	Itausa, Grupo Fleury, Duratex, Correios, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo									

A tabela resume os resultados de análises apresentadas no Apêndice II

É observado que, a considerar as amostras, o *cluster* das empresas do setor metalúrgico é o que apresenta a melhor divulgação de sustentabilidade através de seus relatos integrados, sendo o melhor conjunto nos dois períodos avaliados. Camodeca, Almici & Sagliaschi (2018) observaram que grandes companhias tendem a melhor utilizar informações socioambientais e não financeiras em suas estratégias. O resultado deste cluster se apresenta como uma evidência desta condição.

Os *clusters* financeiro e de telecomunicações e tecnologia da informação apresentaram significativa melhoria de suas divulgações da sustentabilidade. As avaliações destes dois setores apresentava maior valorização do aspecto económico, com notas respetivas de 50,6 para o setor financeiro e 52,09 para telecomunicações no ano de 2017, sendo catalogado notas de 41,6 para o setor financeiro, e 38,5 para telecomunicações no ano seguinte, condição que representa maior valorização dos aspetos sociais ambientais, o que se confirma com alta das nota obtidas: de 26,9 para 30,5 no aspecto social e de 22,0 para 27,7 no pilar ambiental, isto para o *cluster* financeiro. E para as telecomunicações tem se, no aspecto social, as notas 31,3 para 34,4 no pilar social e 28,9 para 29,6 no pilar ambiental. No entanto, este resultado médio geral foi beneficiado pela presença de excelentes relatos de algumas das empresas elencadas nestes *clusters*, como se observa no setor financeiro, para o qual a boa avaliação do RI do BNDES e do Banco do Brasil, que foram suficientes para alavancar a nota média.

Situação oposta pode ser observada no *cluster* das petroquímicas, gás e minérios. Neste grupo da amostra a Petrobrás foi a única a não apresentar um RI com uma comunicação holística sobre sustentabilidade, o que projeta, para menor, a nota.

Em análise geral, observa-se que em quase todos os setores pode-se verificar melhoria, de um período para o seguinte, quanto a comunicação da sustentabilidade, o que é uma evidência do potencial do enquadramento do relato integrado como evidenciam Kassai, Carvalho e Kassai (2019), Montecalvo, Farneti & Villiers (2018), Reimsbach, Hahn e Gürtürk (2017) e Maroun (2019), ao se observar evidências de que o Relato Integrado pode comunicar tanto as informações financeiras como as informações não financeiras. As únicas exceções foram os *clusters* de seguros e rodovias que em relação ao ano de 2018 apresentaram redução da qualidade de seus relatos integrados. Dos treze setores agrupados oito apresentaram uma nota de desvio padrão inferior a 10.

Quanto aos pilares, nota se, como observado em pesquisas anteriores que há uma tendência a maior valorização das informações económicas e financeiras (Stacchezzini, Melloni & Lai, 2016; Baptista, 2018; Santos, Rodrigues & Miranda, 2018; Tilt *et al.*, 2018; Camodeca, Almici & Sagliaschi, 2018; Homero Junior, 2019), portanto, com valorização

dos capitais relacionados a este pilar. Os capitais sociais tendem a ser mais valorizados quando comparados aos capitais ambientais. Nota-se, pela leitura destes relatos, que em muitos casos as ações ambientais existem apenas para cumprir com exigências legais, sendo diminutos os exemplos de ação real de valorização e proteção ambiental.

A seguir encontram-se as conclusões gerais obtidas após obtidos os resultados das análises, assim com apresenta-se sugestões para futuras pesquisas.

5. Considerações finais

5.1 Principais conclusões

Trabalhos anteriores demonstraram aspetos conceituais e históricos sobre os relatos de sustentabilidade e integrados, assim como evidenciam o trabalho de pesquisadores anteriores sobre os relatos integrados e necessidade de investigação nesta área.

Este trabalho analisou uma amostra de relatos integrados de empresas brasileiras com o objetivo de avaliar a divulgação da sustentabilidade contida nestes reportes. As empresas brasileiras abrangeram o setor público, de economia mista e do setor privado, e que publiquem e disponibilizem, em seus *websites*, Relatos Integrados (RI).

As análises realizadas foram pautadas em três etapas: i) análise de conteúdo dos RI da amostra, através da leitura dos relatos; ii) Inquéritos com gestores e iii) Análise dos resultados pelo método de Processo Analítico Hierárquico (AHP). Para a análise da comunicação da sustentabilidade um conjunto de relatos integrados foi identificado para amostra. Foram selecionados RI de empresas públicas e privadas que foram ainda categorizados em *clusters* de atividade empresarial como forma de conduzir e permitir a comparabilidade entre os resultados. A leitura dos relatos da amostra pautou-se pela análise do conteúdo divulgado e sua comunicação da sustentabilidade. Foi realizada a contagem de grupos de palavras associadas aos aspetos ambientais, sociais e económicos. Para os inquéritos foram coletadas respostas junto a gestores, a fim de consultar qual é o modo de pensar a respeito do relato integrado e do modo como este permite comunicar a sustentabilidade.

A leitura dos relatos selecionados por amostra permitiu verificar que há uma maior valorização das informações financeiras e, como consequência, as informações sociais e ambientais são tratadas de forma subserviente a informação económica. A leitura permitiu detectar ainda que as organizações públicas tendem a melhor comunicar aspetos negativos, sejam sociais, ambientais ou económicos. Já uma parte das empresas do setor privado desta amostra não revelaram qualquer possível apontamento negativo em seus relatos. Nota-se que as estruturas com melhor integração holística, sejam públicas ou privadas, são as que consideram a prática sustentável para definições de estratégias empresariais assim como tendem a assegurar e auditar suas práticas sociais e ambientais com o mesmo cuidado das práticas de carácter económico e financeiro.

A análise dos inquéritos permitiu consultar, em uma amostra, qual é o modo de pensar de gestores brasileiros sobre o relato integrado e a comunicação da sustentabilidade. Respostas recebidas foram consolidadas a partir de notas médias, as quais permitem observar que os capitais financeiros e manufaturados são ainda mais valorizados e que a sustentabilidade ainda não é um fator essencial a ser considerado em suas estratégias empresariais. Um importante ponto notado foi que as notas relativas a ESG foram as mais baixas. No entanto os resultados permitem ainda verificar que os gestores tendem a entender que o RI pode comunicar, de forma eficaz, aspetos sociais e ambientais e tornar-se um relatório de comunicação holística, porém ainda há uma menor atenção às questões ambientais.

A análise pelo AHP foi pautada pelos princípios do relato integrado sendo estes adotados como critérios de avaliação da sustentabilidade a fim de verificar como os RI refletiam os pilares da sustentabilidade (*triple bottom line accounting*). Nesta análise a segregação por *clusters* foi considerada na amostra. Em todos estes *clusters* novamente identificou-se a uma maior valorização da informação que atende aos *stakeholders* interessados em resultados financeiros e econômicos diante de um menor empenho na comunicação de aspetos sociais e ambientais. Identificou-se ainda que as informações ambientais são menos valorizadas. Em todos os clusters que reuniram empresas do setor privado e entidades públicas ou de economia mista, sempre, em média, as informações econômicas obtiveram nota superior a 40, num total de 100, e os demais aspetos oscilaram entre 20 a 26. No entanto, esta análise permitiu detectar que houve uma melhoria no reporte de sustentabilidade ao longo do tempo. Em todos os *clusters* e setores nota-se que há uma melhoria na divulgação dos aspetos sociais e ambientais no decorrer dos relatos da amostra no ano de 2018, quando comparados ao ano anterior. A comparação individual de cada organização permite destacar os relatos integrados da empresa Votorantim, do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES), Eletrobrás, Mapfre, Gerdau e Banco do Brasil, como relatórios com forte integração entre as informações comunicadas, respeito aos princípios do RI e dedicação a uma comunicação de qualidade e preocupada com a sustentabilidade sendo possíveis modelos na elaboração de relatos integrados.

Ao final das análises, este trabalho apresentou as seguintes limitações: A questão temporal, limitada aos anos de 2017 e 2018, período em que as publicações que utilizam o enquadramento do RI ganharam maior evidência, em especial por parte do setor público. A expansão desta linha temporal poderá ser melhor explorada em pesquisas futuras. As

notas obtidas por inquéritos podem enviesar as análises, considerando aspetos como a impossibilidade de precisar a origem das avaliações. Sendo, portanto, outro fator que poderá ser melhor abordado em pesquisas futuras. Houve ainda, no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa, questões relacionadas a pandemia de COVID-19, que ocasionou diversas dificuldades para a sociedade como um todo.

Conclui-se, portanto, que os RI analisados ainda são um instrumento que mais valoriza a informações económicas e financeiras, pelos capitais financeiro e manufaturado, em detrimento dos capitais que abordam recursos naturais, humanos e intelectuais, porém podem ser utilizados para comunicar, com qualidade, sobre a sustentabilidade a ainda auxiliarem para que esta seja utilizada para apoio das decisões estratégicas da empresa. A melhoria do reporte da sustentabilidade que foi identificada, de um ano para o seguinte, pode ser percebida como um provável indicativo das potencialidades do RI para um uso mais holístico das decisões estratégicas empresariais que considerem os impactos sociais e ambientais como fatores decisivos na gestão destas organizações. Uma possibilidade na melhoria do uso deste reporte poderá vir do estabelecimento de regulamentações técnicas que garantam a fiabilidade das informações.

5.2 Sugestões para pesquisas futuras

Sugere-se que futuras pesquisas possam continuar a análise da divulgação da sustentabilidade nos relatos integrados publicados no Brasil para que, desta forma, possa se identificar se evolução da comunicação da sustentabilidade identificada mostra-se como uma tendência, resultando em uma valorização maior dos aspetos sociais e ambientais, refletidos em uma mais consistente comunicação dos capitais humano, social e de relacionamentos, intelectual e natural. Acredita-se que continuar as análises dos relatos publicados a partir de 2019 possa permitir avaliar se houve ou não uma evolução no modo de divulgar a sustentabilidade. As análises futuras de publicações podem ainda determinar qual impacto da pandemia do COVID-19 nas práticas socioambientais realizadas pelas organizações públicas e privadas no Brasil. Pode-se ainda considerar as novas mudanças em normas técnicas brasileiras que vem a ocorrer a partir de 2021, como uma avaliação dos impactos do Comunicado Técnico Geral 09 do Conselho Federal de Contabilidade e da Resolução 14/2020 da Comissão de Valores Mobiliários. Ambas normalizações que incentivam a utilização do enquadramento do Relato Integrado para divulgar informações financeiras em conjunto com as não financeiras. Outra possibilidade para a continuidade deste estudo está na possibilidade da apresentação de outros *clusters* comparativos. Sugere-se também a possibilidade de uma revisão nos critérios avaliativos utilizados na

leitura dos documentos, inquéritos realizados com gestores e critérios de avaliação pelo método AHP, assim como a possibilidade de expandir a pesquisa de forma a coletar opiniões de peritos em sustentabilidade, como forma de verificação da consistência e da evolução da comunicação da sustentabilidade nos relatos integrados publicados no Brasil, assim como em comparação a outros países.

Referências

ADAMS, C A, (2020) **Sustainable Development Goals Disclosure (SDGD) Recommendations**: Feedback on the consultation responses, published by ACCA, IIRC, WBA.

ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. (2010). **NBR ISO 26000. Diretrizes de Responsabilidade Social**. Rio de Janeiro: ABNT.

ABREU, L A; ARAÚJO, F T de V; NUNES, A B de A. Modelo multicritério de decisão para análise da vulnerabilidade à desertificação no semiárido brasileiro. **Revista Dae**, São Paulo, v. 67, n. 216, p.78-94, abr. 2019.

ACCA. **SDGD recommendations**. (2021). Disponível em: <https://www.accaglobal.com/an/en/professional-insights/global-profession/the-sustainable-development-goals/SDGDrecommendations.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ALBUQUERQUE, J R; RODRIGUES, R N; MIRANDA; L C; SAMPAIO; Y S B. (2017). Influência da Divulgação do Relato Integrado nos Indicadores Econômico-Financeiros: Uma Análise Comparativa do Desempenho de Empresas Participantes e Não Participantes do Projeto Piloto do IIRC No Brasil. **Revista de Contabilidade da Ufba**, Salvador, v. 11, n. 3, p.1-22.

BERNARDI, C; STARK, A. W. (2018). Environmental, social and governance disclosure, integrated reporting, and the accuracy of analyst forecasts. **The British Accounting Review**, [s.l.], v. 50, n. 1, p.16-31. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.bar.2016.10.001>.

BOLSA BRASIL BALCÃO (B3) (2020). **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3)**. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

BORGERTH, V. (2017). Relato integrado: quais as vantagens? **Bndes**. Brasília, p. 1-1.

BOWEN, H. R. (1953). *Social responsibilities of the businessman*. New York, NY: Harper.

BRASIL, TCU. (2018). Decisão Normativa nº 170, de 19 de setembro de 2018. Dispõe acerca das unidades cujos dirigentes máximos devem prestar contas de suas gestões ocorridas no exercício de 2018, especificando a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU 63, de 1º de setembro de 2010. **Decisão Normativa-tcu Nº 170, de 19 de Setembro de 2018.**

BROCKETT, A; REZAEI, Z. (2012). **Corporate Sustainability: Integrating Performance and Reporting.** Memphis: University Of Memphis, 316 p.

CAMODECA, R; ALMICI, A; SAGLIASCHI, U. (2018) Sustainability Disclosure in Integrated Reporting: Does It Matter to Investors? A Cheap Talk Approach. **Sustainability**, [s.l.], v. 10, n. 12, p.4393-4427. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/su10124393>.

CAMPOS, L M S; SEHEM, S; OLIVEIRA; M A S; ROSSETO, A M; COELHO, A L A L; DALFOVO, M S. (2013). Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 4, n. 20, p. 913-926.

CARVALHO, N. (2013). Relatórios empresariais: uma agenda que se renova. Ideia Sustentável. Disponível em: <<http://www.ideiasustentavel.com.br/2013/10/relatorios-empresariais-uma-agenda-que-se-renova/>>. Acesso em: 10 maio 2019.

CARVALHO, N; KASSAI, J R. (2014). Relato Integrado: A Nova Revolução Contábil. **Revista Fipecafi**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.21-34.

CDSB. (2020). **CDSB Framework** Advancing and aligning disclosure of environmental information in mainstream reports for reporting environmental & climate change information.

CHAKROUN, S; SALHI, B; MAJMAAH, A; ARABIA, S; AMAR, A B; JARBOUI, A. (2019). The impact of ISO 26000 social responsibility standard adoption on firm financial performance. **Management Research Review**, [S.L.], v. 43, n. 5, p. 545-571. Emerald.

CHENG, B, IOANNOU, I, SERAFEIM, G. (2013). "Corporate Social Responsibility and Access to Finance." *Strategic Management Journal* 35, no. 1: 1-23.

CHERSAN, I C; IGNAT, G; UNGUREANU, G; COSTULEANU, C L; CRISTINA, S; VINTU, C R. (2018). Assurance of the Sustainability Reports from the Chemical Industry Practices and trends. **evista de Chimie**, [S.L.], v. 69, n. 3, p. 636-641. Revista de Chimie SRL.

COHEN, J R; HOLDER-WEBB, L; ZAMORA, V L. Nonfinancial Information Preferences of Professional Investors. (2015). **Behavioral Research In Accounting**, [s.l.], v. 27, n. 2, p.127-153. American Accounting Association. <http://dx.doi.org/10.2308/bria-51185>.

DAUB, C H. (2007). Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. **Journal Of Cleaner Production**, [s.l.], v. 15, n. 1, p.75-85. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2005.08.013>.

DEMARTINI, C; TRUCCO, S. (2017). **Integrated Reporting and Audit Quality: An Empirical Analysis in the European Setting**. Gewerbestrasse: Springer, 2017. 136 p.

DUTTA, V; TIWARI, V K. Environmental Impact Assessment of Housing Colonies in Lucknow City, India with Special Reference to Land Capability and Spatial Development Using AHP and GIS. *Environment And Urbanization Asia*, [s.l.], v. 6, n. 2, p.176-192, set. 2015. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0975425315591423>.

ECCLES, R G; SPIESSHOFER, B (2017), "Integrated Reporting for a Re-Imagined Capitalism", in Barton, D., Horváth, D. e Kipping, M. (eds.), *Re-Imagining Capitalism*, **Oxford University Press**, pp. 207-225.

ECCLES, R G; KRZUS, M P; RIBOT, S. (2015). **The integrated reporting movement: momentum, motives, and materiality**. New Jersey: Wiley. 335 p.

ELKINGTON, J. (1994). Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, v.36, n.2, p.90-100.

ESCH, M; SCHNELLBÄCHER, B; WALD, A. (2019). Does integrated reporting information influence internal decision making? An experimental study of investment

behavior. **Business Strategy And The Environment**, [s.l.], v. 28, n. 4, p.599-610, Wiley. <http://dx.doi.org/10.1002/bse.2267>.

FEIL, A A; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos Ebape.Br**, [S.L.], v. 15, n. 3, p. 667-681, jul. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395157473>.

FRAGALLI, A C. **RELATO INTEGRADO DE UMA PROPRIEDADE AGRÍCOLA: UM ESTUDO DE CASO COM BASE NO FRAMEWORK DO INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC)**. (2014). 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Contabilidade, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FREEMAN, R. E. *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. London: Pitman, 1984.

FREITAS, B F G; FREIRE, F S. (2017). Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 12, p.77-93.

GIROTTI, M. (2020). Conselho Federal de Contabilidade. **Ifac comunica coalizão entre organismos para constituir estrutura de relatórios de sustentabilidade**. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/ifac-comunica-coalizao-entre-organismos-para-constituir-estrutura-de-relatorios-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 04 dez. 2020.

GODOI, W C. (2014). MÉTODO DE CONSTRUÇÃO DAS MATRIZES DE JULGAMENTO PARITÁRIOS NO AHP – MÉTODO DO JULGAMENTO HOLÍSTICO. **Revista Gestão Industrial**, [s.l.], v. 10, n. 3, p.474-493. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). <http://dx.doi.org/10.3895/s1808-04482014000300001>.

GOMES, R C; BIAS, E S. INTEGRAÇÃO DO MÉTODO AHP E SIG COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL EM BACIAS HIDROGRÁFICAS. **Revista Geociências**, Rio Claro, v. 37, n. 1, p.167-182, jan. 2018. Disponível em: <http://www.ppegeo.igc.usp.br/index.php/GEOSP/article/view/12647/12213>. Acesso em: 26 maio 2019.

GRI. (2013). **G4 DIRETRIZES PARA RELATO DE SUSTENTABILIDADE**. Amsterdão: Gri.

GRI (Amsterdã). (2019). **GRI's History**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/information/about-gri/gri-history/Pages/GRI's%20history.aspx>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

RI (Amsterdã). (2020). **GRI's standards**. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

HESS, D. (2008). The three Pillars of Corporate Social Reporting as New governance Regulation: Disclosure, **Doialogue and Development**, Michigan Ross school of Business.

IDS - INSTITUTE OF DIRECTORS SOUTHERN AFRICA (África do Sul). **King IV**. (2016). Disponível em: <<http://www.adamsadams.com/wp-content/uploads/2016/11/King-IV-Report.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

INMETRO. **ISO 26.000**. (2019). Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp>. Acesso em: 09 dez. 2019.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). (2020). **IIRC and SASB announce intent to merge in major step towards simplifying the corporate reporting system**. Disponível em: IIRC and SASB announce intent to merge in major step towards simplifying the corporate reporting system. Acesso em: 25 nov. 2020.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC). (2013). **IIRC Pilot Programme Business Network**. London: IIRC. 9 p.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL (IIRC) (2013). **Integrated Reporting: The IIRC**.

KASSAI, J R; CARVALHO, N; KASSAI, J R. (2019). **Contabilidade Ambiental: Relato Integrado e Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas. 360 p.

KUMAR, N C A; SMITH, C; BADIS, L; WANG, L; AMBROSY, P; TAVARES, R. (2016). ESG factors and risk-adjusted performance: a new quantitative model. **Journal of Sustainable Finance & Investment**, [s.l.], v. 6, n. 4, p.292-300, out. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/20430795.2016.1234909>.

LEOCÁDIO, M F C. **Relato Integrado em Portugal**. (2017). 71 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Contabilidade e Controlo de Gestão, Universidade do Porto, Porto.

LEV, B. (2018). The deteriorating usefulness of financial report information and how to reverse it. **Accounting and Business Research**, [s.l.], v. 48, n. 5, p.465-493. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/00014788.2018.1470138>.

LINH, N T D. APPLYING ANALYTIC HIERARCHY PROCESS (AHP) TO SELECT CLIMATE CHANGE ADAPTATION METHODS IN AGRICULTURAL SECTOR: A LITERATURE REVIEW. *Hue University Journal Of Science: Economics and Development*, [s.l.], v. 128, n. 5, p.155-168, 5 abr. 2019. Hue University. <http://dx.doi.org/10.26459/hueuni-jed.v128i5c.5132>.

LIU, T; WENG, T; SHEU, H. Exploring the environmental impact assessment commissioners' perspectives on the development of the seawater desalination project. *Desalination*, [s.l.], v. 428, p.108-115, fev. 2018. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.desal.2017.11.031>.

MANTOVANI, F R; JAEL, A; LEE, A; BEZERRA, I; SANTOS, R. B. (2017). RELATO INTEGRADO: UMA ANÁLISE DA EVIDENCIAÇÃO DOS CAPITAIS DE UMA EMPRESA BRASILEIRA DE GRANDE PORTE. **Redeca**: Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos da FEA-PUC/SP, São Paulo, v. 4, n. 1, p.30-45.

MAROUN, W. (2019). Does external assurance contribute to higher quality integrated reports? **Journal Of Accounting And Public Policy**, [s.l.], v. 38, n. 4, p.106670-106670. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2019.06.002>.

MERVELSKEMPER, L; STREIT, Da. (2016). Enhancing Market Valuation of ESG Performance: Is Integrated Reporting Keeping its Promise?. **Business Strategy And The Environment**, [s.l.], v. 26, n. 4, p.536-549. <http://dx.doi.org/10.1002/bse.1935>.

MINGUEL, G. (2017). **The evolution of sustainability reporting**: A case study of the airlines sector. Disponível em: <<http://arno.uvt.nl/show.cgi?fid=143881>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MONTECALVO, M; FARNETI, F; VILLIERS, C. (2018). The potential of integrated reporting to enhance sustainability reporting in the public sector. **Public Money & Management**, [s.l.], v. 38, n. 5, p.365-374. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09540962.2018.1477675>.

MORAIS, C M; ZEVERICOSKI, G A; FERRAZERI, J S; GEHLEN, K R H; REIS, L G. (2017). Produção acadêmica brasileira no contexto dos relatórios de sustentabilidade: Uma análise bibliométrica. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 7, n. 2, p.197-217.

MORATIS, L. (2017), “The credibility of corporate CSR claims: a taxonomy based on ISO 26000 and a research agenda”, **Total Quality Management and Business Excellence**, Vol. 28 Nos 1/2, pp. 147-158.

NAGANO, R T; KASSAI, J R; KUSSABA, C T; CARVALHO, L N G. (2013). A evolução dos relatórios de sustentabilidade e a necessidade da obrigatoriedade de sua asseguaração por terceiros. **Anais do li Singep e I S2is**, São Paulo, v. 1, n. 2, p.1-15.

NAVALHO, I; ALEGRIA, C; QUINTA-NOVA, L. MULTIFUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS FLORESTAIS USANDO A ANÁLISE ESPACIAL MULTICRITÉRIO: CASO DE ESTUDO NUMA FREGUESIA DO CENTRO INTERIOR DE PORTUGAL. In: III JORNADAS POTENCIAL TÉCNICO E CIENTÍFICO DO IPCB, 3., 2015, Castelo Branco. Anais... . Castelo Branco: Ipcb, 2015.

NICHOLSON-LORD, D. (2019). **Stake-out at the Body Shop**. 1996. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/business/stake-out-at-the-body-shop-1324992.html>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ONU. **Guiding Principles on Business and Human Rights**. Nova York And Genebra: Onu, (2011). 42 p. Disponível em: https://www.ohchr.org/documents/publications/guidingprinciplesbusinesshr_en.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PEREIRA, D A C. (2016). **Relato Integrado: Utopia ou Realidade**. 2016. 78 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências Contábeis, Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal.

REIMSBACH, D; HAHN, R; GÜRTÜRK, A. (2017). Integrated Reporting and Assurance of Sustainability Information: An Experimental Study on Professional Investors' Information Processing. **European Accounting Review**, [s.l.], v. 27, n. 3, p.559-581. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09638180.2016.1273787>.

SAATY, T L. **The Analytic Hierarchy Process**. New York: McGraw-Hill, 1980

SAATY, T L. On the Measurement of Intangibles: A Principal Eigenvector Approach to Relative Measurement Derived from Paired Comparisons. **Notices of the American Mathematical Society**, Providence, v. 60, n. 2, p.192-208, 01 fev. 2013.

SALOMON, V A P. Desempenho da modelagem do auxílio à decisão por múltiplos critérios na análise do planejamento e controle da produção. 2004. 120 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SASB - SUSTAINABILITY ACCOUNTING STANDARDS BOARD (Estados Unidos). **SASB Rules of Procedure**. (2019). Disponível em: <<https://www.sasb.org/wp-content/uploads/2019/05/SASB-Rules-of-Procedure.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

SASSEN, R; HINZE, A; HARDECK, I. (2016). Impact of ESG factors on firm risk in Europe. **Journal Of Business Economics**, [s.l.], v. 86, n. 8, p.867-904. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s11573-016-0819-3>.

SCHRAMADE, W. (2016). Integrating ESG into valuation models and investment decisions: the value-driver adjustment approach. **Journal Of Sustainable Finance & Investment**, [s.l.], v. 6, n. 2, p.95-111. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/20430795.2016.1176425>.

SERAFEIM, G. (2014). Integrated Reporting and Investor Clientele. **Harvard Business School**. Working Paper, No. 14-069.

SHERWOOD, M W; POLLARD, J L. (2017). The risk-adjusted return potential of integrating ESG strategies into emerging market equities. **Journal Of Sustainable Finance & Investment**, [s.l.], v. 8, n. 1, p.26-44. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/20430795.2017.1331118>.

SOUZA, A. Proposta de uma matriz de decisão em energia hidrelétrica com o uso do método multicritério, para formulação de políticas públicas no estado do Paraná. 2016. 240 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

STACCHEZZINI, R; MELLONI, G; LAI, A. (2016). Sustainability management and reporting: the role of integrated reporting for communicating corporate sustainability management. **Journal Of Cleaner Production**, [s.l.], v. 136, p.102-110. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.01.109>.

STUBBS, W; HIGGINS, C. (2015). Stakeholders' Perspectives on the Role of Regulatory Reform in Integrated Reporting. **Journal Of Business Ethics**, [s.l.], v. 147, n. 3, p.489-508. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s10551-015-2954-0>.

SUTTIPUN, M; BOMLAI, A. (2019). The relationship between corporate governance and integrated reporting: thai evidence. **International Journal Of Business And Society**, Sarawak, v. 20, n. 1, p.348-364.

TEIXEIRA NETO, J. M. F.. Uma revisão da Teoria dos Stakeholders e principais pontos de controvérsias. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v.10, n.2, p.1-16, 2019. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2019.002.0001>

TILT, C; XYDIAS-LOBO, M; RODRICKS, F; REYNOLDS G. (2018). Integrated Reporting and Sustainability: A Note on Perceptions of the Accounting Profession. **Management Accounting Frontiers**, Clayton North, v. 1, n. 1, p.45-65.

THOMSON, I. (2015). 'But does sustainability need capitalism or an integrated report' a commentary on 'The International Integrated Reporting Council: A story of failure' by Flower, J.. **Critical Perspectives On Accounting**, [s.l.], v. 27, p.18-22. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.003>.

TUNICO, F R L. (2017). **Divulgação dos Capitais Não Financeiros do Relato Integrado Pelas Empresas Brasileiras de Capital Aberto: Uma Análise à Luz da Teoria Institucional**. 2017. 79 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

TRUCCO, S. (2015). **Financial accounting: development paths and alignment to management accounting in the Italian context**. Springer, Berlin.

UNIÃO EUROPEIA. Constituição (2014). Directiva nº 2014/95, de 15 de novembro de 2014. **Diretiva 2014/95/ue do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de Outubro de 2014**. Bruxelas, 15 nov. 2014.

VILLIERS, C; RINALDI, L; UNERMAN, J. (2017). Integrated Reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, [s.l.], v. 27, n. 7, p.1042-1067. Emerald. <http://dx.doi.org/10.1108/aaaj-06-2014-1736>.

YU, K, DU, S, BHATTACHARYA, C.B. (2014). "Everybody's Talking But is Anybody Listening? Stock Market Reactions to Corporate Social Responsibility Communications." **Harvard Business School**. Working Paper.

Apêndices

Apêndice I - Notas obtidas – gestores respondentes – grelha de avaliação

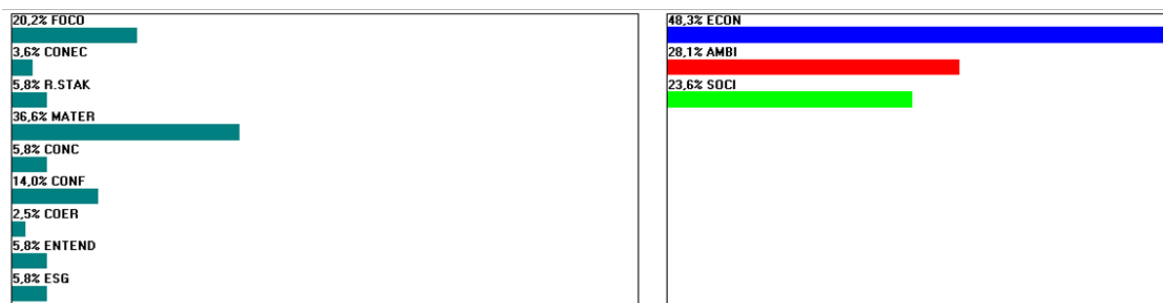
Inquéritos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	Pontuação média	
A	5	4	5	3	4	3	1	3	3	3	4	3	3	3	4	3	5	4	5	5	4	5	4	5	5	3	5	3	3	4	4	4	3	3	5	5	3	3	1	1	3	5	4	4	3	3	3,6	
B	3	3	4	2	3	3	3	3	3	3	3	3	4	3	4	3	4	3	5	5	3	5	5	4	5	4	5	4	4	5	4	4	2	3	5	5	2	3	2	3	4	5	3	5	5	4	3,7	
C	5	3	5	3	3	2	2	2	2	3	3	3	3	3	4	3	4	3	5	5	4	5	5	4	5	4	5	4	4	4	3	3	3	3	5	5	3	2	2	3	3	5	3	5	3	3	3,5	
D	4	5	4	3	3	3	3	3	3	3	3	5	3	4	4	5	5	5	5	4	5	4	4	4	5	3	5	4	4	5	4	5	3	4	5	5	3	3	3	3	3	5	3	3	5	5	3,7	
E	4	4	5	3	4	4	3	3	3	4	5	4	4	4	4	4	4	4	5	5	4	5	5	8	5	4	5	4	4	5	4	5	3	4	5	5	3	3	3	3	4	5	4	5	4	5	4,0	
F	5	5	5	5	5	5	5	3	3	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	4,9
G	3	2	5	2	5	3	2	2	2	2	3	3	3	3	3	3	5	3	5	5	3	5	4	5	5	3	5	3	3	5	3	4	2	3	5	5	2	2	2	2	3	5	3	4	2	3	3,3	
H	5	5	5	3	4	3	2	3	3	3	5	3	5	4	5	4	5	5	5	5	4	5	5	5	5	3	5	3	3	5	3	4	2	3	5	4	3	3	3	2	3	3	2	4	3	3	3,8	
I	4	3	5	1	4	3	2	1	1	2	4	3	3	2	3	3	5	5	5	5	3	5	3	4	4	2	4	4	3	3	3	4	3	5	2	5	4	5	1	3	4	5	3	5	1	4	3,4	
J	5	3	5	3	5	3	2	3	3	5	5	5	5	3	5	5	2	5	2	2	2	5	2	3	2	2	3	3	3	3	2	5	2	2	5	2	3	2	2	2	3	3	5	2	2	5	3,2	
K	4	4	5	2	5	2	2	2	2	2	4	3	4	3	4	3	5	5	5	5	4	5	5	5	5	3	5	4	4	3	4	5	3	3	5	5	3	2	2	3	3	5	2	5	3	4	3,7	
L	3	3	5	4	4	3	3	4	4	4	5	5	3	3	3	3	4	5	5	5	3	5	4	3	5	5	5	3	4	5	4	5	3	4	5	5	4	5	3	4	5	5	3	5	5	5	3,9	
M	3	3	4	3	3	3	1	1	1	2	4	4	3	3	3	3	4	4	3	5	2	4	4	4	4	4	4	3	3	3	3	4	1	1	5	5	1	2	1	1	3	5	3	4	3	3	3,0	
N	3	4	4	3	3	2	1	3	2	1	3	3	4	1	4	3	4	4	5	4	2	4	3	4	4	4	4	3	3	3	3	4	3	1	4	4	1	4	1	1	3	3	3	4	3	3	2,9	

A	O foco estratégico considera a sustentabilidade?
B	Os capitais não financeiros são considerados de forma semelhante aos capitais financeiros e manufaturados?
C	Há evidências de correlação entre os aspetos sociais e ambientais ao resultado económico/financeiro?
D	Há a tendência a um maior valor atribuído as partes interessadas na informação financeira apenas?
E	Há comunicação eficaz para as partes interessadas nos aspetos sociais e ambientais, através dos respetivos capitais que podem representa-los?
F	As informações divulgadas nos capitais financeiro e manufaturados (económicos) afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor?
G	As informações divulgadas como capital natural (ambiental) afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor?
H	As informações divulgadas como capital social e de relacionamentos, humano e intelectual (sociais) afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor?
I	há concisão e clareza nas informações sobre sustentabilidade?
J	Assuntos relevantes tanto positivos quanto negativos, estão abordados de maneira equilibrada e isenta?
K	É comunicado apenas um mínimo de informação necessária, ou se há valorização real das práticas sustentáveis.

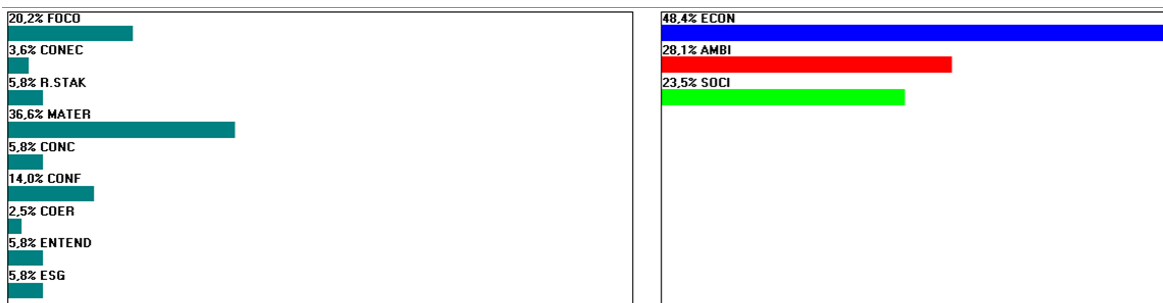
L	É possível comparar as informações sobre sustentabilidade com outras empresas ou informações internas ao longo do tempo?
M	A sustentabilidade comunicada no RI foi, de fato, fator de apoio à decisão nas organizações?
N	Há evidências de sua utilização do ESG pela organização?

Apêndice II – gráficos de avaliação pelo AHP

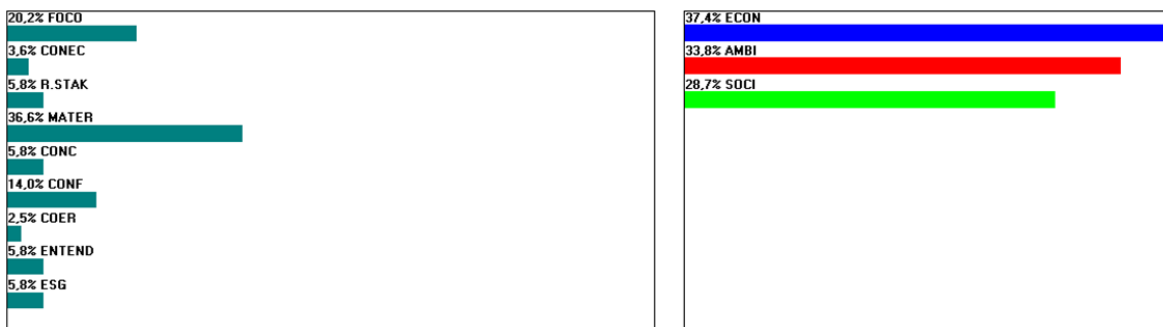
Petrobras 2017



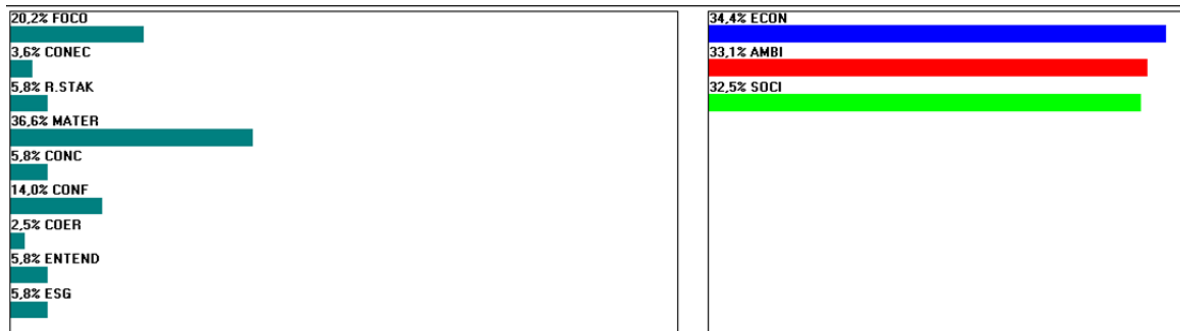
Petrobrás 2018



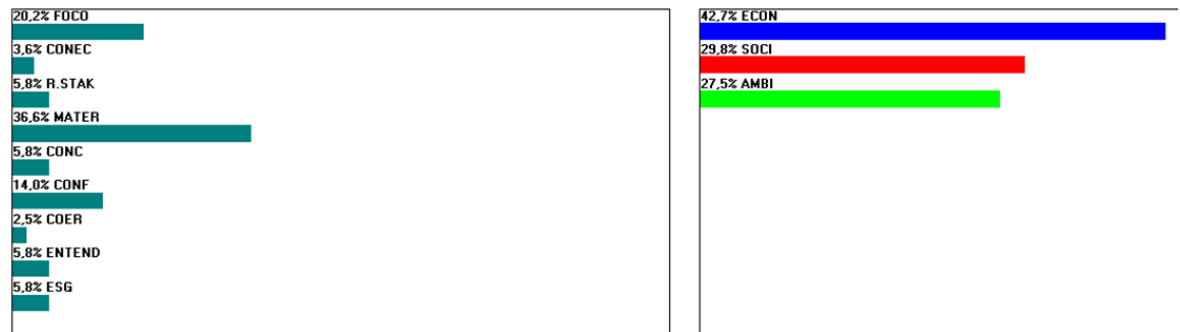
Eletrobrás 2017



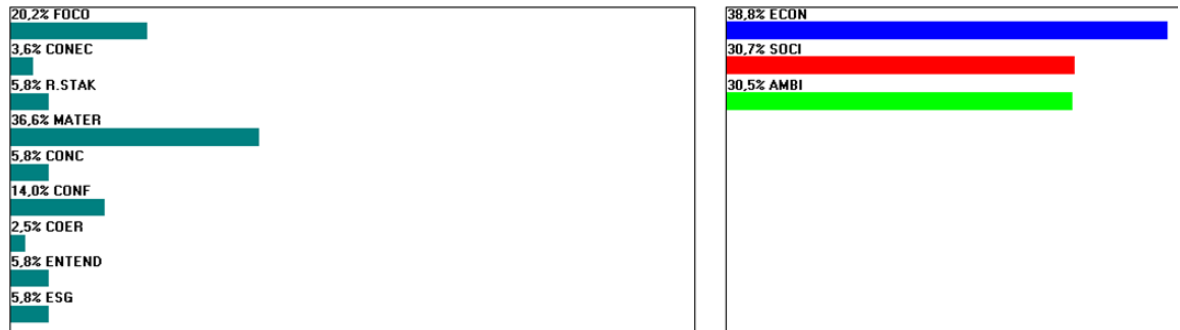
Eletrobrás 2018



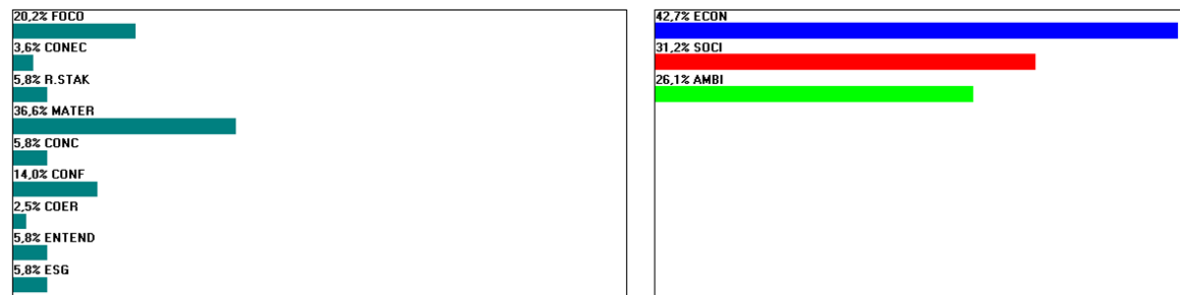
Copel 2017



Copel 2018

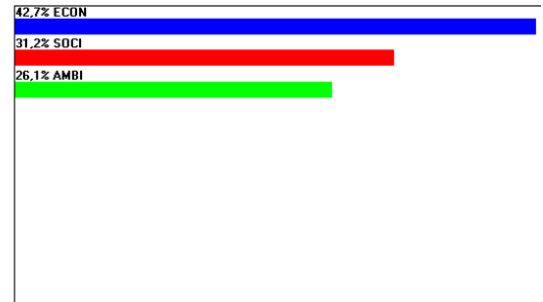


Cemig 2017

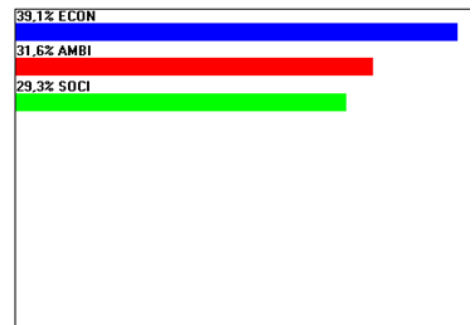


g

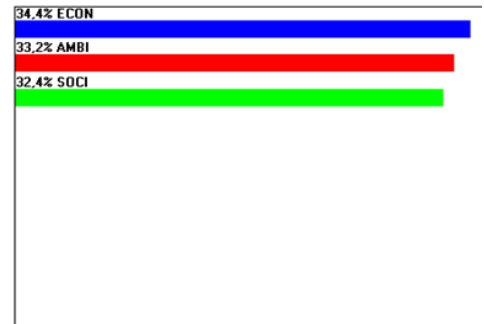
Cemig 2018



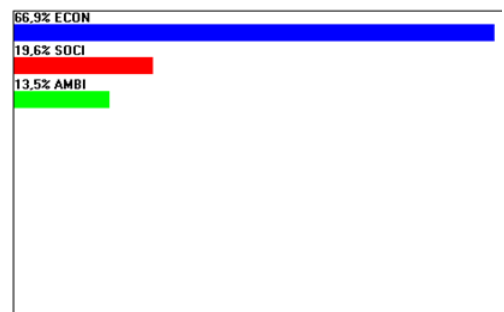
BB2017



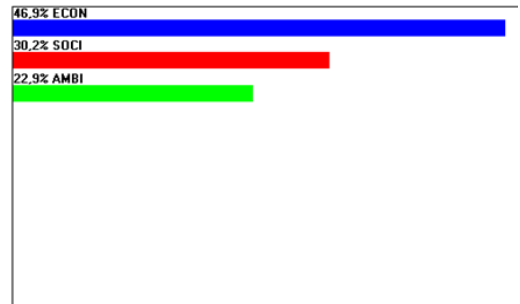
BB2018



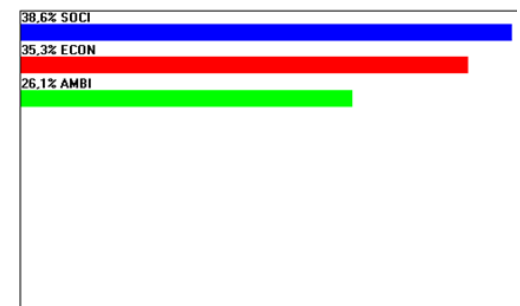
Banco de Brasília 2017



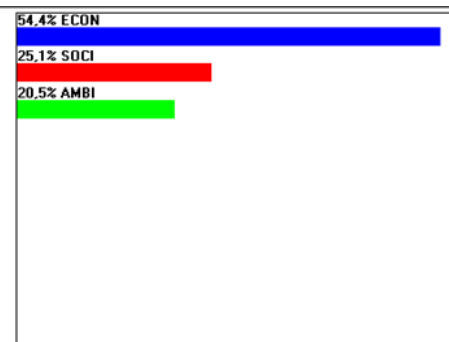
ENB 2018



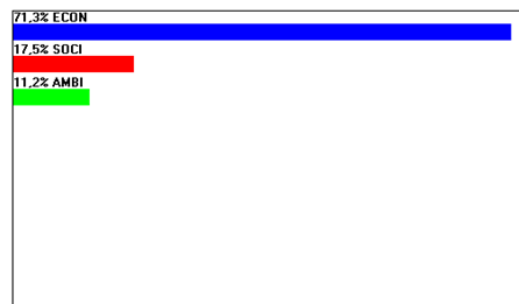
UFMS 2018



UFG 2018



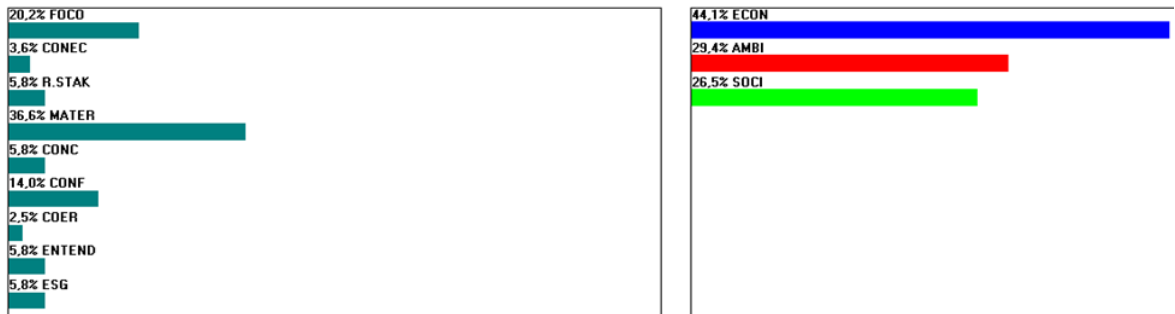
SERPRO 2017



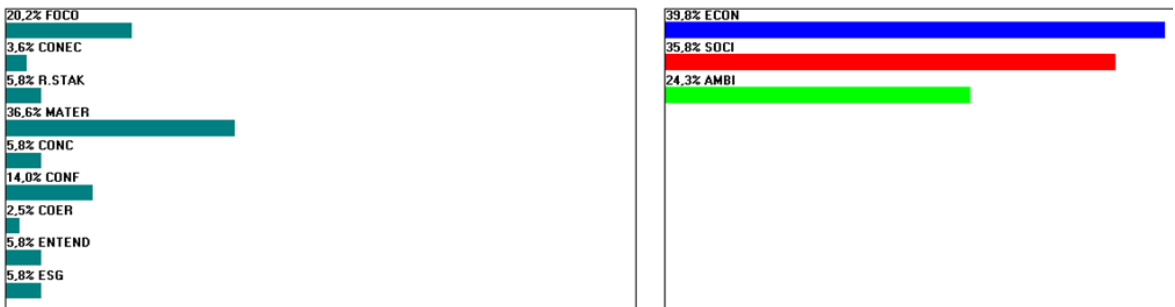
UFFS 2018



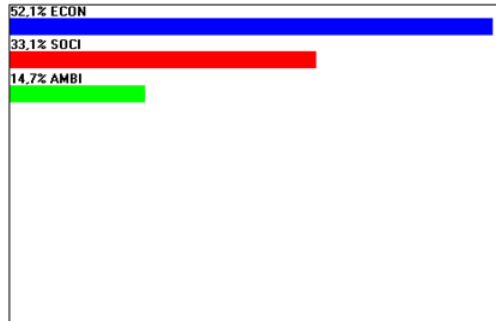
TRT18



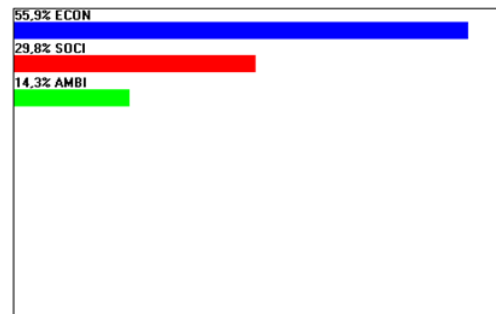
TRT10



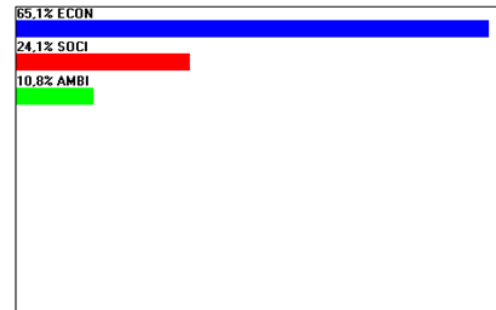
MINFAZ 2017



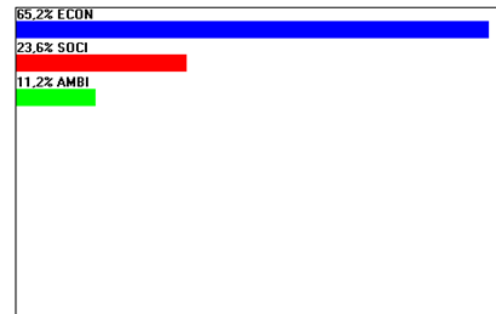
MINFAZ 2018



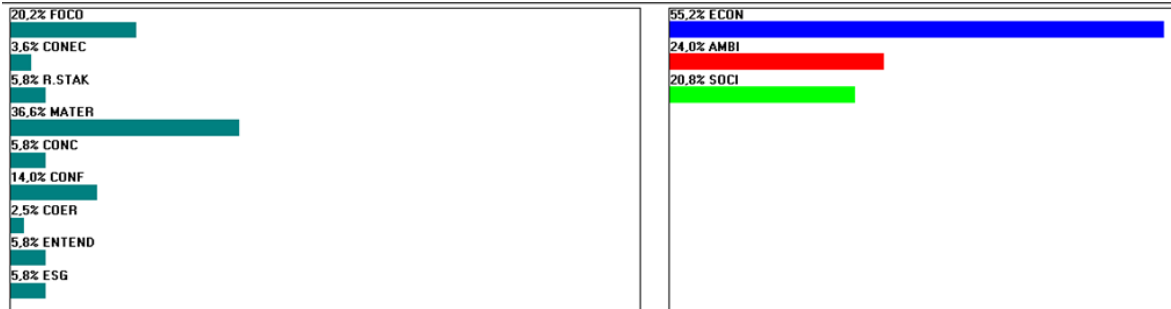
PREVIC2018



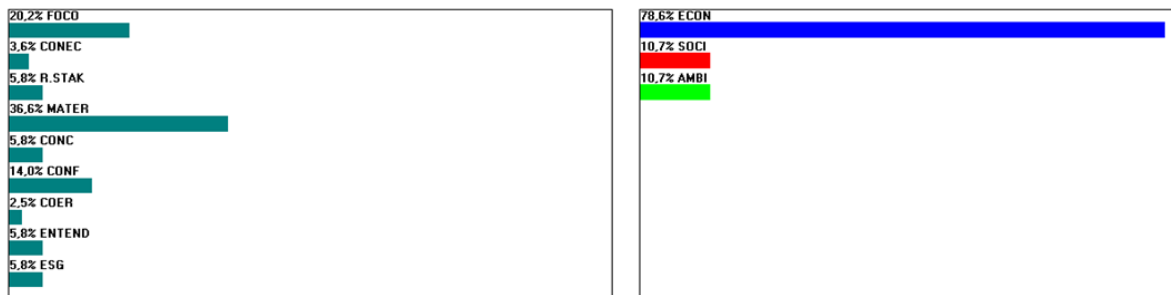
INEP 2018



FURG 2018



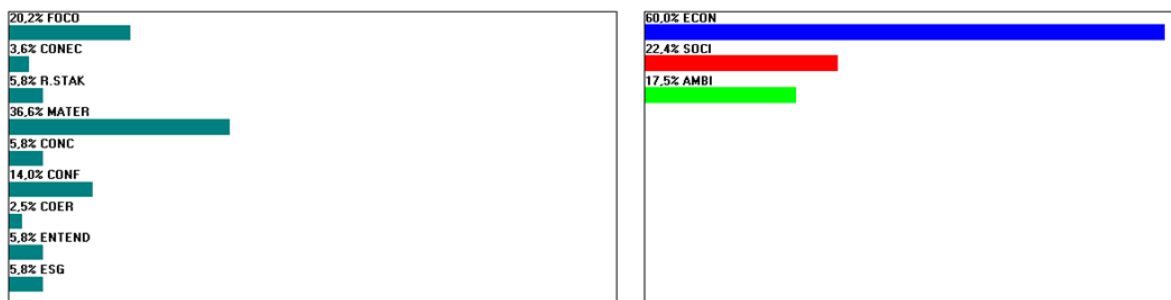
IMPrensa 2018



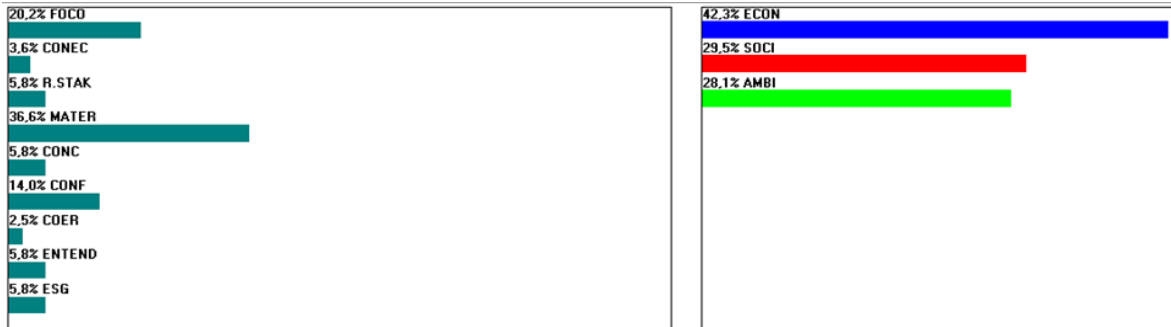
CRC PR 2017



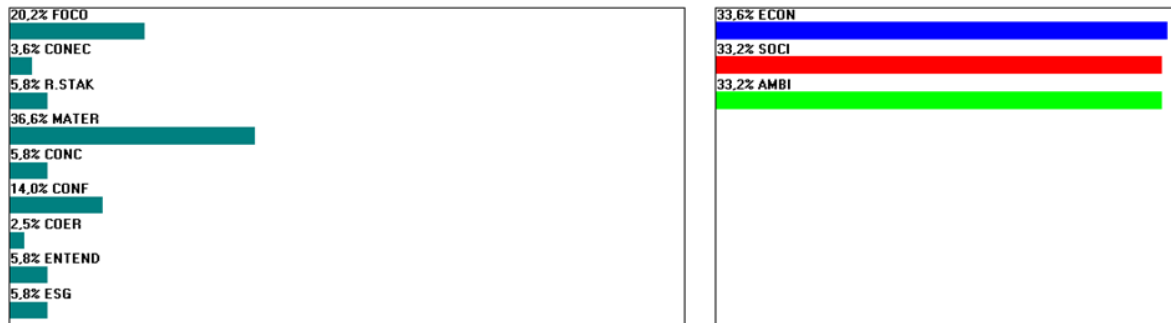
CGU2018



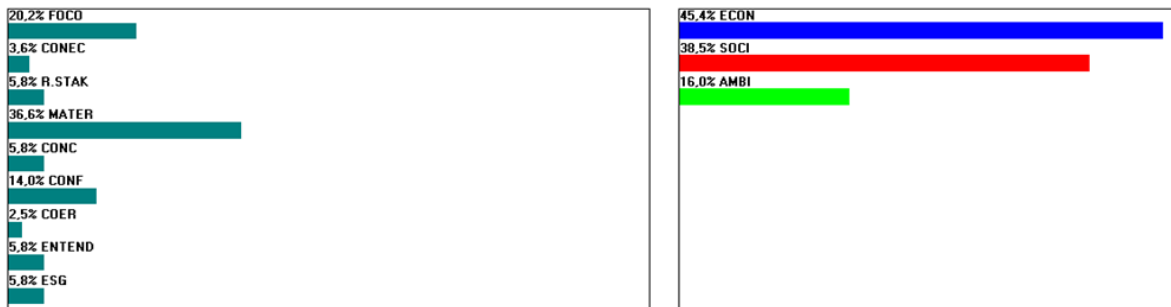
CORREIOS 2018



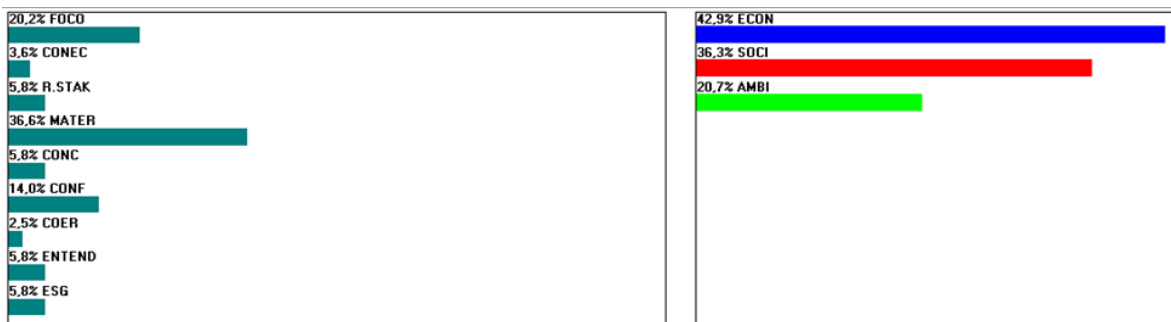
BNDES 2018



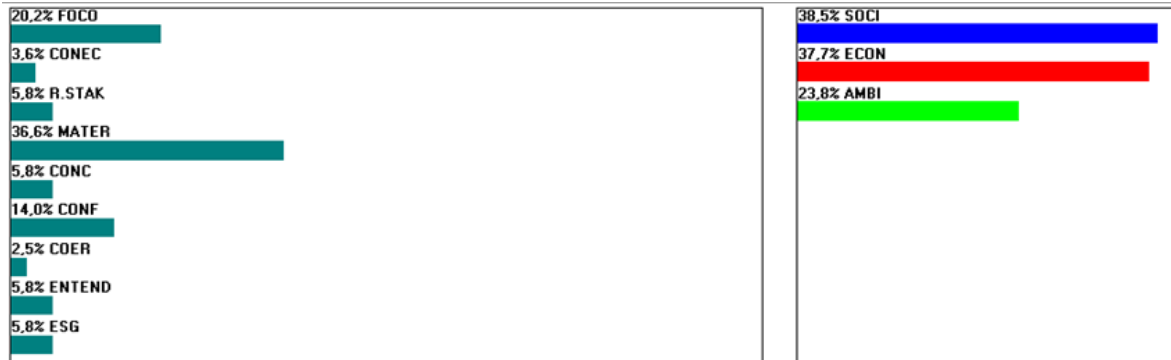
ANS 2018



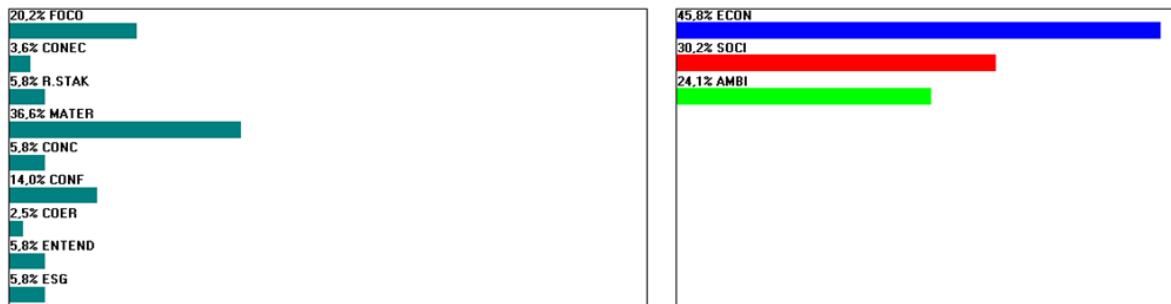
UNIFAL2018



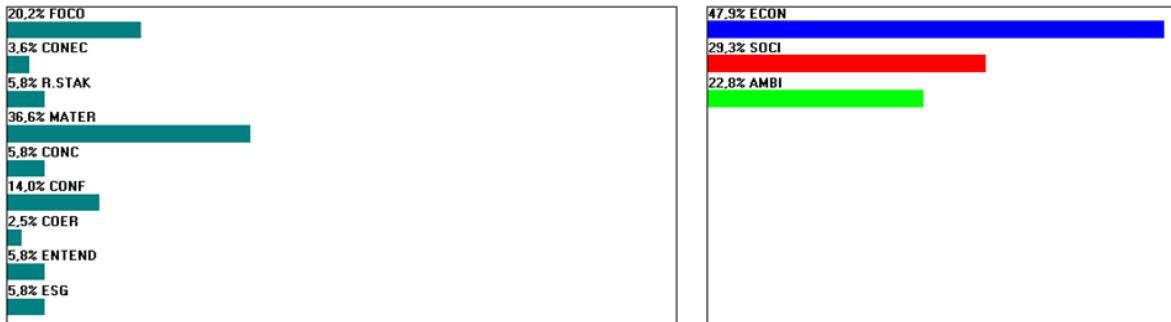
CFC2018



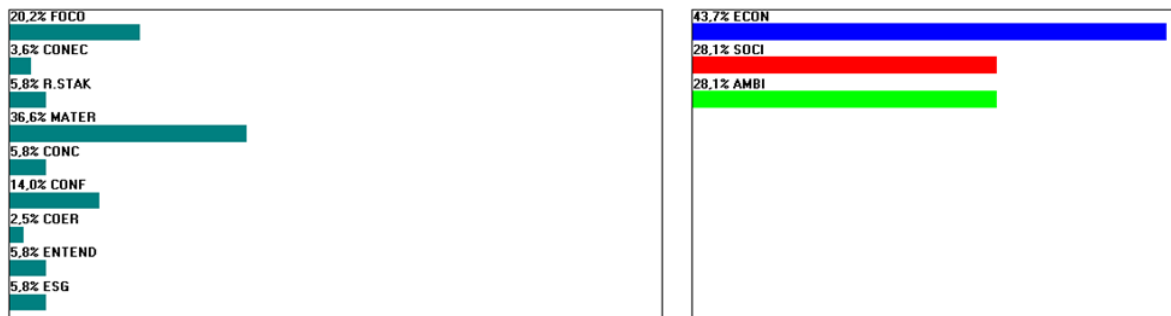
Sulamérica 2017



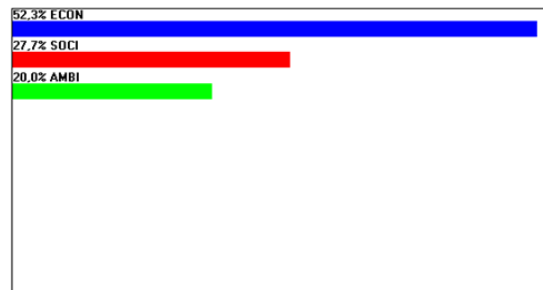
Sulamérica 2018



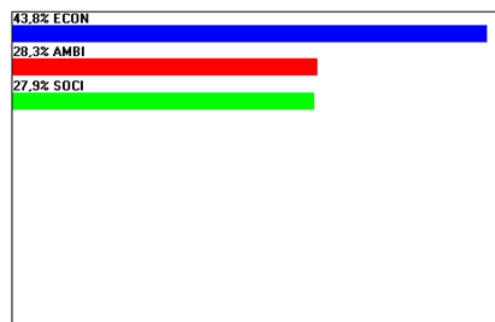
Paranapanema 2017



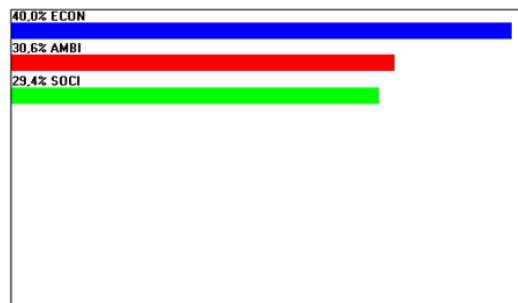
Santander 2017



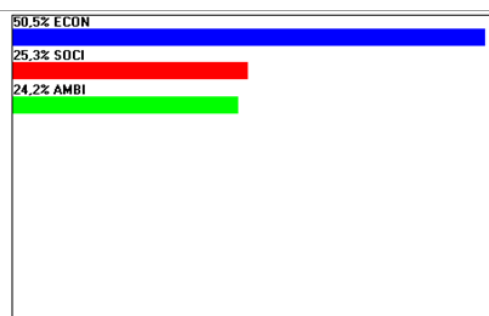
Renner 2017



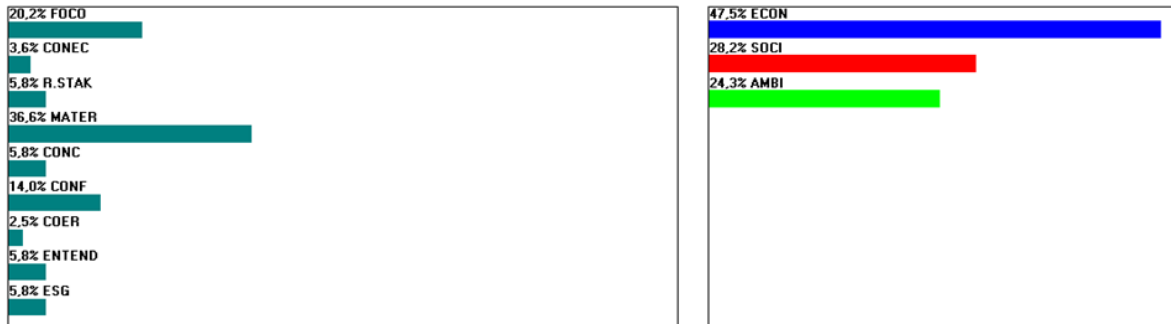
Renner 2018



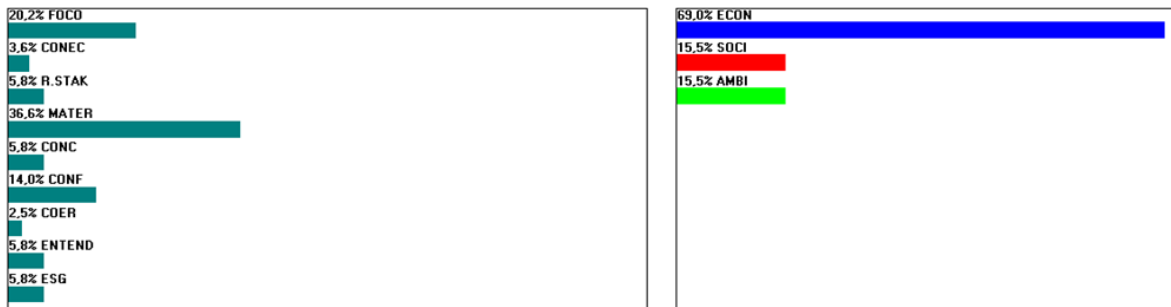
M.Dias Franco 2017



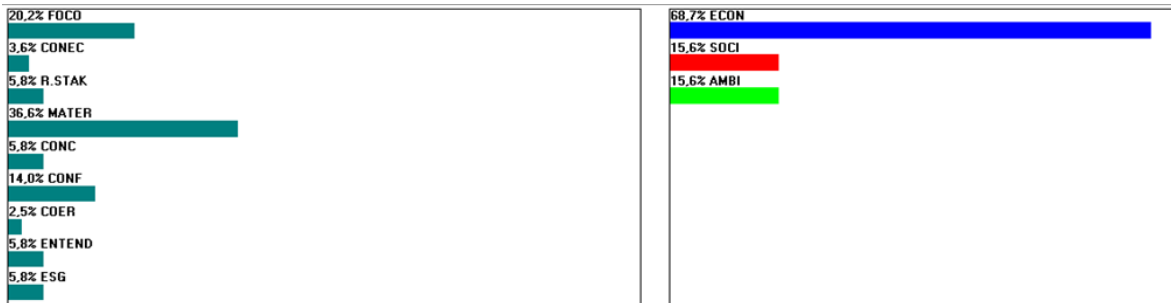
M.Dias Franco 2018



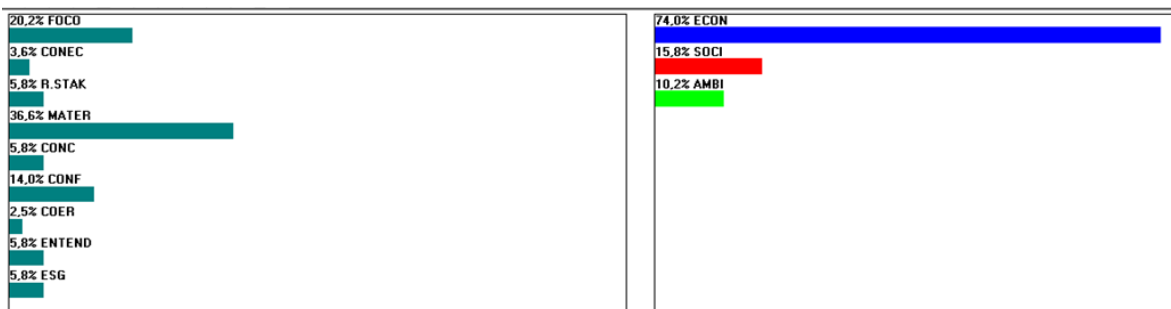
Lojas Americanas 2017



Lojas Americanas 2018



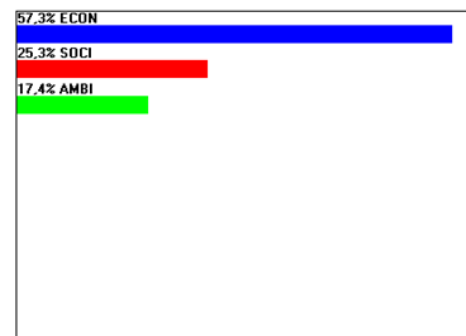
Itausa 2017



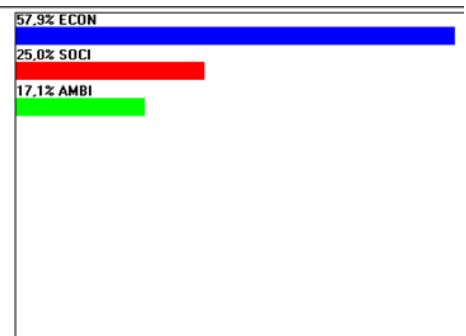
Itaúsa 2018



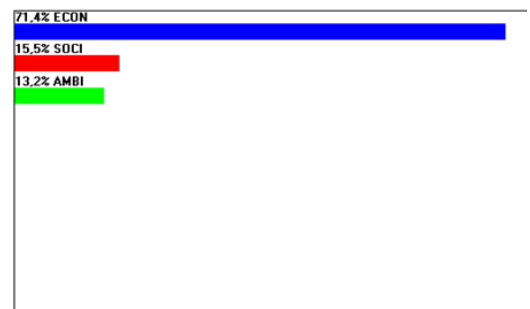
Itaú 2017



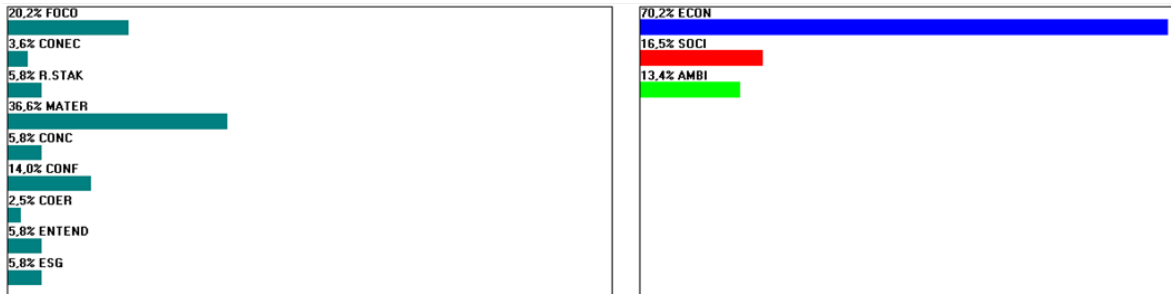
Itaú 2018



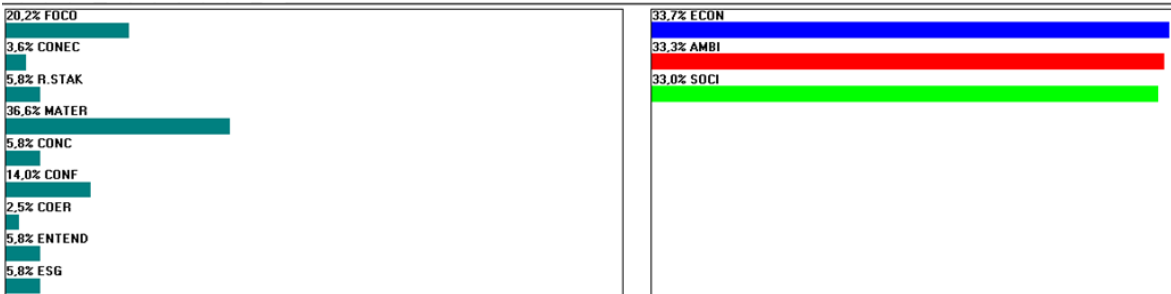
Grupo Fleury 2017



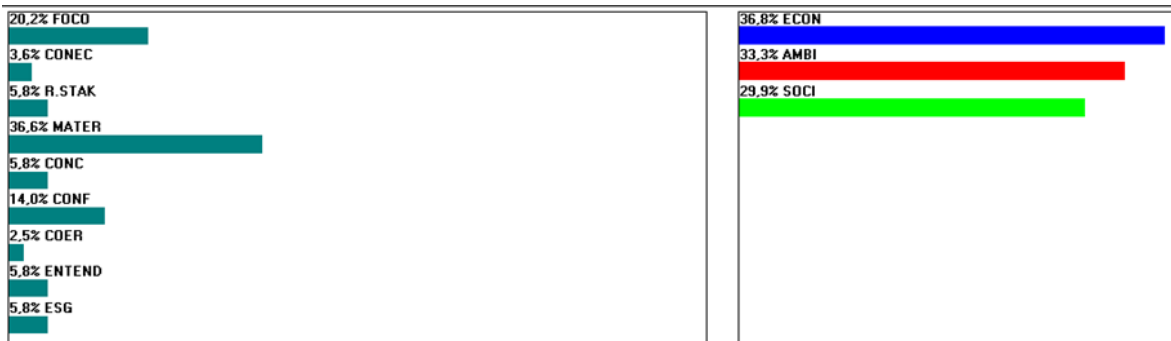
Grupo Fleury 2018



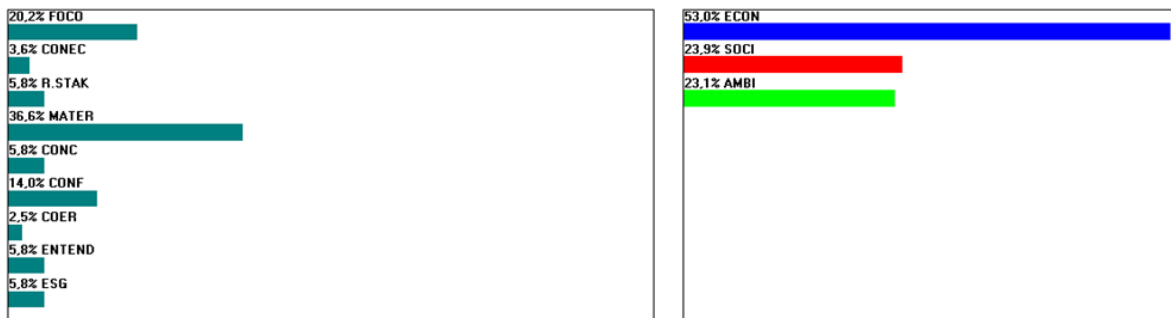
Engie 2017



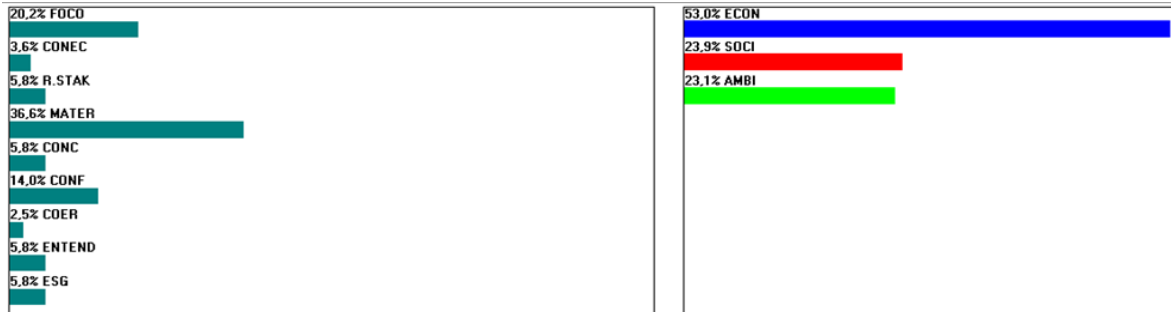
Engie 2018



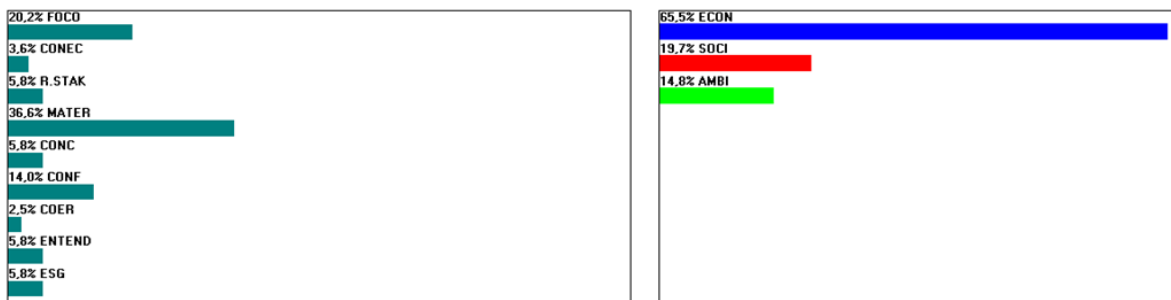
EDP 2017



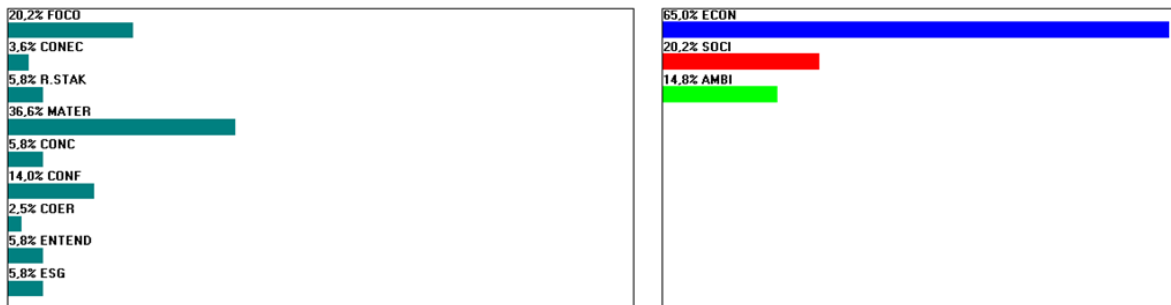
EDP 2018



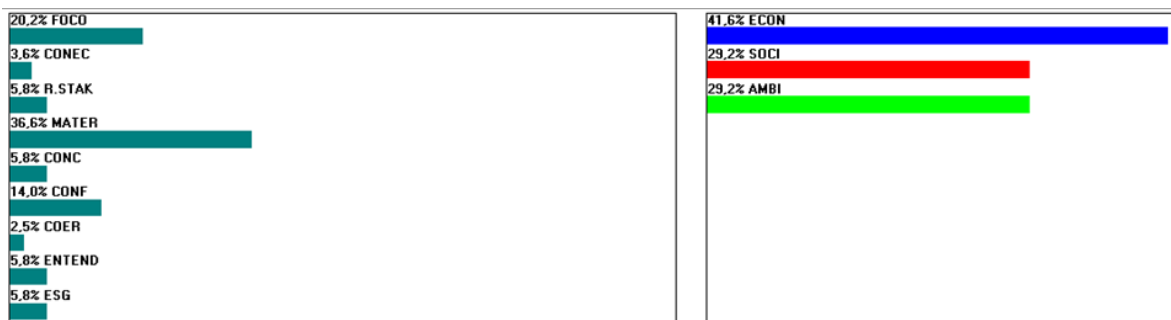
Ecorod 2017



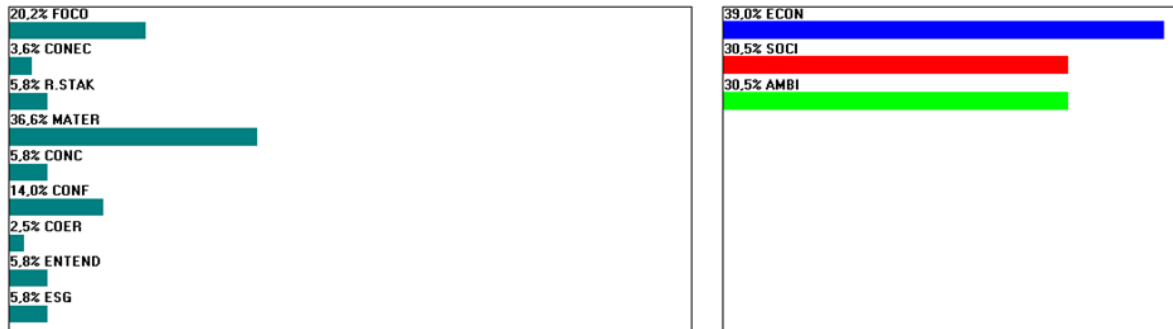
Ecorod 2018



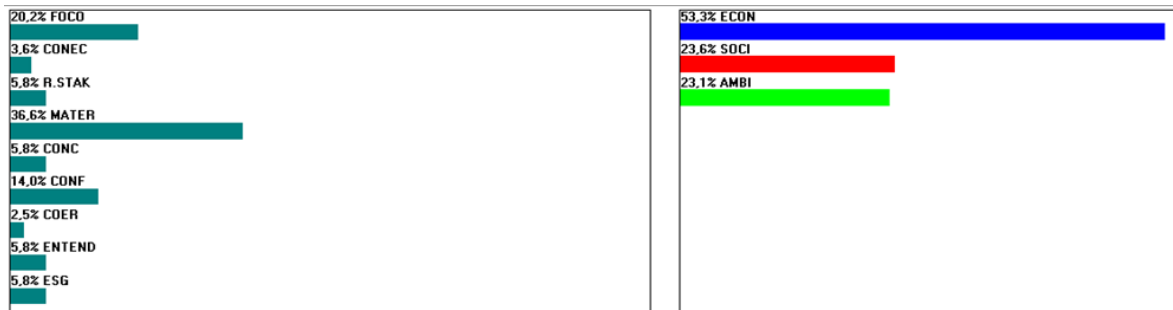
Duratex 2017



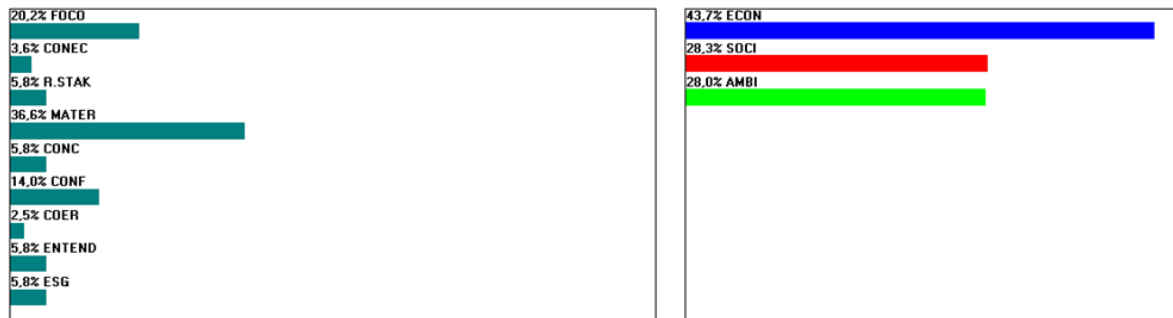
Duratex 2018



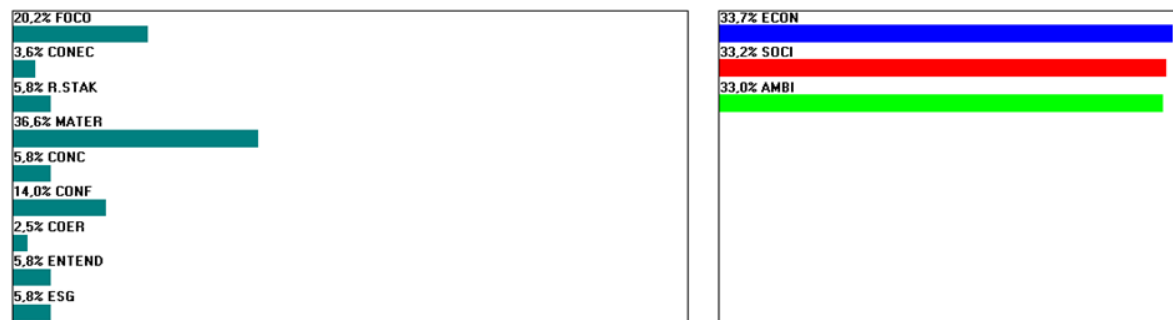
CPFL 2017



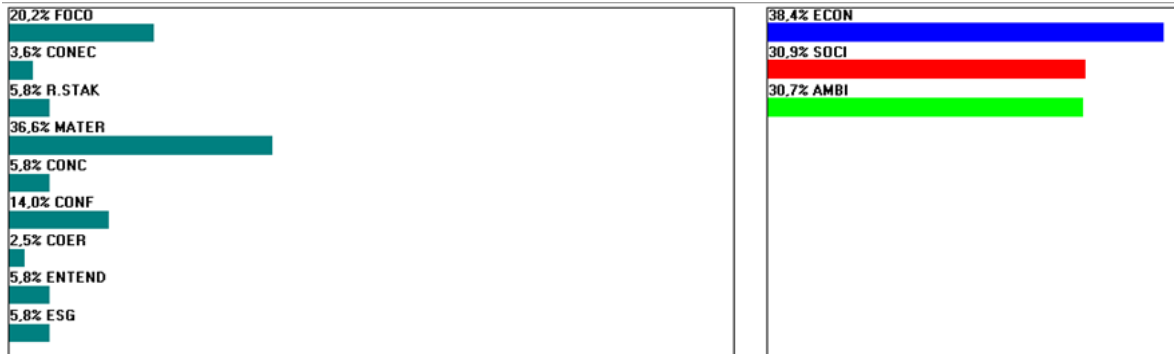
CPFL 2018



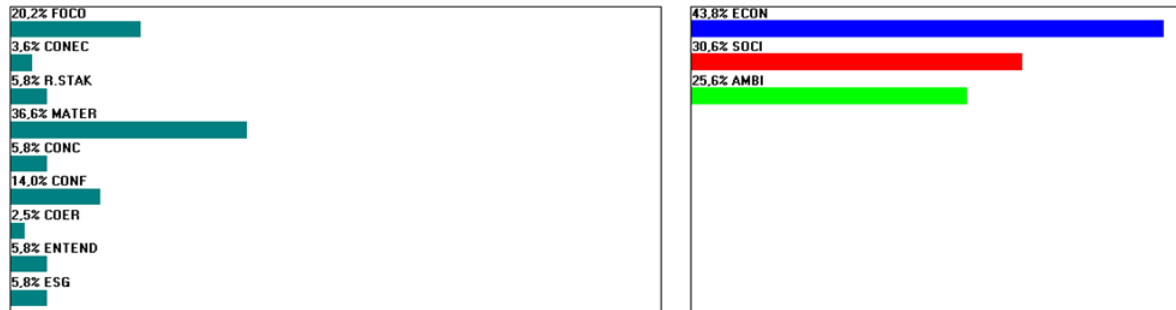
CCR 2017



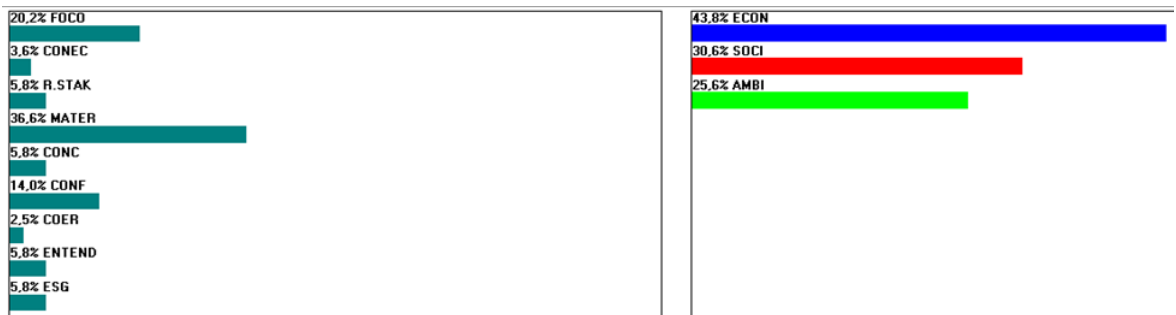
CCR 2018



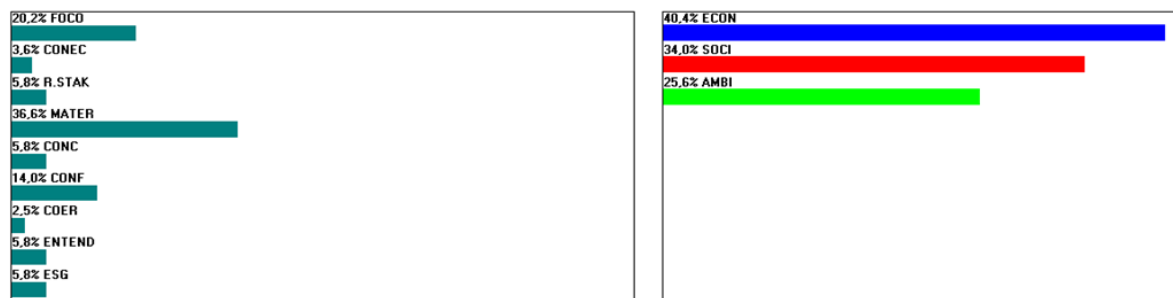
BRF 2017



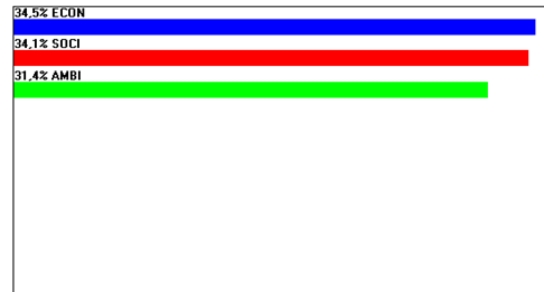
BRF 2018



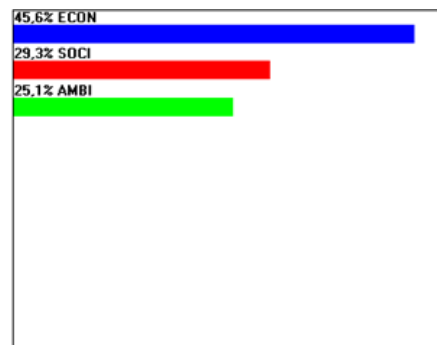
Braskem 2017



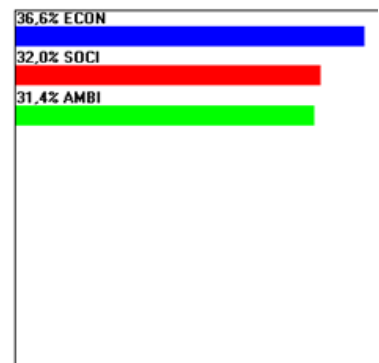
Braskem 2018



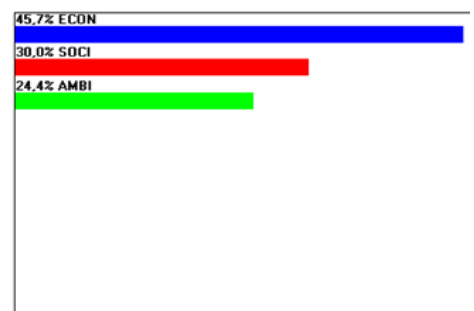
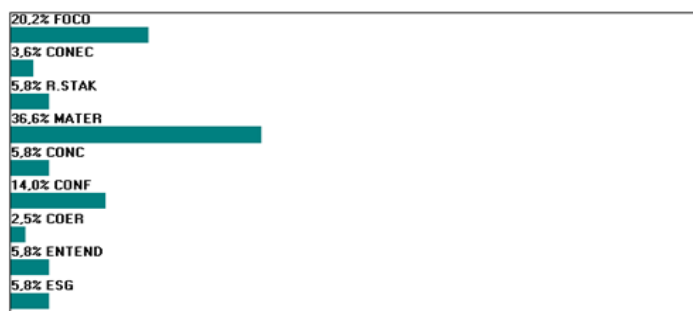
B3 2017



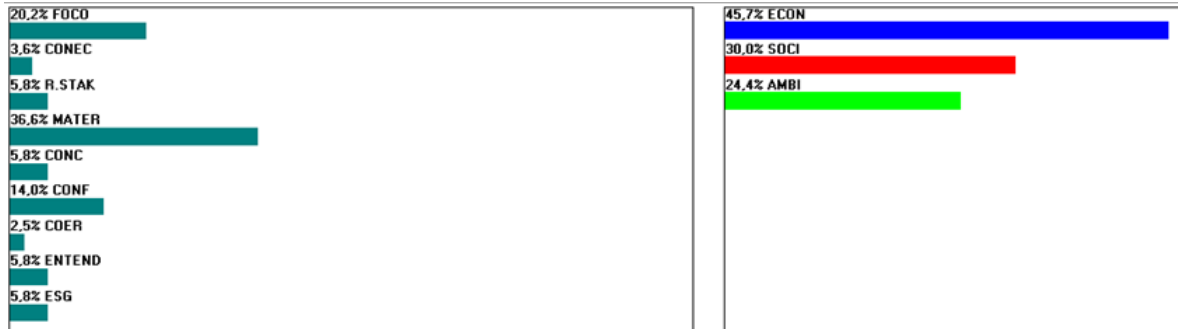
B3 2018



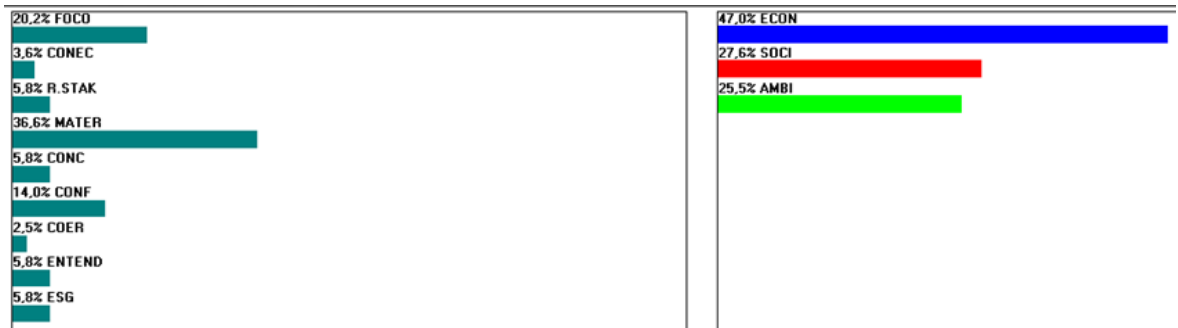
Bradesco 2017



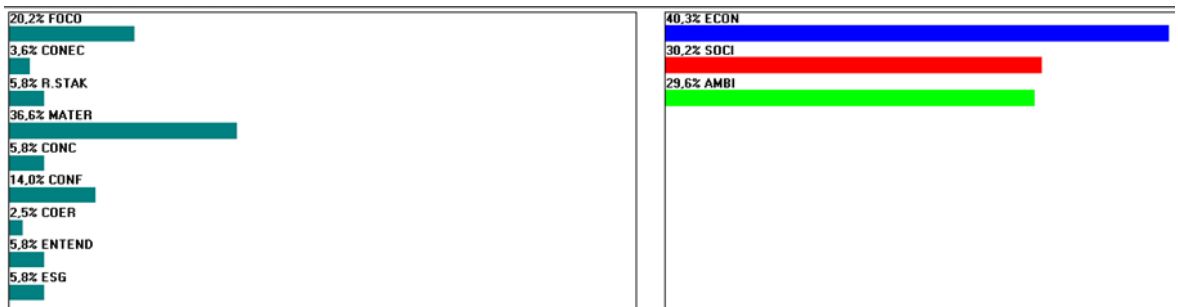
Bradesco 2018



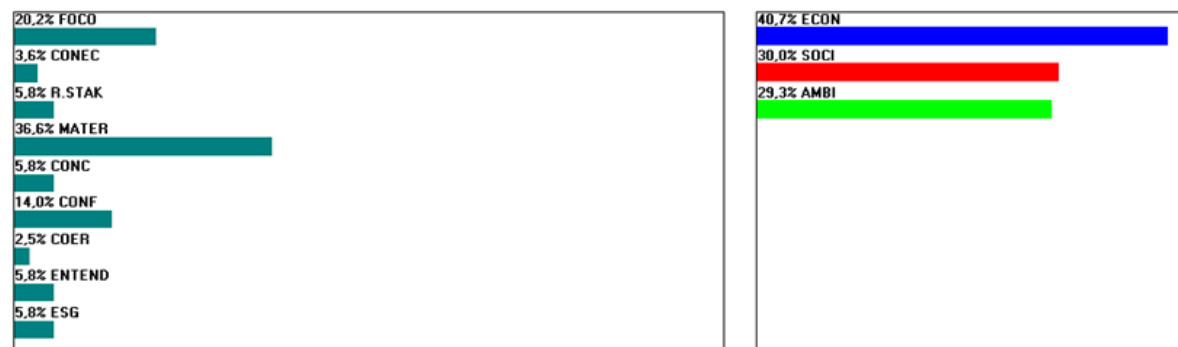
Telefônica 2017



Telefônica 2018



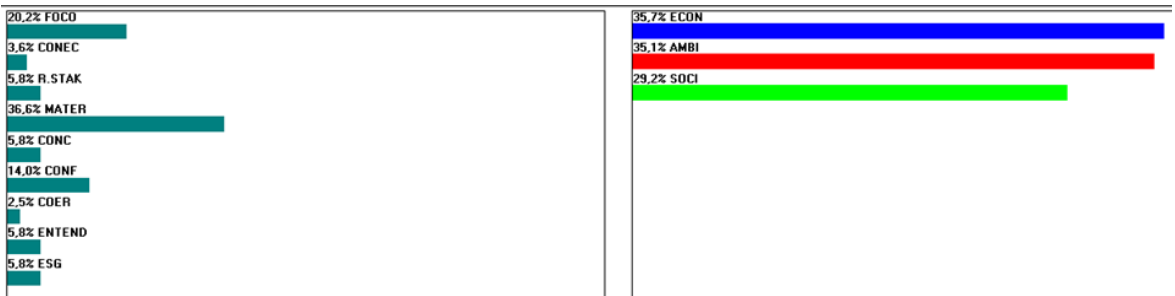
B2W 2017



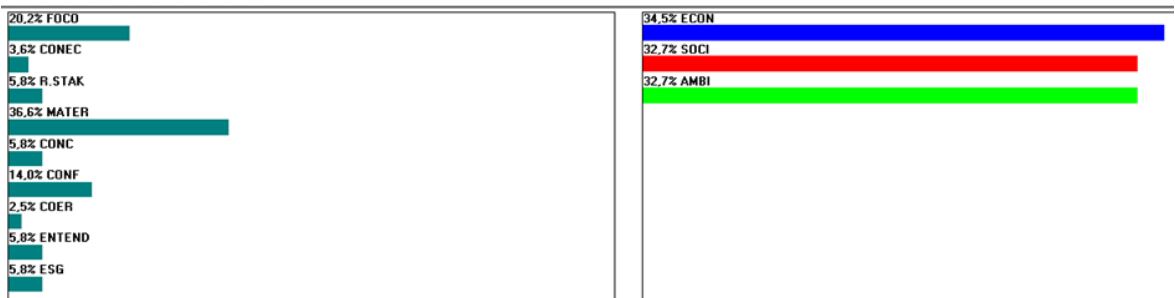
B2W 2018



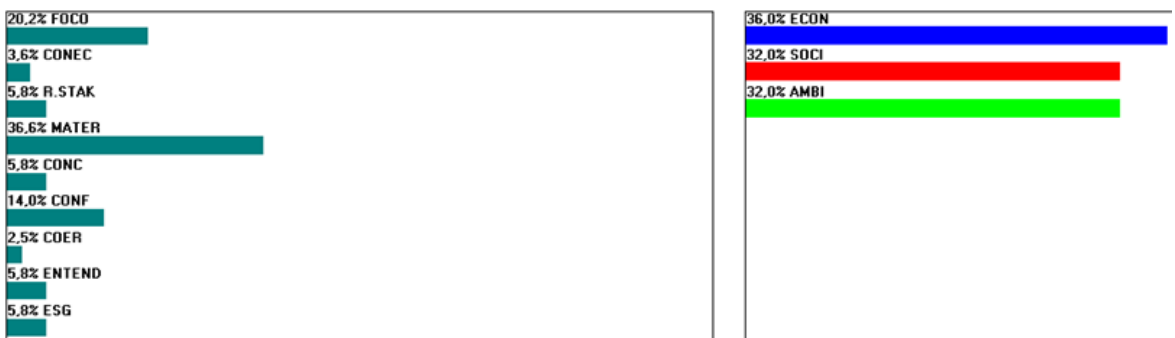
Enauta 2018



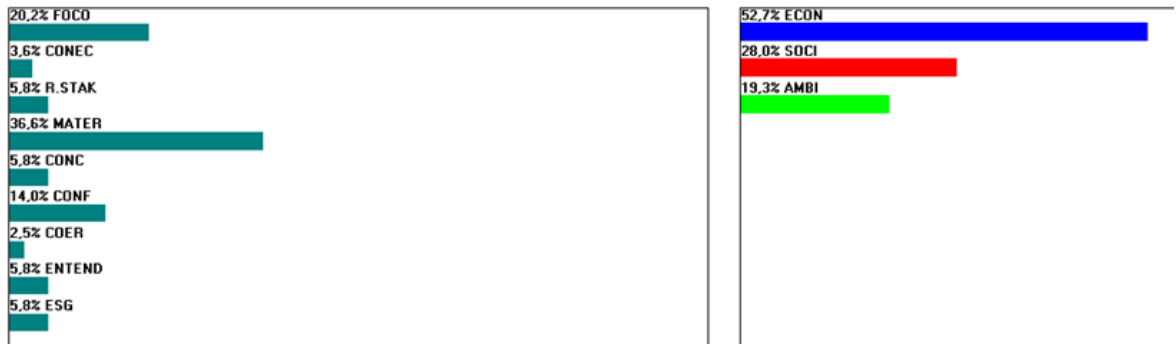
SCL 2017



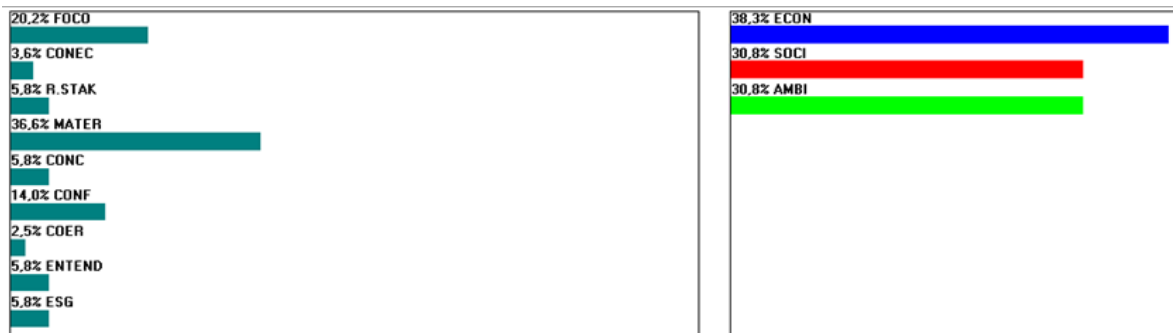
SCL 2018



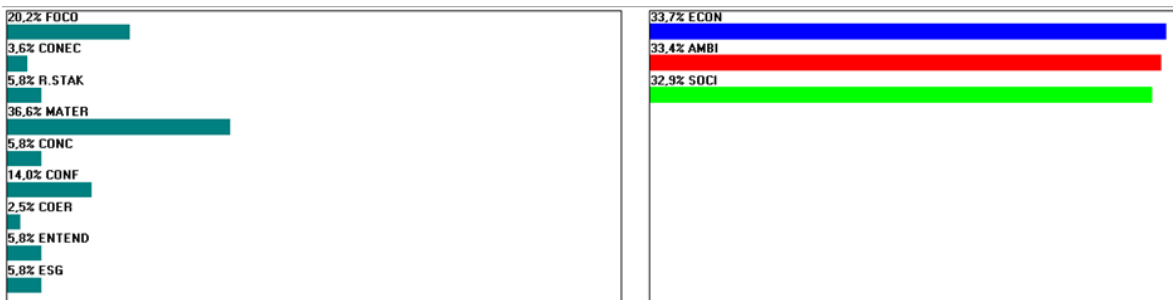
Totvs 2017



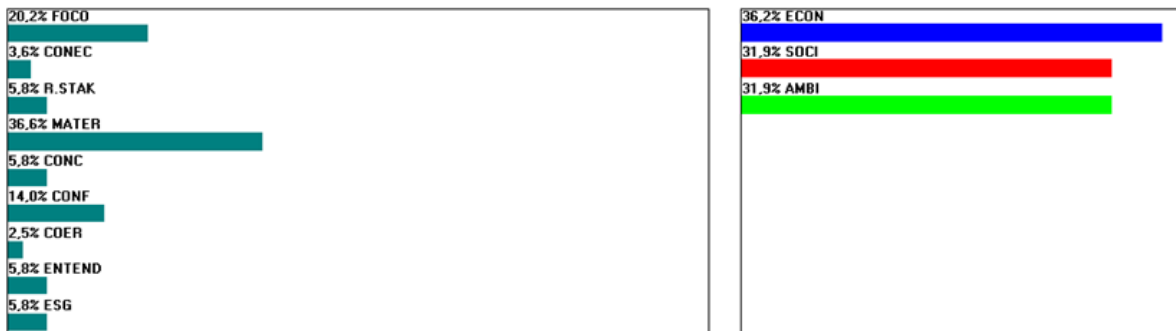
Votorantim 2017



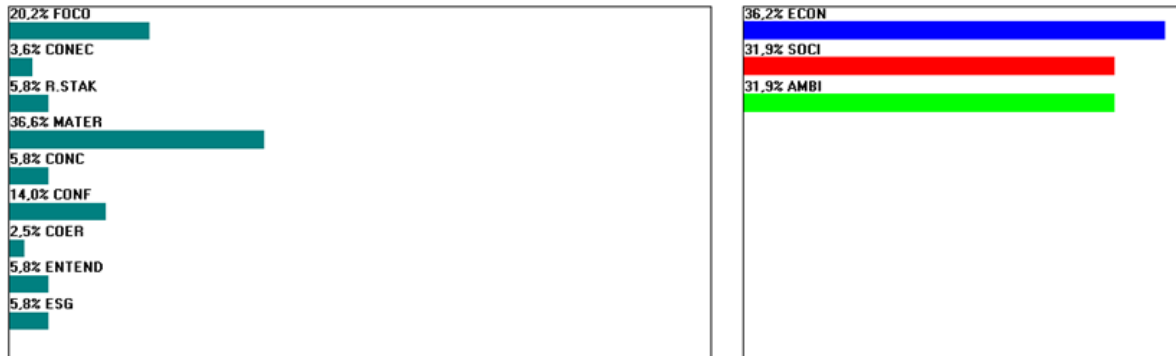
Votorantim 2018



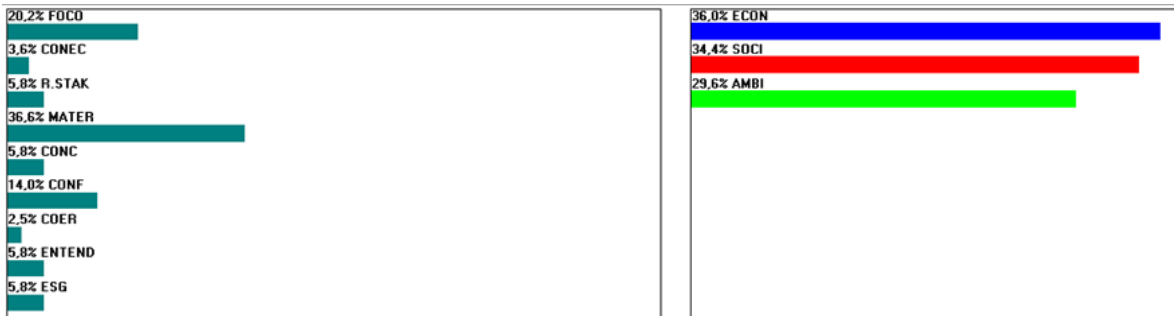
Mapfre 2017



Mapfre 2018



Gerdau 2017



Gerdau 2018

